

TRABALHOS ORIGINAIS

NOS VALES DO XINGU E DO TAPAJÓS

JOSÉ MOREIRA BRANDÃO CASTELO BRANCO

ASPECTOS DE SUA REVELAÇÃO E DE SUA CONQUISTA

A história do desbravamento e ocupação dos vales do Xingu e Tapajós não foi ainda objeto da atenção particular dos historiadores e cronistas da Amazônia. E no entanto essa história, datando do período da dominação portuguesa, é cheia de lances interessantes, que puzeram à prova a coragem e a decisão de sertanistas, como de povoadores que ali se instalaram, criando uma fronteira econômica, de vez que a fronteira política não constituía problema por estar toda a região dentro do espaço que os colonizadores haviam incorporado pela adoção de diplomas obtidos na negociação direta com os possíveis concorrentes, no caso os espanhóis. No ciclo posterior, quando ocorreu o descobrimento dos seringais e com ele a corrida à floresta para a extração de goma necessária ao abastecimento dos mercados industriais do Velho e do Novo Mundo, foram justamente esses dois vales dos que mais contribuíram para assegurar à Amazônia sua ponderância no intercâmbio, movimentado pela borracha. Os dois vales distinguiram-se por uma produção intensa, que explicou a colonização mais rápida que então se verificou.

Nosso companheiro. Desembargador Brandão Castelo Branco, que já podemos proclamar o historiador dos fastos da conquista e da incorporação mansa pelos sertanistas e seringueiros, dos vales do Purus-Acre, e do Juruá, traz-nos agora a sua magnífica contribuição acerca do Tapajós e do Xingu. Trata-se de uma contribuição que vai propor os sucessos que marcaram o "rush" naqueles distritos do mundo amazônico revelando-os, esclarecendo-os, permitindo que, de agora por diante, não se ignore mais o que constitui aquelas páginas de heroísmo sereno, construtivo, realizado no extremo norte por homens que, no primarismo de sua cultura, nem por isso deixaram de impor-se à admiração do país, pois que, graças a eles, é que foi possível incorporar a nova fronteira econômica, capítulo dos mais intensos de nossa crônica recente.

A. R.

OS RIOS XINGU E TAPAJÓS

Se bem que as ribas do Xingu tivessem contacto com os civilizados mais cedo do que as do Tapajós, o progresso deste foi mais rápido, ensejando a formação de uma cidade como Santarém, a rainha da região.

Ao que parece, a amplidão da embocadura do segundo encaixada em ribanceiras elevadas e bem a vista dos barcos sulcadores do majestoso Amazonas, oferecendo um bom pôrto, não só aos navegantes dêste, como do seu caudaloso tributário que liga o planalto matogrossense às margens do antigo rio de Orellana, bem como a maior aproximação dos formadores do Tapajós da zona de Cuiabá e da bacia do Paraguai, sobrepujou a riqueza do velho Paranaíba, cuja barra, apesar de mais vasta, estreita-se devido a intercorrência de ilhas, e tem suas nascentes em local menos favorável ao comércio, do que o seu opulento concorrente.

Orellana, na sua memorável jornada de 1540, após o embate com as Amazonas e outras tribus indígenas, passou dia e meio com seus bergantins na foz do Tapajós, cercado pelas pirogas de índios que circulavam sem lhes fazer mal, (1) mas, sem aproximação entre excursionistas e naturais; ao passo que antes de Francisco Caldeira Castelo Branco fundar o forte do "Presepe" e iniciar a conquista do futuro Grão Pará, já os Holandeses erigiam fortificações, feitorias e engenhos nas margens do Xingu, (2) e foi por êle que os Jesuitas iniciaram a conquista espiritual na redução da Ié às suas numerosas cabildas, (3) só alcançando o vale do Tapajós mais tarde.

As primeiras lutas pela conquista da capitania abrangeram o baixo Amazonas, já encontrando os portugueses aí instalados troços de ingleses, holandeses, franceses e irlandeses, que resistiram bravamente à invasão lusa durante vários lustros. Vemos no teatro da peleja, capitães como Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela, Bento Maciel, Luís Aranha de Vasconcelos e Jaime de Albuquerque, expulsarem êsses intrusos dali, principalmente do baixo Xingu e de suas imediações.

Por essa mesma época o referido Pedro Teixeira e outros distintos militares lusos se empenhavam em dominar os aborígenes

(1) "Relação do que escreveu frei Gaspar de CARVAJAL sôbre o novo descobrimento de formoso Rio Grande"; Tradução de C. de Melo LEITÃO, 1941, p. 70, e nota 27).

(2) Padre Carlos Borromeu EBNER — *Xingutania*. Belém do Pará, 1950, p. 16; Henry Walter BATES — *O Naturalista no rio Amazonas* — Tradução do Prof. Cândido de Melo Leitão, v. I, 1944 (Brasiliiana), p. 247, nota 251); A. L. Monteiro BAENA *Ensaio Corográfico sôbre a Província do Pará*, 1839, p. 502; Luis CORDEIRO — *O Estado do Pará seu Comércio e Indústrias*, 1920, p. 36.

G. de Carvajal, Alonso de Rojas e Cristobal d'ACUÑA — *Descobrimientos do Rio Amazonas* — Tradução de C. de Melo LEITÃO (Brasiliiana) — p. 106, nota 12.

(3) H. W. Bates, op. cit., ps. 3 e 13; A. L. Monteiro BAENA, obr. e p. cits.

da região destroçando suas aldeias ou entendendo-se com os mesmos, de maneira que, em 1636, os jesuitas já penetravam no vale do Xingu, em serviço de catequese com o padre Luís Figueira a frente, mas, só se tornando efetivo o estabelecimento dêsses missionários nas ribeiras do Xingu e Tapajós, cinco lustros mais tarde, sob a orientação do portentoso cérebro de Antônio Vieira (4).

* * *

Êsses dois caudalosos tributários do Amazonas são quase irmãos, provindo os seus formadores do planalto matogrossense, na altura de 14º austrais, e despejando suas águas à margem direita do rio-mar, quase na mesma latitude: o Tapajós, cêrca de meio grau ao sul do paralelo 2, e o Xingu, umas duas dezenas de minutos ao norte da mesma linha, dando-se ao segundo um maior desenvolvimento do que ao primeiro, cujas nascentes estão mais ou menos a 600 metros de altitude e, desembocadura a poucos metros acima do nível do mar.

Suas margens, ora deprimidas, ora elevadas, são lavadas por enchentes que variam ao redor de onze metros, entre as estações de estiagem e chuvosa, numa formação geológica e florestal assemelhadas, ambas encachoeiradas, depois de uma pequena secção sem escolhos.

Campos insignificantes nos dois vales separados por uma floresta que se alonga em vastos planaltos, cheia de *hevea brasiliensis*, *bertholetia excelsa* e *castilloa-ulei*. Suas margens são compostas de areias, argilas, cascalhos, arenitos, havendo na bacia tapajônica muito calcáreo.

No rio Xingu, destacam-se os afluentes chamados Iriri à margem esquerda, e Fresco e Culuene à direita; e na outra bacia, os Juruena e Teles Pires ou São Manuel, formadores do Tapajós, e o Arinos que desemboca no Juruena.

(4) O padre Antônio Vieira percorreu 600 léguas, ora a pé, ora embarcado, não havendo da Ibiapaba ao Tapajós — rio, bahia, costa, sertão, que não devassasse. (Dic. Hist. Geogr. e Etnograf. do Brasil, 1922, Introdução Geral, vol. II, p. 294).

Visitou as residências do Xingu e Tapajós onze vezes, compondo para os indígenas do segundo, dois catecismos, por que eles usam de dois idiomas. (Basílio de Magalhães — *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 2ª ed., p. 187; trecho de J. Antonil Andreoni (*Cultura e opulência do Brasil*)).

Conta o padre Bettendorff que chegara, antigamente, uma nau inglesa de grande porte, ao Tapajós, onde pretendia erigir uma povoação para cultivar tabaco, mas, acometidos os ingleses, de súbito, pelos índios tapajós, mataram êstes os que estavam em terra. (Rev. do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, v. LXXII, p. 59).

Entre as suas elevações, ressaltam-se as serras do *Norte*, a oeste do rio Juruena; a do *Tombador*, entre os rios do Sangue e o Arinos; *Formosa*, entre os rios Teles Pires e alto Xingu; as do *Roncador* e dos *Gradaús*, entre os rios Xingu e Araguaia; e a dos *Carajás* entre o Xingu e o Tocantins.

INDÍGENAS

As famílias indígenas dessa região eram numerosas, sendo vistas desde o tempo de Orellana, no século do primeiro descobrimento, o qual as divisou nas ribanceiras do rio-mar ou nas suas costas, tendo por vezes contactos com as mesmas, ora cruentos, ora amistosos, ou somente de expectativas, estranheza ou inspeção.

Na centúria seguinte, em que se sucederam outras explorações do rio das Amazonas, inclusive a jornada de Pedro Teixeira na qual se fez o reconhecimento de todos os principais tributários do volumoso caudal, verdadeiro descobrimento de suas margens e das embocaduras de seus contribuintes, nos quais o piloto da expedição penetrava de três a quatro dias, sondando, anotando povoados gentílicos e sua extensão.

O primeiro nome a surgir foi o da tribo dos Estrapajosos, Tapajoes, Tapajosos ou Tapajós, família enorme, cujo aldeamento mais a vista assentava na embocadura do rio que lhes tomou o nome, a qual segundo Heriarte (1662), era composta de homens corpulentos, grandes e fortes, num total de sessenta mil arcos, (5) cujas flechas eram ervadas e venenosas, bárbaros e temidos, idólatras, alimentando-se mais de milho do que a usual mandioca de outras nações (6).

Nas suas terras havia algumas capoeiras, grande quantidade de madeiras, como cedros, ceibos, pau campeche, granadilha, pau brasil (parecida), salsaparrilha, resinas (7), frutas diversas, cacau, tabaco, cana doce, mel de abelha em profusão, cêra etc. (8).

Pescavam com timbó nas vazantes e lagos, e com flecha, nestes e nos rios (9).

Como ferramenta, tiravam do peito da tartaruga uma prancha de palmo de comprido e pouco menos de largura, curada no fumeiro e afiada numa pedra, prendiam-na a um cabo, e com ela, à guisa

(5) CARVAJAL e ACUÑA, *cit.*, p. 112, nota 18.

(6) Autor, obra e nota, *cit.*

(7) *Idem*, *idem*, p. 115.

(8) *Idem*, *idem*, p. 118.

(9) *Idem*, *idem*, p. 183.

de machado, cortavam tudo quanto desejavam. Do mesmo material faziam enxós, cujo cabo era uma queixada de peixe-boi e com esses instrumentos lavravam suas canoas, tábuas, mesas, assentos; sendo que, em algumas nações, esses machados eram de pedra e com os quais cortam mais rapidamente do que com os de tartaruga (10).

Os escopos, goivas e cinzeis para obras delicadas, no que são exímios, eram dentes e colmilhos de animais, encabados em paus, tão úteis quanto os de fino aço (11).

Fazem seus ídolos; achando que eles desceram dos céus, mas, só os procuram quando vão a guerra ou fazer pescarias (12).

São gente de brio e temidos pelos vizinhos, pelo que os portugueses recearam seu comércio por muito tempo, cuja amizade nunca foi íntima, porque os intrusos obrigava-os a sair do seu natural, instalando-se entre os já pacificados, fato que os contrariava (13), e, apesar de receberem bem os lusos em suas aldeias, estes desencadeavam guerras contra os Tapajós, encurralavam-nos, saqueavam e devastavam suas tabas, forçavam mulheres e filhas, para, no fim, exigirem escravos (14).

Os indígenas dessa região tinham dialeto próprio, mas, todos entendiam a língua geral que corre toda a costa do Brasil e sobe o Amazonas por mais de quatrocentas léguas; (15) concluindo A. METRAUX, após documentado estudo, ter sido o curso superior do Tapajós o centro de dispersão dos Tupis (p. 10) que, daí em sucessivas vagas: a primeira na direção do baixo Xingu; a segunda na direção do alto Amazonas, cuja bacia ocupam entre o Purus e o Napo, e a terceira, a mais considerável na direção da bacia do Paraguai (16).

Pedro Teixeira, tido como descobridor do Tapajós, o subiu em 1626, castigando e escravizando seus naturais, (17) e na volta

(10) *Idem*, *idem*, p. 203.

(11) *Idem*, *idem*, p. 204.

(12) *Idem*, *idem*, p. 205.

(13) *Idem*, *idem*, p. 271.

(14) *Idem*, *idem*, ps. 271 a 273.

(15) BERREDO — *Anais Históricos* (1905), v. II, p. 105.

(16) *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, vol. III (1940), p. 11.

(17) M. Cardoso BARATA. *Apontamentos para as Efemérides Paraenses* (Ediç. do Inst. Hist. Geogr. Bras., p. 139; CARVAJAL *cit.*, p. 106, nota 12. Em 1625, Teixeira já desalojara os Holandeses de seus fortes no Xingu. (Henry W. BATES *O Naturalista no Rio Amazonas*; tradução do Prof. Cl. de Melo Leitão "Brasiliana", v. I, 1944, vol. 237, p. 247, nota 251).

de sua viagem ao Peru (1639), entrou na embocadura desse rio, cujo nome se origina da principal nação que o povoava, encontrando numa de suas aldeias abundante refresco de carnes do mato, aves, peixes, frutas e farinhas (18).

Mais tarde (1664), Pedro da Costa Favela aliou-se aos Tapajós para combater os Guanevanas e Caboquenas (19) e, obtendo do Pará um reforço, multiplicou os estragos feitos aos indígenas, incendiou trezentas aldeias no rio Xingu, matando setecentos homens e aprisionando quatrocentos que se tornaram escravos, já em 1665 (20).

Segundo H. A. de Santa Rosa essa devastação do Xingu, foi em 1666 (21).

Quando o padre Luis Figueira visitou as aldeias indígenas do Xingu, em 1636, já encontrou pessoas batisadas em Maturu, pelos padres de Santo Antônio e, uma igreja, não tendo razão J. Lúcio de Azevedo (os Jesuítas no Grão Pará e Barata (Emeférides) quando dão os jesuítas como fundadores de Maturu (22), pois o padre Garzoni fundou somente a Residência e não a "Aldeia" (23).

Retirando-se o padre Figueira, apesar da promessa de voltar, não o pôde fazer, só sendo restabelecida a ação efetiva dos jesuítas com os padres Salvador do Vale e Paulo Luis, enviados por Antônio Vieira, tendo o primeiro erigido a igreja da "Residência" de N. S. do Desterro na aldeia de Tapará, em 1660 (24).

O padre José de Moraes diz que as aldeias de Caviana (Vilarrinho do Monte), Boa Vista, Tapará e Maturu (Pôrto de Moz)

(18) BERREDO cit., v. I, p. 292.

(19) Autor e obr., cits., v. II, p. 191.

(20) Idem, idem, p. 192.

(21) *A Depressão Amazônica e os seus Exploradores*; 312.

(22) Serafim Leite — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio, 1934. Tomo III, p. 344, nota 1.

(23) Autor, obra e vol., cits., p. 346, nota 1.

A conquista de Maturu aos Holandeses, em 1623, por Luis Aranha de Vasconcelos, jornada de que foi capelão o padre de Santo Antônio Fr. Cristóvão de S. José, é narrada pormenorizadamente por Fr. Agostinho de Santa Maria; erguendo-se na presença do padre Figueira, defronte da igreja, uma cruz. (Serafim Leite, obra, vol., e p. cits.).

Diz o padre Felipe Bettendorff que foi ele Bettendorff o primeiro missionário do rio Tapajós, pôsto ali pelo padre Antônio Vieira, em 1661 (p. 59), assim como o do rio Xingu, foi o padre Luis Figueira (Rev. do Inst. Geográfico Brasileiro, vol. LXXII, p. 66).

(24) Autor, obra e vol., cits., p. 349.

foram, primeiramente, dos jesuítas, umas de visitas, outras de residência, todos com igreja e casa, mas, só numa delas tinham assento os missionários, ora em Tapará, ora em Maturu, e nem sempre seguidamente por falta de padres (25).

Depois de 1670, Tapará decaiu rapidamente, passando a atividade missionária a se internar por ser mais fácil a catequese nos lugares mais distantes da fortaleza; ficando, em 1693, segundo a repartição geral das aldeias, as de Tapará e Maturu com os padres da Piedade, já estando fundada a de Itacuruçá, que tinha por orago S. João Batista, principal aldeia da ribeira e chamada ordinariamente Aldeia do Xingu, cuja fundação é atribuída ao padre João Maria Garzoni, não muito antes de 1690. Em 1695, foi retomada pelos padres da Companhia, contando, em 1730, 878 índios e mais 76 catecúmenos (26).

A aldeia de Piraviri formou-se, desdobrando-se a de Itacuruçá, a fim de serem separados índios de nações diferentes, que viviam brigando. Foi fundada em 1727, pelo padre Antônio Vaz. Em 1730, ela contava 733 índios e 345 catecúmenos, ainda não cristãos. Entre eles havia os Muruãs. Tinha boa igreja e imagens, casa para os missionários, ficando mais em forma, pela era de 1755. Aparece também com os nomes de Piraquiri, Piriquiri, Pirauveri (27).

A aldeia de Santo Inácio de Aricari (Aricá, Aricará), última do Xingu, à margem esquerda acima de Piraquiri, vê seu nome pela primeira vez no catálogo de 1723, sendo provável a sua fundação pelos jesuítas alguns anos antes. Em 1730, tinha 970 índios e 180 catecúmenos. A esta aldeia, foram incorporados, em 1736, pelo padre Luis de Oliveira, os Jurunas, cujas tabas distavam cerca de quinze dias de viagem. Pertencia este grupo ao das nações mais marciais e contestava com outros com quem estavam sempre em luta. *Juru* significa bôca e *una*-prêta. Têm a bôca prêta e barba (28). O seu último missionário foi o padre Manuel dos Santos.

Foi nesse rio que se iniciou a catequese jesuítica no Amazonas, operando-se gradativamente o trabalho de penetração, por diversos missionários, de 1636 a 1668, quando o padre Pero de Pedrosa e o

(25) Autor e obra, cits., p. 349.

(26) Autor e obra, cits., p. 5, 350 e 351.

(27) Autor e obra, cits., p. 352.

(28) Autor e obra, cits., p. 353.

irmão Antônio Ribeiro chegaram ao sertão dos Tacanhapes, no rio dos Juruinas, numa viagem de vários meses (29).

A formação de aldeias no baixo Xingu, suscitava a entrada em busca de índios para abastecê-las, tendo o padre Garzoni escrito ao geral que esperava baixar quinze aldeias, mas, coincidindo com esse esforço, a subida de Manuel Pais, coletor de cravo, impediu este a descida dos indígenas esperados pelo padre Garzoni (30).

A roda de 1750, efetuou-se a última expedição pelos padres da Companhia ao Xingu, indo acima das primeiras cachoeiras, cinco semanas de viagem, o padre Roque Hundertpfundt, ou umas cento e cinquenta léguas, encontrando os índios *Curibaris* e *Jacipocas*, no interior do rio Iriri (31).

Quando Pedro Teixeira reconheceu o Tapajós em 1626, levava em sua companhia o insigne capucho de Santo Antônio Frei Cristóvão de São José, já havendo, na época, relações dos índios desse rio com os castelhanos que desciam o Amazonas, mas, a catequese ou colonização só teve início com a chegada dos jesuítas, segundo Palma Muniz; devendo ser registrado, como o primeiro que aí foi expressamente, o padre Antônio Vieira (32).

Dois anos depois, em 1661, enviou os padres Tomé Ribeiro e Gaspar Misch, que acharam na aldeia dos Tapajós, indígenas de seis tribus diversas, e trocaram os brindes do costume: milho, mandioca, galinhas, ovos, beiju, mel, peixes e carnes moqueadas, por espelhos, facas, machados, velórios, vidrilhos, etc. Houve festas, missa, catequese, batismos, deixando antes de saírem no terreiro da aldeia uma cruz.

Passado um mês, chegava aí o padre Bettendorff, que construiu uma casa e uma igreja de taipa de mão e pintou o retábulo de murutim contendo N. S. da Conceição, com Santo Inácio à direita e S. Francisco Xavier à esquerda (33).

(29) Autor e obra, cits., p. 355. Tendo notícias dos Tacanhapés, da lingua geral, mandei o padre Pedro Pedroso, bom lingua, numa canoa bem equipada, uns 14 dias rio acima, transpondo rochedos, em que havia entalhadas figuras e letras (p. 277); isso depois de 1663 (p. 279) e antes de 1680. (Rev. do Inst. Hist. e Geogr. Brasileiro v. LXXII, p. 329; Crônica do Padre Felipe Bettendorff).

(30) Autor e obra, cits., p. 355, nota 3.

(31) Autor e obra, cits., p. 355.

(32) Autor e obra, cits., p. 357.

(33) Autor e obra, cits., p. 358.

Apesar de Bettendorff levar ordem para erguer a residência no oiteiro, onde está hoje a fortaleza e levasse a aldeia para o pé do monte, só em 1698, o fizeram. Em agosto de 1665, a aldeia do Tapajós, já era a mais importante das missões do Pará, caminho por onde os portugueses passavam nas suas entradas ao Solimões e Rio Negro, sendo, então, seu missionário o padre Manuel Pires.

Houve uma índia que governou o Tapajós chamada *Maria Moçara*, principaleza, muito citada nos começos da civilização desse rio (34) e a mais reputada nos Anais da Companhia, que faleceu cerca de 1678, quando a aldeia se denominava de Todos os Santos, contendo quatro nações principais: Aretuses, Arapiunces, Tajruense e Serranos (35).

Prevalceu, porém, como orago N. S. da Conceição; a principio, com âmbito regional do baixo Amazonas, e, finalmente, invocação da aldeia que se desenvolveu rapidamente; sendo o seu período mais próspero e em que foi dirigida pelo padre Rebelo, o qual aí passou mais de 23 anos, pois, em 1719, ainda ali estava (36).

Em 1730, havia várias aldeias no vale, mas, só a dos Tapajós, propriamente dita, constava de 793 índios. Da igreja e antiga residência nada existe atualmente (37).

O catálogo de 1722 mencionava a aldeia de Iburari, Ibirarib, Borari, Morari, dos missionários do Tapajós que, em 1730, contava 235 índios. Devido a sua proximidade com a dos Tapajós que dificultava o sustento dos indígenas, o padre Manuel Ferreira a transferiu, em 1738, para um lugar sete léguas acima, na mesma margem do rio.

Os índios Arapiuns foram aldeados pelo padre Manoel Rebelo, em 1723, cujo orago era N. S. da Conceição, contendo em 1730, 1.096 índios; ainda citando-se nesse mesmo ano a aldeia Nova de Cumarú, com 166 indígenas (38).

A aldeia de Santo Inácio no Tapajós procedeu da aldeia de Tupinambaranas, dando-se a mudança em 1737, tornando-se logo muito populosa (39).

A de S. José ou Maitapus foi fundada em 1722, tendo, em 1730, 400 índios, tendo sido a única aldeia amazônica dos jesuítas

(34) Autor e obra, cits., p. 359.

(35) Autor e obra, cits., p. 360.

(36) Autor e obra, cits., p. 361.

(37) Autor e obra, cits., p. 363.

(38) Autor e obra, cits., ps. 363 e 364.

(39) Autor e obra, cits., p. 364.

que, em 1758, não foi elevada a vila, passando a Lugar de Pinhel, por ter, então, pouca gente (40).

Os jesuítas, como se vê nas suas viagens ao longo do Tapajós e afluentes, aliás muitas, foram até as cachoeiras, onde começava a praga dos *piuns* que tornam inabitáveis essa região, e a falta de peixe, base da alimentação na Amazônia (41).

Passando-se ao Século XIX, vários exploradores tiveram contacto com os índios, tendo Karl Von den Steinen afirmado que, no centro do Brasil, havia ainda milhares de homens desconhecidos da raça branca e um Estado poderoso a cujas leis estavam sujeitos (42).

Os presidentes da Província do Pará, referindo-se aos indígenas, informavam que, em 1841, havia no rio Xingu uma missão que reuniu algumas tribus errantes, produzindo efeito, (43) a qual continuava provida três anos depois, (44) e cogitava da construção de uma capela na nova aldeia e solicitava pessoas que ensinassem aos índios a fabricação de farinha, a fiação de algodão, a proibição de comércio direto dos regatões com os silvícolas, e a construção de uma casa no rio Tucuruhi, para onde eles conduzissem o resultado do seu trabalho, a fim de ali se efetuar a permuta por gêneros conduzidos pelas canoas de comércio e sob as vistas de uma pessoa que zele pelos interesses dos índios (45). Em 1859, Domingos Antônio Ferro contratou um descimento do alto Xingu, do gentio *Toconhapeua*, trazendo nove dêles, em abril, voltando todos satisfeitos com roupa, armas de caça, terçados e várias ferramentas; (46) estando no rio o missionário frei Marcelo de Santa Catarina de Senna e diretores Antônio Dias Guerreiro, no rio Xingu e José Miguel Tenório, em Souzel (47). Nesse ano, devido ao aparecimento de uma grande porção de *Tucunapeua*, estabeleceu-se uma missão logo acima da primeira cachoeira, junto ao rio Tucuruhi, de onde frei Marcelo se retirou pouco depois, não mais voltando ali; tendo-se como único resultado saber-se haver acima

(40) Autor e obra, cit., p. 365.

(41) Autor e obra, cit., p. 366.

(42) "Rev. da Soc. Geogr. do Rio de Janeiro". T. IV, p. 189.

(43) Relatório do Presidente Bernardo de Sousa Franco, de 14, abril, 1841, ps. 11 e 14.

(44) Relat. do Presidente José Tomás Henriques, de 15, agosto, 1843, pág. 9.

(45) Relat. do Presidente Manuel Paranhos da Silva Veloso, de 15, agosto, 1844, ps. 16 e 17.

(46) Relat. do Presidente Manuel de Frias e Vasconcelos, de 1 de outubro de 1859, ps. 59-60.

(47) Relat., cit., Anexo 29.

das cachoeiras tribus de Juruna, Tucunapeua, Xipoca, Arara, Tapaiuna, etc. avaliados em três mil indivíduos, sendo a mais numerosa a dos Jurunas que, de preferência, moram nas ilhas, por temerem os Tucunapeua. Exercem em pequena escala a cultura da mandioca, milho e feijão, tecem fios e redes mui grosseiras; sendo os Tucunapeua mais inteligentes e laboriosos do que os Juruna (48).

Em 1863, eram conhecidas treze tribus no rio Xingu: *Juruna*, *Tucunapeua*, *Juaicipoia*, *Urupaya*, *Curiaia*, *Peopoia*, *Tauatapiaura*, *Tapuia-eretê*, *Carajá-mirim*, *Carajá-pocu*, *Xipoca*, *Arara* e *Tapaiuna*. A primeira tem cerca de 250 indivíduos alojados nas primeiras ilhas a montante das cachoeiras, com plantações de mandioca, algodão, do qual fazem excelente fio com que urdem redes e cintas. Andam nus e usam ubás, sendo seus hábitos e costumes idênticos aos dos índios em geral. Usam arco, flecha e servem-se de armas de fogo; são muito indolentes e ladrões. Os *Tucunapeua* residem há muitos anos nas cabeceiras do rio Iriry, afluente do Xingu, emigrando uns para uma das grandes ilhas do Iriry, tendo as febres os reduzido a cento e cinquenta; são laboriosos, honestos e inimigos implacáveis dos Juruna. Há vestígios de uma pequena capela na ilha em que residem, o que indica haver o homem culto plantado ali o germe de uma civilização (49). Os *Juaicipoia* têm umas sessenta pessoas, nas ilhas do Iriry; indolentes e disformes; costumes e hábitos dos Juruna. A tribu dos *Urupaya* é numerosa e pacífica, mas desconfiados; tem hábitos e costumes dos Tucunapeua; habitando as últimas ilhas de que há notícia no Xingu. São elegantes, de belas formas, bonita côr, destros e laboriosos; conservando a tradição do encontro tido em remotas eras com homens que lhes atiraram, causando grande mortandade. Os *Curiaia* vivem em grande extensão no seio das matas; bravos, destemidos e inimigos das outras tribus: têm mandioca, algodão e fazem redes (50). Os *Peopaia* habitam a margem ocidental; têm horrendo aspecto e côr de cobre; sem relações com as tribus pacíficas. *Tauá-tupucará*, cujo nome é derivado de sua côr (amarelo-escuro); são poucos, mas ferozes, habitando no interior. *Tapuia-eretê*, habitando a parte oriental do rio; são altos, musculosos e trigueiros; rosto pintado de preto até o meio; dormem numa espécie de balaio comprido, em vez de rede (51).

(48) Relat. do Presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque, de 1 de setembro de 1862, ps. 18 e 19.

(49) Relat. do Presidente Araújo Brusque, de 1 de novembro de 1863, ps. 16 e 17.

(50) Relat. cit., ps. 17 e 18.

(51) Relat. cit., p. 19.

Carajás-mirim, de estatura baixa, grossos, cabeça grande, testa achatada, alimentam-se de frutos silvestres, caça e certo barro; não plantam nem tem indústria alguma; dormem sobre folhas amontoadas a esmo, simbolizando o derradeiro grau de degeneração humana. *Carajás-pucus* que habitam também no lado oriental do rio; são altos, delgados, quase negros, cabeça e nariz extremamente chatos; não usam arco nem flecha e tão somente uma pesada maça; sendo temidos por tôdas as hordas que habitam o Xingu (52). *Araras*, tribu assaz numerosa e errante que appareceu nesse rio há dez anos; é inimiga das demais, com exceção da dos *Tucunapeua*, com quem permutam farinha, sal, louça, ferramenta, recebendo dêles algumas ofertas; são ativos, quase brancos e de cabelos castanhos claros, (53) usando as mulheres longas tranças, tendo alguns dos homens espessos bigodes. Os *Xipocas* e *Tapaiuna* não se sabe bem onde moram (54). Essa população indígena era estimada em doze mil almas, de notáveis diferenças de côr e cabelos, sendo que os *Tucunapeua* são quase brancos, de olhos azulados e cabelos castanhos (55).

Em 1868, a catequese no Xingu era praticada pelos missionários frei Ludovico e frei Carmelo de Mazzarino; (56) em 1874, havia um missionário dirigindo o aldeamento *Tucunapeua*, outrora fomentado pelo goiano Domingos Ferro, que se retirou para a sua província (57).

Retirando-se do rio os catequistas freis Pelino e Ludovico, os silvícolas se dispersaram; tendo a muito custo o diretor respectivo reunido alguns das tribus *Juruna*, *Tacombopura* e *Arara*, os quais vivem quase exclusivamente de pesca (58).

Em 1880, a província se dividia em treze diretorias parciais, correspondendo todo o rio Xingu à sexta (59).

(52) Relat. cit., p. 20.

(53) Relat. cit., p. 21.

(54) Relat. cit., p. 22.

(55) Relat. cit., p. 23.

(56) Relat. do Presidente Joaquim Raimundo Delamare, de 6 de agosto de 1868, p. 24.

(57) Relat. do Presidente Pedro Vicente Azevedo, de 15 de fevereiro, de 1874, p. 37.

(58) Relat. do Presidente João Capistrano Bandeira de Mello, de 9 de março de 1878, p. 103.

(59) Relat. do Presidente João Coelho da Gama e Abreu, de 15 de fevereiro de 1880, p. 79.

Alguns diretores entendiam que o cargo era de proveito próprio, outros, sem inteligência, queriam transformar de um dia para o outro, o índio em cidadão votante; achando-se o serviço muito mal organizado (Relat. do Presidente Gama e Abreu, de 1880 cit., p. 80).

Os índios prôpriamente ditos não se dedicam à indústria alguma, a não ser o preparo de instrumentos do seu uso diário e de pequenas canoas e ubás, nada apresentando de notável; cultivando, alguns dos aldeados, a mandioca, o arroz, milho, feijão e algodão, às vêzes, porém, nem chega para o seu consumo. Dedicam-se mais a extração de produtos naturais (60).

Em 1886, dizia o Presidente Tristão de Alencar Araripe que o sistema de simples catequese religiosa não correspondia em resultado ao ônus dos cofres públicos. Ela atrai os índios selvagens, mas, para que se possa tirar vantagem real e fixar o indígena entre nós, conviria criar estabelecimentos industriais, onde os rapazes fôsem receber instrução. Deixá-los em aldeamentos longínquos dirigidos pelos catequistas, é perder tempo e dinheiro. Os meninos e rapazes devem ser entregues a estabelecimentos industriais, onde aprendessem a ler e escrever, e os officios de que poderiam viver e que os fixaria entre os civilizados, cujos hábitos adquiririam (61).

Aos doze anos do regime republicano, o govêrno estadual ainda falava em estabelecer núcleos indígenas, com vantagens para as regiões do Xingu e Tapajós, nas quais se encontravam numerosas tribus (62).

Karl von den Steinen fêz duas excursões ao rio Xingu, uma em 1884 e outra em 1887-1888. Na primeira verificou êle que os aborígenes desconheciam os homens de raça branca e prêta, o império do Brasil, (63) animais domésticos como os cães, assim como banana, cana de açúcar, bebidas alcoólicas e a existência e o uso dos metais. Seus instrumentos mecânicos eram conchas, dentes e machadinhos de pedra e o material de que se serviam, a madeira, fôlhas, frutos das árvores e ossos de animais.

Tôdas as tribus que encontrou falavam linguas diferentes, pertencendo pela sua origem a familias as mais diversas que, nos tempos prehistóricos, se achavam espalhados pelo continente americano, do Prata às Antilhas (64).

Von den Steinen encontrou, na viagem de 1888, descendo o rio, os *Bakairi* (65) (rio Batovi), os *Nahuquas* (numerosa tribu

(60) Relat. do Presidente Visconde de Maracaju, de 7 de janeiro de 1884, p. 60.

(61) Relat. de 25 de março de 1886, p. 57.

(62) Mensagem do Governador José Pais de Carvalho, de 1 de fevereiro de 1901, p. 79.

(63) Revista da Sociedade de Geografia, do Rio de Janeiro, tomo IV (1888), p. 189.

(64) Rev. e tomo, cits., p. 190.

(65) Rev. e tomo, cits., p. 197.

dos rios Kuliseu e Kuluene), ambas as tribus pertencentes ao ramo dos *Karaibes* (66); os *Mchinakus*, *Aueto*, *Vauras* e *Vrustenaus* (no Kuliseu) (67); os *Janalapitis* e os *Vramayuras* (sendo estes tupis legítimos) na margem de uma lagoa grandiosa; tendo sido a nona e última tribu a dos *Trumais*, cujo idioma não se parece de forma alguma com outro qualquer por êle Steinen conhecido (perto da confluência do Kuliseu com o Batovi), onde já estavam em 1884 (68).

No mapa do rio Xingu, anexo a Viagem ao Tapajós, de Henri Coudreau (1895), tradução de A. Miranda Bastos (*Brasiliiana*, v. 208) conforme o levantamento e coordenadas locais do Doutor O. Clauss, vê-se o percurso da expedição de 1884, de von den Steinen, e anotados na bacia xinguense o lugar *Anauiri* (antiga missão jesuíta), acima do rio Ambé (m. esq.), "Aldeia Peuá", "Cabana de Índios", "Índios Araras" (entre 3º 11' e 3º 46' de lat. sul); várias aldeias de Jurunas (entre 4º 34' e 8º 34'); índios *Suiá* (acima de 11º 11'), à margem direita do rio Suiá-missu; "Aldeia dos Trumais" (cêrca de 12º lat. sul) à margem direita dos rios Culiseu e Xingu; doze tribus no rio Culiseu; Estabelecimento e plantações dos índios *Custenaus* (entre 12º 17' e 12º 24'); aldeias "Bacairi" (entre 12º 30' e 13º 14').

Ensina von den Steinen que os *Bakairis* pescam por meio de flechas e de cestas num lago; cultivam mandioca e milho, cortando as árvores com machado de pedra; andavam nus, comiam sem sal, cultivando alguns frutos perto da cabana; cortavam os cabelos com capim navalha e dentes de peixe; (69) fumavam cigarros de palmo e meio de comprimento; e tinham uma astronomia esquisita, pois, o sol representa uma coroa de penas de ardra: a lua, outra de penas de japu; o Orion a estiva que êles usam para torrar a massa de mandioca; o Cruzeiro um mondeu para apanhar passarinhos; a Via Lactea uma árvore colossal sem folhagem, que se usa para produzir sons iguais ao jongo dos negros (70).

O mundo para êles se cinge às cabeceiras do Xingu e Paratinga. O avô dos *Bakairis* foi uma onça pintada, concluindo-se do desenvolvimento das suas lendas que os homens e animais representam um papel qualitativamente igual, sendo o homem simplesmente o animal mais forte e inteligente; falando "o Bakairi ainda

- (66) Rev. e tomo, cits., p. 199.
 (67) Rev. e tomo, cits., p. 200.
 (68) Rev. e tomo, cits., p. 201.
 (69) Rev. e tomo, cits., p. 197.
 (70) Rev. e tomo, cits., p. 198.

hoje dos Trumais com o maior desprezo por considerá-los convictamente serem êles verdadeiros animais". Os seus mitos estão cheios de metamorfoses, não encontrando nêles a idéia de um *Deus* pessoal; desconhecendo êles um ente a quem se adora e se dedique um culto ainda o mais simples; não se tendo visto vestígios de ídolos (71).

Os *Nahuquás* formavam o povo mais numeroso do rio Kuliseu, afluente do Kuluene, o principal contribuinte do Xingu (72)

Essas duas tribus forneceram ao explorador novas provas de grande valor para a sua teoria de que os *Karaibes* transmigraram originariamente do sul para o norte (73).

Todos estes índios são baixos, bem proporcionados, ágeis, côr de barro claro, cabelos pretos, ondulados em alguns individuos, sendo os *Trumais* de estrutura mais fraca e de fisionomia bruta: inteiramente nus, trazendo as mulheres uma tanga de forma triangular de fôlha de palmeira "maior do que um olho, porem menor do que uma orelha; desconhecendo êles o sentimento de vergonha oriundo de nossa educação. As mulheres usam cabelos compridos, cortando-os os homens em volta, usando algumas tribus uma coroa que, originalmente, servia de sinal distintivo nacional, e por engano, considerada como costume derivado dos padres. Tiram cuidadosamente todos os cabelos do rosto e do corpo, arrancando as pestanas desde criança. Untam-se com pó de carvão ou azeite vermelho de piqui e urucu, em que os mosquitos ficam grudados e morrem.

As casas redondas ou de forma elíptica são altas e airoas, formando, em geral, um grande círculo, em cujo centro se acha a casa da festa, não habitada, na qual não entram as mulheres (74).

As casas servem de habitação de várias famílias e estão cheias de cuias, panelas, cestos com provisões, armas e ferramentas. As redes feitas com fibra de palmeira ou de algodão são tecidas a mão entre dois paus fincados no chão.

A agricultura e a pesca lhes fornecem os principais alimentos, sendo a caça de plano secundário. Assustam-se com os nossos cães, só conhecendo entre os animais domésticos — papagaios, periquitos e iapus. Cultivam o milho indígena, piqui, mangaba, algodão, fumo, palmeiras de bocaiuva e, em alguns lugares, a batata doce, cará, fubá (75).

- (71) Rev. e tomo, cits., ps. 207 e 208.
 (72) Rev. e tomo, cits., p. 199.
 (73) Rev. e tomo, cits., p. 199.
 (74) Rev. e tomo, cits., p. 202.
 (75) Rev. e tomo, cits., p. 203.

As pedras servem de machado e de martelo, usando em vez da faca, dentes de piranha e do peixe cachorro; aplainando e alisando a madeira com conchas do rio. Viram a terra com paus ponteados e com unhas do tatu canastra. Só uma tribo possui pedras apropriadas para machados, apanhadas no leito dos riachos, a qual é fornecedora às demais.

Trocam os objetos que produzem por outros de que precisam, sem idéia de valor.

Dando formas de animais ao vasilhame de barro (76) demonstram um certo desenvolvimento artístico.

Entre os produtos mais perfeitos de sua arte, destaca-se o das máscaras, usadas nas danças. Entre tupis de Xingu, elas são fabricadas de tecidos pintados e nas outras de pedaços de madeira com grandes narizes e aberturas pequenas para os olhos, enfeitadas com um desenho simétrico do rosto, dentadura de dentes de piranha e olhos de conchas do rio (77).

Parece que em todos os pontos importantes do Xingu, a linguística e a etnologia de suas tribus, unem-se de uma maneira característica, sendo as mulheres as artistas da cerâmica, como também da arte de pontilhar o corpo humano de ornamentação, relacionadas diretamente com as figuras das vazilhas, pelo que Steinen as classificou como *nu-aruaik*.

Em geral, só os homens tomam parte nas danças, com os seus enfeites de pena e o corpo envolvido em capas feitas de fibras de palmeira buriti; tendo as representações formas diversas, batendo-se com o pé com o que marcam os compassos, (78) com os maracás e chocalhos, acompanhadas de cantigas simples, quase sempre melancólicas e de sons solenes, tendo por único instrumento musical a flauta, singela ou composta de três tubos, de vários tamanhos, havendo até da altura de um homem alto. Os arcos e flechas exercem papel importante nas danças.

As mulheres se entrassem na *casa das flautas* morreriam. Vivem em monogamia, sem a cerimônia de casamento: "A moça vai com o homem que a escolheu à sua choupana: o homem arma a sua rede acima da rede dela e já está pronto o casamento". Os maridos idosos se acham, em regra, de posse das raparigas novas e mais bonitas, que lhe poderão prestar mais serviços do que as velhas; sendo a mulher o melhor espólio da guerra (79).

(76) Rev. e tomo, cits., p. 204.

(77) Rev. e tomo, cits., p. 205.

(78) Rev. e tomo, cits., p. 205.

(79) Rev. e tomo, cits., p. 206.

Por ocasião do parto, o marido também tem o seu resguardo, ficando na rede alguns dias, tomando só água e mingau, sem poder sair de casa, nem pegar em armas.

As relações das crianças são mais íntimas com o pai, sendo a mãe considerada apenas como o campo em que se coloca a semente, derivando-se do pai o corpo e a alma do filho (80).

Os mortos são enterrados no largo em frente à casa das festas, com a cabeça para leste, tendo por cima buracos especiais para facilitar o acesso às formigas e insetos. Acreditam na continuação da vida, havendo uma alma que por ocasião do sono deixa o corpo e emigra para os lugares em que eles estão sonhando (81).

Os *feiticeiros* pretendem conjurar trovoadas, curando os seus médicos com a fumaça do tabaco; tendo eles quase tanto prestígio quanto os caciques. Estes têm um poder muito grande, (82) mas, se uma tribo se desentende com o seu chefe, emigra, abandonando-o.

Têm boa índole e humor bem alegre, quase não havendo crimes, a não ser o furto, praticado pelos adultos e pelas crianças. E acrescenta: Não é a espingarda que serve para a sua pacificação; elogiando o tratamento que os índios lhe dispensaram (83). Tratou com três mil indígenas do Xingu, capazes de desenvolvimento intelectual e moral se forem guiados apropriadamente ou brutais, se forem maltratados; fornecendo-lhes mais de 1.400 facas e facões, para acabar entre eles com a idade da pedra (84).

Henri Coudreau que o explorou em 1896, fala nos *Araras* que têm suas instalações mais importantes na montanha chamada Serra Grande dos Araras, a oeste do Xingu, e acrescenta que, quem viaja nesse rio, ouve falar nas tribus dos *Assurinís*, *Penas*, *Jurunas*, *Achipayes*, *Araras*, *Curinayes*, *Araras Bravos*, *Carajás*, *Carutiás* ou *Mundurucus*, estando a maior força dos primeiros no rio Pacajá Grande, sendo os conhecidos pela alcunha de *Veados mansos* e civilizados (85).

Os *Penas*, são tupis e estão muito reduzidos. Os *Jurunas* se estendem da Praia Grande a Pedra Sêca, tendo tido há uns vinte anos, 18 malocas, não passando atualmente de uns 150 indivíduos mansos, civilizados e vagabundos. Os *Achipayes* são do rio

(80) Rev. e tomo, cits., p. 207.

(81) Rev. e tomo, cits., p. 207.

(82) Rev. e tomo, cits., p. 208.

(83) Rev. e tomo, cits., p. 209.

(84) Rev. e tomo, cits., p.s 210 e 211.

(85) *Voyage ao Xingú*, Paris, 1897, p. 32.

Iriri, estando misturados com a população civilizada dêsse rio até cerca de quinze dias de viagem (86).

Os *Araras* são, no Xingu, uma nação misteriosa, passando por ser a mais vagabunda da região, estando pouco misturados com os civilizados, mas, se unem a outras tribus na sua vagabundagem; havendo uma boa parte dêles entre os *Penas*. Suas mulheres se recomendam pela sua beleza. Pertencem à nação caraiba.

Os *Curinayes* estão nas florestas da margem esquerda do *Curuá* diriri. Em 1895, atravessaram o Xingu em diferentes pontos.

Os *Araras Bravos* viveriam no alto *Curuá d'Itiqui*, mais ou menos separados dos outros *Araras* e misturados com os negros dos *mucambos* do *Curuá d'Itiqui* (87). São hostis a tudo que é civilizado e aos índios mansos.

Os *Carajás* são os *Botocudos-Suyas* que Steinen viu em Mato Grosso, antes de chegar à cachoeira da *Pedra Sêca*. São canoieiros medíocres, (88) de alto talhe, corpulentos, vigorosos, bons nadadores, mas, nulamente bravos e só atacam a traição. Em 1893, fizeram uma estação temporária nas montanhas do confluente *Iriri*.

Os *Caruriás*, também misteriosos, são mansos, mas, muito batalhadores. Constroem boas ubás nas quais iriam visitar os *Jurunas*, que há muito tempo vivem em boas relações com êles. São grandes viajores e segundo tôdas as probabilidades não são outros que não os *Mundurucus* (89).

Achou que o número de índios de *Pedra Sêca* para baixo, era de 112 na maior parte *Jurunas*, além de 40 *Penas* e 25 *Assurinins*. Nas *malocas*, compreendido o *Curuá d'Iriri*, entre *Penas*, *Jurunas*, *Achipayes*, *Araras*, todos mansos, haveria uns 150 indivíduos, (90) que, somados aos referidos acima, somam 327 silvícolas mansos.

No rio *Tapajós*, em 1851, havia três aldeias: *Santa Cruz*, *Curi* e *Ixiúba*, com 557 pessoas na primeira, 258 na segunda e 501 na terceira, mais 167 almas do que em 1849; dedicados os índios à extração de drogas silvestres, e parte dêles à cultura do cacau, café, fumo e mandioca; sendo seu missionário frei Egídio de Garesio, capuchinho, que subiu o *Tapajós* até quase a fronteira com Mato Grosso, visitando as tribus dos *Mundurucus* e calculando

(86) Obra cit., p. 33.

(87) Obra cit., p. 34.

(88) Obra cit., p. 35.

(89) Obra cit., p. 36.

(90) Obra cit., p. 226.

o número de indígenas com quem praticou, em três mil, que lhes pareceram dóceis e propensos à civilização (91).

Frei Egídio deixou-lhes uma embarcação, ferramentas, fazendas e outros objetos indispensáveis às primeiras necessidades, esperando a fundação de novas aldeias, para melhorar a navegação e as relações de comércio com Mato Grosso; mas, no ano seguinte, permaneciam três os aldeamentos, acrescidos de 374 indivíduos da família *Mundurucus*, de índole pacífica e dados ao trabalho (92).

Dois anos após, notava-se viva animação nas aldeias de *Santa Tereza*, *Santa Cruz*, *Curi*, *Ixituba* e *Maloca-Nova*, assistindo a população os atos religiosos, vendendo gêneros de sua indústria e comprando o que lhes agrada; (93) aumentando, dess'arte, de duas o número de aldeias.

O Presidente Miguel Antônio Pinto Guimarães fala na missão da "Cabeceira do Rio *Tapajós*" dirigida por frei Egídio, nomeado desde novembro de 1848, com 500 cruzeiros de congrua; (94) dando para a de *Santa Cruz* 609 pessoas em 48 casas, uma igreja e 99 índios casados; *Curi* 282 almas em 14 casas, uma igreja e 55 casados; *Ixituba* com 500 índios, 15 casas, uma igreja e 51 casados; *Maloca Nova* com 97 indivíduos (95).

Quatro anos depois o Presidente Frias de Vasconcelos informava que êstes aldeamentos prosperaram a princípio, mas, presentemente, apesar de se ter extraído dêsses lugares, boa qualidade de *salsaparrilha*, *guaraná*, *breu*, *estopa* e outros produtos, estão em plena decadência (96).

Em 1862, o Presidente Araújo Brusque dizia não haver um só sacerdote destinado ao mister de catequizá-los, a despeito dêles haverem erguido núcleos que medraram através de ingentes sacrifícios e formaram o berço de algumas florescentes povoações; (97) acrescentava ter no município de *Itaituba*, 32 aldeias, compostas de 9.907 *mundurucus*, sendo 853 nas três tabas existentes a jusante da vila; 1.783 nas dez *malocas* à margem do rio, e 7.315 nas das campinas centrais, afora quatro *malocas* de *maués* na referida

(91) Relat. do Presidente Fausto Augusto de Aguiar, de 15 de agosto de 1881, ps. 56 e 57.

(92) Relat. do cit. presidente, de 20 de agosto de 1852, p. 83.

(93) Relat. do Presidente Sebastião do Rego Barros, de 15 de agosto de 1854, ps. 36 e 37.

(94) Relat. de 16 de outubro de 1855.

(95) Relat. cit., Anexo 26.

(96) Relat. de 1 de outubro de 1859, ps. 59-60.

(97) Relat. de 1 de setembro de 1862, p. 13.

margem; estando os *Mundurucus* espalhados nos aldeamentos de Santa Cruz, Curi, Ixituba, Pindaboi, Jamaxim e muitas outras no alto Tapajós; e os *Maués* em Baburé, Tucunaré, Guará, Montanhas, Umbutu, etc. Ambas são muito desconfiadas, mas simples e sinceras com as tribus vizinhas e civilizados que os procuram, desprezando-os quando recebem qualquer ofensa, e cometendo as maiores violências e atrocidades quando ofendem à honra de suas mulheres. Sua indústria predileta é a caça e pesca, sendo, porém, aptos a qualquer trabalho industrial. Cultivam guaraná, tabaco e mandioca, sendo a sua farinha imperfeita. Os *Mundurucus* são inclinados ao comércio, à lavoura, sem aborrecer o trabalho, mas, os *Maués* não apreciam essas coisas. A falta de pessoal idôneo e abnegado para dirigir os núcleos, dificulta o serviço do índio: sendo considerado melhor para tal fim o elemento religioso (98).

No município de Santarém havia dois aldeamentos, afora diversas malocas (99).

Em 1872, dizia o Presidente Abel Graça que os *Mundurucus* procediam dos Tupis, sendo, talvez nessa ocasião, em todo o Amazonas — “a mais nobre reliquia dessa grande e infeliz raça”. Aires de Casal desde 1817 dera o nome de *Mundurucânia* ao extenso território que medeia entre o Madeira e o Tapajós, região em que eles preponderavam. É uma tribo ativa, industriosa, valente e indomável na guerra, amiga fiel, mas, também inimiga terrível quando provocada; originando-se em grande parte, dessa família, as povoações de Uxituba, Curi, Santa Cruz e outras; havendo dêles entre as cachoeiras, as malocas de Baburé, Montanha, Maloquinha, Ponta Grossa, Rato, Curuçá, Bacabal, Boa Vista, Jacarecanga, Iri, etc.; achando-se a maior parte na taba denominada Campinas (100).

O bispo D. frei João de São José, beneditino, quando chegou ao Tapajós, em 1762, falava da tribo dos Tapajós como já tendo existido, encontrando-se, dificilmente em 1872, vestígios dela. Naquela época, os *Mundurucus* ainda não haviam conquistado o vale do Tapajós, onde não dominam. Parece que os *Tapajós* ocupavam somente a foz do rio e a extensa baía de Vila-Franca. Os *Maués*, ainda numerosos, aplicam-se à cultura e fabrico do guaraná e, de bravia e errante que era, foi dominada pelos *Mundurucus* que os obrigaram a fixar-se e ter relações com os cristãos; dizendo-se o mesmo dos *Apiacás*, habitantes do alto Tapajós, e auxiliares importantes dos Cuiabanos que, anualmente, desciam à

(98) Relat. de Araújo Brusque cit., ps. 19 a 21.

(99) Relat. do Presidente Abel Graça, de 15 de agosto de 1871, p. 39.

(100) Relat. de 15 de agosto de 1872, Anexo I, p. 14.

compra do guaraná. Os *Mundurucus* exterminaram a bela tribo dos *Parintins* e perseguem repetidamente os que ainda vagueiam entre o Tapajós e o Xingu (101).

Há um século habitavam o Tapajós, entre outras tribus, as dos Uarapás, Apaumariás, Marixitais, Amanajás, Apicuricus, Morivás; Maquirias, Jacareuarás, Anpuriás, Senecuriás, Periquitos, Necuriás, Surimanas, Matuari, etc.; fundando os jesuítas uma missão na grande taba do Tapayu (102).

O aldeamento de *Bacabal* foi fundado por freis Pelino de Castro Valva e Antônio Albano, fixando aí mais de 800 *Mundurucus*, (103) cujo número em 1876, reduzia-se a umas cinco centenas; (104) datando sua fundação de 23 de fevereiro de 1872 (105).

Os índios de *Curi* (distrito de Itaituba) e de *Santa Cruz* (distrito de Aveiros), têm igrejas e algumas casas cobertas de palha, em decadência. Alguns dos menores estudam nas escolas públicas de Itaituba, Aveiros e Pinhel, dedicando-se outros a oficinas mecânicas (106).

Nas várias tribus da Província havia aldeados 4.260 indivíduos, sendo a mais numerosa a dos *Mundurucus*, que se elevava a mais de um milhar, ocupando todo o Tapajós. Estes e os *Tambés*, são os mais suscetíveis de civilização (107).

(101) Relat. e Anexo cit., p. 17.

(102) Relat. e Anexo cit., p. 18.

(103) Relat. do Presidente Pedro Vicente de Azevedo, de 15 de fevereiro de 1874, p. 37.

(104) Relat. do Presidente Francisco Maria Correia de Sá e Benevides, de 15 de fevereiro de 1876, p. 41.

(105) Relat. do Presidente João Capistrano Bandeira de Melo, de 15 de fevereiro de 1877, p. 65; Alfredo Moreira Pinto, Dicionário Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, 1894, vol. A-E, p. 179.

Frei Pelino de Castrovalva fundador da aldeia de Bacabal, foi demitido a bem do serviço público do cargo de diretor, em 1876, mas indo a Corte, regressou à Bacabal e aí distribuiu e vendeu os gêneros depositados pelo Engenheiro Adriano Xavier de Oliveira Pimentel, como lhe aprovou, tendo ainda a ousadia de reclamar o pagamento de seus ordenados. Enviou também partidas de borracha para a casa comercial de Cullere Frères, preparadas pelos índios, e continuou com o mesmo procedimento, apesar de ter recebido ordens do comissário geral dos Capuchinhos, para se recolher ao convento de Pernambuco. (Relat. do Presidente J. C. da Gama e Abreu, de 15, fevereiro, 1880, p. 80).

(106) Relat. do Presidente Bandeira de Melo, de 9 de março de 1878, pág. 104.

(107) Relat. do Presidente Visconde de Maracaju de 7 de janeiro de 1884, p. 58.

Bacabal teve de ser abandonada como sede de aldeamento, devido a retirada de frei Serafim de Triestre que, dedicando-se ao comércio, descurou-se dos seus deveres de missionário (108).

O que é fato, é que a população silvícola do vale do Tapajós, por volta de 1876, era numerosa e composta de várias tribus, na maior parte internada e sem (pág. 33) contacto com os civilizados, ocupando os planaltos próximos às nascentes, os descampados de uma e outra margem da zona encachoeirada e acima dela, quase sempre nas proximidades de algum ribeiro; que vivem ainda hoje, como vivia há séculos, sempre em contacto com a natureza, indiferente e sem ambição, provendo-se apenas da alimentação de cada dia, satisfazendo as necessidades vitais com o pescado, caça e colheita de frutos silvestres, sendo que alguns, como os *Mundurucus*, cultivam com proveito, a mandioca, o milho, a batata doce e a banana (109).

Entre as tribus notavam-se os *Apiacás*, *Nhambicoaras* e *Tapaiunas* no Arinos; *Atenhaués*, *Bacairis*, *Etinatés*, *Ipitiuates*, *Ipinambiés* e *Joaritis* — "Central"; *Bororós* e *Cabechis* no Cuiabá; *Mundurucus*, *Maués*, *Morcegos* e *Parintintins* no Tapajós; *Parecis* e *Peribetatás* no Juruena — S. Manuel; *Titiquatés* no Juruena; *Piurus* e *Tupadelutes* no S. Manuel (110).

A dos *Mundurucus* é a mais numerosa, inteligente, ativa e dada à lavoura de mandioca, sendo ainda notável pela sua bravura nos combates e excessiva vigilância para sua garantia, podendo-se afirmar que vive em tempo de paz aquartelada. Pintam todo o corpo com tinta de genipapo, constando o penoso processo de um sistema de aplicação que fica assinalado por um período de dez anos; tornando-se biógrafos de si próprios, na pele como se fôra um livro. São seus principais inimigos os *Parintintins*, com quem vivem em guerra aberta e constante. Quando acometem são de uma ferocidade inacreditável, só poupando as crianças, que

(108) Relat. cit. do Presidente Maracaju, p. 60.

Ficava a um dia de viagem acima da cachoeira de Mangabal, em terras elevadas, com 700 *Mundurucus*, fabricando mais de 5.000 alqueires de farinha que vendiam e exportavam, contribuindo para baixar o seu preço de 15 a 16\$000 para 3 e 4\$000. Seu orago era N. S. da Misericórdia, numa casa assobradada, coberta de palha. Tem uma escola com umas 70 crianças dos dois sexos; não sendo o seu estado tão próspero quanto se esperava; mas os missionários que a dirigem têm conseguido exportar também salsaparrilha, borracha e óleo de copaiba. (R. L. TAVARES, *O Rio Tapajós*, Rio de Janeiro, 1876, ps. 38 e 39).

(109) R. L. TAVARES. *O Rio Tapajós*, Rio de Janeiro, 1876, ps. 33 e 34.

(110) Autor e obra, cits. ps. 34 e 35.

são por eles adotadas e criadas como seus próprios filhos, aumentando a tribu (111).

Aquêle que possui maior número de troféus (das cabeças dos inimigos) fica habilitado a substituir o tuxaua. Geralmente são de estatura elevada e robustos e, pôsto que não joviais, são serviçais, patriotas e amigos do branco. Nenhuma outra tribu nutre melhores princípios de moralidade e justiça, sendo por demais ciosa de seus direitos naturais. Calcula-se haver mais de dez mil indivíduos, dos quais habitam as margens cêrca de três mil (112).

Os *Apiacás* vivem em constantes relações com os regatões do alto Tapajós e comerciantes de Cuiabá que, por aquêle descem e prestam valiosos serviços nas cachoeiras. São da família tupi, dóceis a tãda prova e amigos do trabalho, pescadores, caçadores, e servem também como cargueiros e guias no trajeto das cachoeiras. Assolados pela varíola, poderão restar uns mil.

Os *Maués* ocupam o território entre a margem esquerda do Tapajós e a direita do Maués. Ainda que mansos, industriosos e únicos cultivadores e manipuladores do guaraná, são falsos e de indole um tanto perversa. Seu número é calculado em quatro mil almas.

A catequese dêsses índios sofre as conseqüências de uma direção defeituosa. Seus missionários capuchinhos e os regatões impedem seu progresso, vivendo êstes em constante e aberta opposição ao missionário. São duas fôrças contrárias: um obedecendo aos instintos da ganância e da rapina, e o outro os ditames da consciência, mais ou menos pura (113).

A comissão chefiada pelo Capitão A. L. Telles Pires (1889-1890) encontrou a 4 de outubro de 1889, no rio São Manuel, um pequeno aldeamento de *Bacairis* mansos, chamado Pôrto de Cima, cujo chefe apelidado Felipe, era regularmente claro, de boa estatura, barba rara, mestiço com branco que conservava a tradição de um *Tumen*, homem bom, que lhes ensinara muitas coisas e viera do leste, talvez, algum missionário (114).

Henri Coudreau, explorando o Tapajós por incumbência do govêrno do Pará, antes do fim do século XIX, dizia que por êsse tempo, os *Parintintins* só desciam até Cai, onde os civilizados os encontraram cêrca de 1892, fazendo-lhes um verdadeiro massacre, porém, anteriormente, vinham muito mais abaixo. Receiosos dos *Parintintins*, os moradores do Jamanchi tem suas casas nas ilhas.

(111) Autor e obra, cits., p. 35.

(112) Autor e obra, cits., p. 36.

(113) Autor e obra, cits., p. 36.

(114) Rev. da Soc. de Geogr. do Rio de Janeiro, t. VI, p. 145.

aonde se encontram mais abundância de seringueiras, circunstância que também os atrai (115).

Acrescenta Coudreau que os *Maués*, outrora grandes produtores de guaraná, quase que abandonaram essa indústria, pela da borracha; calculando o total dêles em 1.500 indivíduos, que se fundiram, como os demais índios, com os civilizados, ou se extinguiram (116).

Quanto à «Missão do Bacabal», cujo âmbito abrangia das ilhas do igarapé Açu aos rochedos de Cuatacuara, onde frei Pelino conseguiu reunir uns 600 índios, na maioria *Mundurucus*, recrutados ao longo do Tapajós, morreram quase todos, ficando reduzida a metade quando o frade deixou a missão, e na época da viagem de Coudreau estava deserta (117).

Dai para o alto, vêem-se malocas dêesses índios, como no igarapé Cantagalo do célebre tuchaua Maribaxi; no igarapé Caburi, a mais falada dessa nação e denominada Macapá; no centro ao lado da grande ilha de Jacaré Aconga; na região dos campos, ao lado do rio Cururu, aliás, onde vive a maior parte dessa nação, com uns 800 indivíduos (118).

Entre Salto Augusto e Sete Quedas, cêrca de 500 quilômetros, não há civilizados mas, em compensação, há meia dúzia de tribus bravias: *Tapanhunhas*, *Nhambiquaras*, *Parintintins*, *Bakairis bravos*, *Cabajis* (119).

Coudreau ainda se refere aos *Apiacás*, magníficos marinheiros nas cachoeiras; *Bakairis*, que se estendem do S. Manuel, Paranatinga, ao Xingu (120).

Quanto ao número de *Mundurucus* e malocas, diz que no rio Tapajós havia 18 casas com 173 habitantes; 19 casas com 1.105 habitantes nos seus afluentes; no alto Tapajós seis casas com 52 habitantes; nos afluentes do alto Tapajós, duas casas com 20 habitantes; no rio S. Manuel quatro casas com 49 habitantes; e no rio Sucunduri uma maloca com 30 habitantes, num total de 50 casas com 1.429 índios (121).

(115) *Viagem ao Tapajós*, 1896, Tradução de A. de Miranda Bastos, Brasileira, ps. 38 e 39.

(116) *Obra cit.*, ps. 44 e 45.

(117) *Obra cit.*, ps. 49 e 50.

(118) *Obra cit.*, ps. 54, 55, 56, 61, 72, 74. A nota 24, da pág. 77, retifica a população dessas malocas para 2.500 pessoas.

(119) *Obra cit.*, ps. 131 e 132.

(120) *Obra cit.*, ps. 136, 137 e 138.

(121) *Obra cit.*, ps. 236, 237 e 238.

Os *Apiacás* não passavam de 100 pessoas, habitando cinco casas (122).

EXPLORADORES

Os exploradores dêesses rios eram de vários feitios, uns antropologistas, etnógrafos, geólogos, mineralogistas e botânicos, estudando o homem primitivo e o meio físico, e outros que, a pretexto de civilizar os autóctones, extrair drogas e cultivar a terra, os submetiam aos maiores vexames e lesões, quando não os arcabuzavam, reduzindo os sobreviventes ao cativo; seguindo-se ou acompanhando esta turma, mais destruidora do que construtora, os religiosos e missionários que, em nome da fé procuravam retirar do grau de atraso em que se achavam os indígenas existentes nessas terras, incutindo-lhes uma nova crença tentando aldeia-los com o fito de melhorar as condições de sua vida, o que nem sempre conseguiam, e isso mesmo por um certo tempo, não só devido à índole nômade do gentio, como a falta de perseverança dos catequistas ou da direção pouco firme e elevada dos responsáveis.

Não se deve olvidar outra casta de exploradores que, não obstante malsinada por muitos, também contribuiu com o seu comércio ousado, para o descobrimento de muitas regiões desconhecidas, cheias de um gentio por vêzes instável, mas que, por meio de astúcias, ia se deixando enlear e dominar — os regatões.

Êsses homens destemidos, contribuíam para o constante deslocamento das populações, com o seu comércio ambulante, prejudicando a fixação do homem nos povoados, mas, em compensação, iam levar aos habitantes do interior ou às aldeias indígenas, a mercadoria ou objetos úteis ou necessários ao seu viver; não se podendo negar que, além de prestarem um grande serviço num momento de aflição, principalmente quando os seringalistas não podiam acudir seus fregueses, por falta de recursos, êles representaram o papel de batedores, abrindo caminho para os colonizadores ou desbravadores das selvas marginais (123).

(122) *Obra cit.*, p. 238.

(123) Para o Presidente Araújo Brusque, o regatão era um "formidável cancro que corroi as artérias do comércio lícito das povoações centrais, desviando delas a concorrência dos incautos consumidores, não contente com os fabulosos lucros, que assim auferre, transpõe audaz enormes distâncias, e lá penetra na choça do índio". Essa aldeia se converte logo num bando de servidores que, em recompensa de trabalhos e sacrifícios, recebe muitas vêzes uma calça e uma camisa. (Relat., de 1 de novembro de 1863, p. 12); mas, para o Presidente Domingos Soares Ferreira Pena, que falou na mesma época, o regatão era "uma Providência mercantil: tarda mas não falta".

Os primeiros exploradores foram os holandeses que se localizaram na região não encachoeirada do Xingu e os ingleses nas margens do Amazonas, no principio do Século XVII, de onde foram desalojados pelas forças portuguesas, seguidas de missionários também lusos, que procuraram catequizar os aborígenes, aldeando-os, isto de 1626 a 1758, quando, devido à sua expulsão, foram substituídos pelos franciscanos que, ao lado de alguns padres seculares, trabalharam intensamente, na região, até que, proibindo o marquês de Pombal, em 1764, a admissão de candidatos à ordem dos Franciscanos, acabou toda a obra missionária nessas paragens. No Século XIX, viam-se alguns sacerdotes seculares nas paróquias do Xingu, e entre eles os padres Torquato Antônio de Sousa, Manuel Maria da Anunciação e Teodósio Canova Nogueira (124).

No mesmo século fundaram os Capuchinhos importantes missões no Xingu; e, em 1910, D. Amando Bahlman, Bispo prelado de Santarém, organizou a cura das almas nessas regiões; e criou a nova paróquia de Altamira, a 20 de outubro de 1911; e o Papa Pio XI criou a Prelazia do Xingu, a 16 de agosto de 1934, nomeando Prelado o monsenhor Clemente Geiger, da Congregação dos Missionários do Preciosíssimo Sangue, construindo-se novas capelas em S. Félix, Rio Fresco, Sítio Petrópolis e Vitória (125).

Chega ao porto, e sua presença faz ecoar gritos e vivas de alegria na família que o esperava ansiosa ou faminta. O velho seringueiro compra peixe, farinha, carne seca, champagne e manteiga inglesa, e a mulher adquire riscados para saias, lenços, queijos, doces, brincos e bugiarias para as crianças. O rapaz compra anzóis e linhas, espingardas, pólvora, chumbo e cachaça. A filha compra anéis de ouro, cortes de cassa, sedas, rendas, chales e lenços, tendo por moeda a borracha. Há regatões que deixaram a honra por onde andara, mas, também é verdade que, nestes últimos tempos, tem aparecido alguns regatões probos e estimados nos seringais. (Relat. de 29 de fevereiro de 1864. Apêndice, ps. 32 e 33.

(124) Padre Carlos Borromeu Ebner, *Xingutânia — Separata dos Anais Missionários do Preciosíssimo Sangue*, Belém do Pará, 1950, p. 13.

O padre Serafim Leite informa que a conquista de Maturu aos holandeses foi em 1623, por Luís Aranha de Vasconcelos, jornada de que foi capelão o padre de Santo Antonino frei Cristóvão de São José. (*História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. III, p. 346, nota 1).

Afirma o padre Carlos Borromeu Ebner que o Capitão-mor de Gurupá João Velho do Vale entrou no sertão do Xingu, com cem mosqueteiros e três mil índios e retirou-se com alguma perda de gente; bastando o padre Manuel de Sousa com o seu colega Manuel Pires para, como missionários, reduzirem duas populosas aldeias de jurunas, descendo-as, alojando-as, uma na aldeia do Xingu (Itacuruçá) e a outra mais abaixo em Maturu. (Op. cit., p. 10).

(125) Autor e opusculo, cits., p. 14.

Os Jesuitas fundaram as aldeias de S. João Batista de Itacuruçá (hoje Veiros), da qual fizeram centro de suas atividades; de Arapijô (hoje Carrazedo), na antiga capitania de Gurupá; Caviana (hoje Vilarinho do Monte); Tapará, Boa Vista; Maturu (hoje Porto de Moz); Pirauri (hoje Pombal), decadente; Aricari (hoje Pombal Velho) Crutajó (hoje Souzel Novo); e Tucuman, ao todo dez estabelecimentos que entraram em decadência, com a expulsão dos Jesuitas, a despeito de alguns esforços do governo (126).

Os holandeses, dirigidos por Nicolas Oudaen, construíram o forte de Gurupá e dois outros — o de Nassau e o de Orange, o primeiro na margem esquerda do rio Xingu, sessenta quilômetros a montante de Porto de Moz, e o segundo à margem direita, próximo ao mesmo lugar (127).

Nas suas explorações, anteriormente a 1616, os holandeses fundaram algumas feitorias, sendo uma em Maturá, outra defronte do forte de Orange e a terceira em Cuiaminé, à margem esquerda desse rio, protegida pelo forte de Nassau, dez léguas a montante daquela (128).

No rio Tapajós, Pedro Teixeira aí penetrava em 1626, o que fizera antes no Xingu, navegando-lhe o curso inferior, seguido dos Jesuitas que ali instalaram várias aldeias de 1661 em diante, inclusive uma, na grande taba de Tupayu, protegida pelo fortim erguido ao lado por Manuel da Mota Siqueira, (129) em 1697, (130) e várias outras aldeias.

No Século XVIII, surgem outros exploradores, vendo-se Leonardo de Oliveira descer em 1742, de Mato Grosso até a missão de São José; (131) o mestre de campo Antônio de Almeida

(126) Autor e op. cits., p. 13.

(127) Paul Le Coite — *L'Amazonie Brésilienne*, tomo I, Paris, 1922, p. 16, notas 1 e 2. Os holandeses de 1605 a 1610, estabeleceram-se no Amazonas, escolhendo a foz do Xingu e construindo os fortes de Nassau e de Orange, e, depois disso em Gurupá, em número de 250 a 300. (J. B. Hafkemeyer, S. J., *Determinação da área conhecida do Brasil do Norte até fins do Século XVII*, p. 29.

(128) Luis Cordeiro, *O Estado do Pará*, Belém, 1920, ps. 36 e 37.

(129) Relatório do Presidente Abel Graça, de 15, fevereiro, 1872, Anexo I, p. 18; Artur O. N. Viana *Limites do Estado do Pará — Segunda Parte*, 1900, p. 88; Serafim Leite, obra e vol., cits., p. 358.

Pedro Teixeira, segundo Ferreira Pena subiu o rio até o lugar hoje chamado Alter do Chão (Palma Muniz, *O Município de Itaituba, Pará*, 1906, p. 73; A. Moreira Pinto, *Dic. Geogr. do Brasil*, 1894, vol. A-E, p. 53).

(130) Paul Le Coite, obr. cit., p. 19.

(131) H. Américo de Santa Rosa — *A Depressão Amazônica e os seus exploradores*, p. 315.

Falcão descobrir, em 1745, as primeiras minas na bacia do Tapajós; (132) João de Sousa Azevedo descer o Sumidouro até o Arinos e Tapajós, indo até Belém, pelo Amazonas, em 1746, segundo R. L. Tavares, (133) ou 1747, segundo Artur O. N. Viana (134) e A. L. Monteiro Baena, (135) o qual estabeleceu-se no Arinos, formando nos rios Negro, Arinos e contribuintes, numerosa população que foi dizimada pelas febres e índios, até que seus remanescentes se deslocaram para Diamantino, atraídos pelo ouro das minas do alto Paraguai.

Artur Viana adianta que depois de 1752 e ainda no Século XVIII, o Governador de Mato Grosso, Manuel C. de Abreu Menezes cometeu ao furriel Manuel Gomes Vieira a missão de o descer, sem resultado prático devido aos terríveis obstáculos das cachoeiras, mas, deixando um roteiro da viagem feita no Arinos-Tapajós (136).

Em 1773, uma expedição portuguesa subiu o Tapajós até as cachoeiras, chegando a um rio desconhecido, que, desde então, ficou sendo chamado rio das Tropas. Encontrando os *Mundurucus*, propuseram a compra de escravos, sendo repelidos após dois ou três dias de luta e perseguidos pelos indígenas que devastaram as aldeias; massacravam seus habitantes, que, assombrados pelo terror inspirado pelo nome de *Mundurucus*, não puderam defender-se, chegando a Santarém, quase ao mesmo tempo que os portugueses. Não podendo os silvícolas escalarem o fortim, defendido por armas de fogo, foi proposta a paz pelos sitiados, reco-

(132) A. L. Monteiro Baena, *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, 1839, p. 503.

(133) *O Rio Tapajós*, 1876, p. 5.

(134) *Op. e parte, cit.*, ps. 88 e 315.

(135) *Ensaio Corográfico, cit.*, p. 505. Palma Muniz também indica este ano de 1747 (*O Município de Itaituba*, Pará, 1906, p. 73).

Moreira Pinto, baseado em Ferreira Pena explica que, em fins de 1746, João de Sousa Azevedo, chefiando uma frota de canoas, chegava à aldeia de Alter do Chão, vindo de Mato Grosso, a procura de ouro, pelo que desceu o rio Sipotuba, passando deste ao Sumidouro até a boca do Arinos, onde encontrou o explorador paulista Pascoal Arruda que andava em igual diligência. Despedindo-se deste, baixou pelo Arinos ao Tapajós até a foz do S. Manuel, rio em que se diz encontrou boa porção de ouro e com que chegou a Borari, acompanhado de 60 escravos e dois camaradas. Impedido pelo padre Manuel dos Santos de prosseguir viagem ou regressar a Mato Grosso, foi preciso ordem do Governador João de Abreu Castelo Branco para que ele pudesse ir à Belém onde após longas averiguações e indagações, justificou o procedimento contra a ordem régia que proibia as comunicações por terra entre o Pará e as capitânicas de Mato Grosso e Goiás. (*Dic. Geogr. do Brasil*, 1894, vol. A-E, p. 53).

(136) *Op. e parte, cit.*, ps. 85 e 89.

lhendo-se os atacantes às suas aldeias, depois de assolar todo o baixo Tapajós. Em 1872, ainda residia em Alter do Chão, uma índia que presenciou o acontecimento e devia ter nessa data cerca de 12 anos, a qual dizia que os *Mundurucus* cortavam a cabeça de todos até Santarém (137).

O governo de Mato Grosso não se desinteressou das riquezas do vale na centúria seguinte, e já, em 1812, o Governador João Carlos Augusto de Oyenhausen Grevensberg ordenava aos Capitães Miguel João de Castro e Antônio Tomé de França que descessem o Arinos, fixando no "Salto Augusto" um posto militar, ao qual se agruparam selvagens da tribo *Apiacás*, durante muitos anos. A expedição era composta de 72 pessoas, numa canoa grande e sete batelões que navegou o Arinos, de 23 de setembro a 11 de outubro. Em homenagem ao governador, os comandantes denominaram de Augusto ao majestoso salto de cerca de cem palmos de altura (138).

Em 1819-1820, o Tenente de milícias Antônio Peixoto de Azevedo desceu o São Manuel ou Paranatinga, mas, o roteiro que deixou, pouco adiantava, pois, indicava, apenas, por estimativa a posição dos baixios, cachoeiras, saltos, etc. (139).

A incumbência foi dada pelo Governador de Mato Grosso, Francisco de Paula Tavares de Carvalho, com o fim de estabelecer fácil comunicação com o Pará, encarregando-o de descer o Paranatinga ou São Manuel; tendo Peixoto também examinado a viagem pelo Arinos (140).

Segundo R. L. Tavares, foi surpreendido, em 1822, descendo os rios Prêto, Arinos e Tapajós, um outro explorador, que chegou à Santarém (141).

Vários exploradores estrangeiros o percorreram com finalidades diferentes, como o conselheiro russo Langsdorff, em 1828, Henry Walter Bates, em 1851-1852; Alfredo Wallace, na mesma época, William Chandless em 1861; Morgan, sob a direção suprema de Charles T. Hartt, em 1870-1871; Henri Coudreau, em 1895-1896; Frederico Katzer, em 1897.

Entre os brasileiros que o exploraram, vemos os nomes do engenheiro João Martins de Sousa Coutinho, em 1865; os engenheiros A. M. Gonçalves Tocantins e T. H. Correia de Miranda,

(137) *Relat. do Presidente Abel Graça*, de 15 de fevereiro de 1872, Anexo I, ps. 18 e 19.

(138) Artur Viana, *op. e vol., cit.*, ps. 85 e 89.

(139) "Rev. da Soc. de Geogr.", Rio, vol. VI, p. 138.

(140) H. de Santa Rosa, *op. cit.*, p. 317.

(141) *O Rio Tapajós*, 1876, p. 5.

em 1871; os Capitães do exército Antônio Lourenço Teles Pires e Oscar Miranda, ambos engenheiros, em 1889-1890, afóra outros mais modernos.

O enviado do Imperador Nicolau I, conselheiro Langsdorff, soube-se mais tarde, que apresentara apenas mera narração de viagem (142).

Bates destacou-se na descrição da cidade de Santarém e arredores, procurando explicar a formação de sua gente, classes, profissões, cerimônias, relações de família, recepções, costumes, hábitos, móveis, negócios, diversões, festividades religiosas, carnaval, produção, criação, doenças, revoltas, moeda, etc. Subindo o rio, já em 1852, foi até a zona das cachoeiras, viajando mais de dois meses, até os arredores do último ponto habitado por gente civilizada, em que morava João Aracu, onde passou muitos dias, visitando a aldeia dos *Mundurucus*, no rio Cupari, composta de trinta casas, espalhadas na distância de seis ou sete milhas (143).

Henri Coudreau viajou no rio, de 28 de julho de 1895 a 7 de janeiro de 1896, indo de Santarém à cachoeira de Sete Quedas, na "Mundurucânia" a que qualificou de atual. Refere-se às povoações das margens do Tapajós "que surgem e desaparecem após uma vida mais ou menos breve e mais ou menos feliz"; ao clima quente e úmido da parte inferior do rio e ao mais agradável, temperado e sadio das cachoeiras; encontrando gente civilizada muito acima do lugar a que chegou Bates, quase meio século antes.

Coudreau fôra incumbido pelo Governador do Pará, Lauro Sodré, de missão científica, não só no Tapajós, como no Xingu. Considerou o rio Cupari a pérola da região, em virtude da extrema fertilidade de suas terras e abundância de produtos minerais: gesso, pedra de cal, amianto, etc.; (144) descreve tudo quanto viu, sem esquecer as povoações, aldeias indígenas, fazendas, barracas, campos, serras, produtos naturais, cachoeiras, saltos destacando entre estes o *Augusto*, limite geralmente aceito entre o Pará e Mato Grosso; (145) sendo a montante os peixes de escama e a jusante de pele, bem como ali as matas são mais ricas em produtos naturais, marcando a fronteira da salsaparrilha, que não é mais vista ao sul deste ponto (146).

(142) R. L. Tavares, op. cit., p. 5.

(143) Henry Walter Bates, *O Naturalista no rio Amazonas* — Trad. de Melo Leião, vol. II, ps. 5, 23, 71 e 126.

(144) Henri Coudreau — *Viagem ao Tapajós*. Tradução de A. Miranda Bastos, Série Brasileira, n. 208, p. 25.

(145) Autor e obra, cit., p. 119.

(146) Autor e obra, cit., p. 121.

Fica no limite do altiplano matogrossense, como já constatará W. Clandless, na altitude de 450 metros acima do mar; (147) sendo ao sul o clima semitemperado, ao norte o clima amazônico; também havendo transição na flora e fauna; (148) verificando-se acima desse salto o deserto completo até a cachoeira de Sete Quedas, numa extensão de cerca de 500 quilômetros sem civilizados, com meia dúzia de tribus bravias (149).

Realça também o autor o encanto dos rochedos de *Cuatacuara*, a montante do rio Crepori, qual muralha de três quilômetros ao longo do rio, de 100 a 150 metros de altura, parecendo um frontal de edifício, um obelisco, gigantescas catedrais informes, aspectos de fortaleza ciclópica, capitéis colossais, janelas (150).

Frederico Katzer, chefe da secção mineralógica e geológica do Museu Paraense, explorou o Tapajós, de setembro a novembro, de 1897. Achou a região estudada pobre em tesouros do reino mineral, acrescentando que até a data em que ali esteve não foi demonstrada a existência de carvão, (151) nem de ouro; (152) sendo que os minérios de ferro existentes, não representava, no momento, valor apreciável; (153) e quanto ao petróleo, não encontrou sinal positivo indicando a existência de depósitos; (154) havendo, porém, vastos depósitos de calcáreo, no distrito de Itaituba, das cachoeiras para baixo (155).

Os engenheiros Julião Honorato Correia de Miranda e Antônio Manuel Gonçalves andaram estudando a região de Itaituba para cima, com a finalidade de se construir uma estrada para contornar

(147) Autor e obra, cit., p. 127.

(148) Autor e obra, cit., p. 129.

(149) Autor e obra cit., ps. 131 e 132.

(150) Autor e obra, cit., p. 51.

(151) Relatório publicado a respeito da exploração em Belém, 1898, p. 8.

(152) Relat. cit., p. 10.

(153) Relat. cit., p. 12.

(154) Relat. cit., p. 13.

(155) Relat. cit., p. 14. Morgan estudou a constituição geológica das margens do Tapajós até a cachoeira Apuhi. (Frederico Katzer "Relatório sobre a geologia do rio Tapajós", in Boletim do Museu Paraense, 1901, p. 136).

Acrescenta Katzer que há terrenos carboníferos, mas isto não quer dizer que exista carvão de pedra — (Relatório e Boletim, cit., p. 136).

Foi frei Garezzio quem primeiro descobriu e primeiro aproveitou a pedra calcárea, nas obras da igreja de Uaituba. (João Palma Muniz — *O Município de Itaituba*, Pará, 1906, p. 60).

as cachoeiras e estabelecer o tráfego com o alto Tapajós, em 1871 (156).

A comissão exploradora de 1889-1890, teve por chefe o Capitão de engenheiros Antônio Lourenço Teles Pires e ajudante o Capitão Oscar de Oliveira Miranda, fazendo partes da sua composição um sargento, vinte praças e três camaradas paisanos, saiu de Cuiabá em julho de 1889, chegando à fazenda São Manuel, a 2 de agosto, primeiro objetivo e aonde se demorariam até setembro, ocupados na construção de canoas, aprovisionamentos de víveres e observações geográficas. Começaram a viagem a 16 de setembro, navegando até 27 de dezembro, lutando durante mais de seis meses com toda a sorte de adversidades: fome, naufrágios, terríveis febres, que reduziram a comissão a dez homens doentes (157).

No grande planalto de Mato Grosso nascem e correm para o norte o Guaporé que, com o Mamoré, formam o Madeira; o Juruena e Arinos, formadores do Tapajós e o Xingu, mas, todos impróprios à navegação, devido aos saltos e cachoeiras. Restava examinar um contribuinte do Tapajós, cuja nascente se encontra entre o Arinos e o Xingu — o rio Paranatinga, como o chamam em Mato Grosso, ou São Manuel ou Três Barras, como é conhecido no Pará (158).

Foi preciso, então reconhecê-lo, e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro organizou pelo meado de 1888, a expedição aludida, a principio composta de quatro membros, dos quais dois se afastaram por doença — José Carlos da Silva Teles e Augusto Ximeno Villeroy, ficando os dois indicados acima, e ainda mais se reduziu, a 2 de maio de 1890, quando faleceu o chefe, Capitão Teles Pires (159). A 13 de julho de 1890, dos dez homens restantes, em um naufrágio de canoas numa cachoeira, desapareceram sete tripulantes e toda a ferramenta; (160) recomeçando, pela terceira vez, a tarefa de fazer mais uma canoa, o que se tornou possível, por haver deixado a montante alguns machados; trabalho que não foi preciso concluir, pois, 25 dias depois do desastre, o resto da expedição encontrou, subindo o rio, o Capitão José Soares de Sousa Fago, enviado de Manaus, em socorro da comissão, chegando a esta cidade, a 7 de setembro, onde o Capitão Miranda encontrou

(156) Relat. do Presidente Abel Graça, de 15 de agosto de 1872, Anexo I, p. 1. Palma Muniz também aponta como exploradores ou estudiosos desse rio em 1854, Benedito José da Silva; em 1868, Ferreira Pena; e, em 1872, Barbosa Rodrigues (*O Município de Itatuba*, Pará, 1906, p. 73).

(157) Revista da Soc. de Geogr., tomo VI, ps. 114 e 115.

(158) Rev. e vol., cits., p. 138.

(159) Rev. e vol., cits., ps. 139, 143 e 149.

(160) Rev. e vol., cits., p. 149.

os ex-companheiros de trabalho, Capitão José Carlos da Silva Teles e Augusto Ximeno Villeroy (161).

O Capitão Miranda confeccionou um mapa do Alto Xingu e formadores do Tapajós, com o reconhecimento do rio São Manuel ou Paranatinga, afluente do Tapajós, na escala de 1:1.700.000; desenhando este rio de 7º de latitude sul até as nascentes dos seus formadores. Por esse mapa o formador oriental do Paranatinga dista do rio Romuro (Xingu) umas seis milhas em linha reta. O autor assinalou na carta geográfica serras, tabas indígenas, lugares em que se encontram fosséis, rios, rebojos, baixios, ilhas, cachoeiras, saltos, da bacia do S. Manuel ou Paranatinga; sendo as longitudes de acordo com meridiano do Rio de Janeiro.

No Século XIX, no tocante ao rio Xingu, destacaram-se as explorações do Príncipe Adalberto da Prússia (1842), de Karl von den Steinen (1884, 1887 e 1888) e de Henri Coudreau (1896-1897).

Antes disso, sem precisar a época, o Presidente Abel Graça, fala que o único homem que se aventurou a subi-lo, foi um jesuíta alemão citado numa obra de um jesuíta português, publicado por Cândido Mendes, segundo lhe constava (162).

Adalberto da Prússia se fez acompanhar dos condes de Oriolle e de Bismarck (163).

Esse príncipe descreveu o rio, referindo-se aos seus povoados, seringais, flora, serras, campos, índios; desenhando o Xingu desde a foz até Piranhaquara (4º 51''), (maloca dos jurunas), riscando na margem esquerda os rios Tucuruí e Triri ou Guiriru, e a direita assinala vários povoados. Desenha também a "Estrada do Tucuru" ligando este rio a "Pôrto Grande". Encontram-se, à parte, várias fotografias referentes a povoações, mostrando suas casas de palhas, adobe, com exceção, apenas, da igreja de Souzel que é de madeira, coberta de telha, e algumas edificações dessa vila, construídas com tábuas. (Travels in South of Europe and in Brazil With a voyage up the Amazon and its tributary the Xingu, now first explored By His Royal Highness Prince Adalbert

(161) Rev. e vol., cits., p. 150.

(162) Relatório de 15 de agosto, 1871, p. 27. Américo Campos e Lindolfo Abreu dizem que o jesuíta alemão Roque Hunderpfund foi o primeiro explorador desse rio além das cachoeiras, subindo-o numa distância de 150 léguas; entrou no rio Iriri durante nove dias; praticando, como missionário, com os índios Caribaris e Jacipotas. (*O Município de Souzel*, Belém, 1909, ps. 9 e 25).

(163) Dicionário Hist. Geogr. e Etnogr. do Brasil, Introdução Geral, vol. II, *Estado do Pará*, p. 178.

of Prússia-Translated by Sir R. H. Schomburgk and J. E. Taylor ; vol. II, London, MDCCCXLIX, págs. 214 e 215).

Porém, a expedição mais importante foi a de Karl von den Steinen, a que já nos referimos no capítulo anterior, no tocante a etnografia.

Encontrou no sul do Xingu um sertão imenso e estéril do platô central, com pouca caça e rios muito pequenos e cheios de quedas, (164) no norte, o mais encachoeirado dos afluentes do Amazonas, atravessando no meio do seu curso um território montanhoso e de mata virgem, com uma correnteza tão violenta que as canoas frágeis, em uso pelos indígenas da parte superior, feitas de casca de árvores, não podem de maneira alguma vencer estes saltos, cachoeiras e corredeiras. Se não fôsse o auxílio dos Jurunas, em 1884, fornecendo à expedição fortes canoas de madeira e os guiando na passagem delas, teria a comissão sucumbido (165).

Von den Steinen foi acompanhado do seu primo Guilherme e dos Doutores Ehrenreich e Vogel. O primeiro auxiliou-o no trabalho antropológico, o segundo fez as observações astronômicas, magnéticas, meteorológicas e geológicas; (166) o Doutor Vogel fez os estudos para, por meio de um caminho mais curto, melhorar a comunicação entre Cuiabá e Santana de Paranaíba, empresa iniciada por Francisco Antônio Pimenta Bueno, e terminada, agora, pelo referido Vogel (167).

O Paranatinga era considerado como cabeceira do rio Xingu, mas no princípio do Século XIX, o Tenente Peixoto verificou que as suas águas se dirigem para o Tapajós, tendo a expedição feito uma série de determinações astronômicas e delineamentos de três roteiros diferentes de Cuiabá ao Paranatinga, indo daí ao afluente do Xingu, a que chamaram, em 1884, de rio Batovy, e como chegassem ao rio Xingu a 6 de setembro de 1887, batizaram o pouso de "Independência" (168).

O Doutor Clauss, companheiro de von den Steinen, em 1884, levantou um mapa do Xingu, mostrando o traçado dessa primeira excursão (169).

(164) Revista da Soc. de Geografia do Rio de Janeiro, v. VI, ps. 190 e 191.

(165) Rev. e vol., cits., p. 190.

(166) Rev. e vol., cits., p. 191.

(167) Rev. e tomo, cits., p. 192.

(168) Rev. e vol. cits., p. 195.

(169) K. van den Steinen — "Unter den Naturvölkern Zentral — Brasiliens" — Reiseschilderung und Ergebnisse der Zweiten Schingu, Berlin, 1897, p. II; Rev. da Soc. de Geografia do Rio de Janeiro, v. VI, p. 138.

O jornal paraense *Fôlha do Norte* informa que entre os visitantes ilustres podem ainda ser incluídos o Capitão Pedro Ribeiro Dantas (da

Resta Coudreau que, incumbido pelo governo do Pará de o estudar, publicou um livro a respeito, no qual se verifica ter sido realizada a viagem de 30 de maio a 26 de novembro de 1896, obra ilustrada com 26 vinhetas e um mapa do rio; voltando o excursionista do lugar Pedra Sêca.

Anota, como fez com o rio Tapajós, os povoados, sítios, antigas missões, tabas indígenas, rios, ilhas, cachoeiras, colinas, serras.

Pedra Sêca aonde chegou está a 240 metros acima do mar, ao passo que o Salto Augusto, no Tapajós, está a 450, não havendo um limite climático como no Tapajós (170). Refere-se a desenhos e figuras nas rochas (granito) de Camará, Itamaracá e Cajituba (171).

Conclui, achando que há numerosos seringais virgens, sendo a ribeira muito febreata, pouco habitada, região em que alguém jamais chegou a nada, com vários obstáculos bem caracterizados. É preciso assegurar a rapidez e gratuidade das comunicações entre o Xingu e as cachoeiras, a montante da grande volta (172).

NOMES

O do rio Tapajós não variou, apenas, evoluiu, de Estrapajosos, Tapajojos, Tapajosos para Tapajós, nome de uma família numerosa de indígenas que habitavam a parte inferior do seu curso.

É certo que C. Price, no seu Map of the World, 1714, estropiou-o para "Tuayaras" num rio que se acha no lugar do Tapajós, mas, já o "Globo de Zurich", a quem é atribuída a data de 1595, registrava "r" de los topaios", confirmado, com pequenas variantes, pelos cartógrafos que se lhe seguiram: "R. Topayos", na "Carte Française de l'Amazone vers 1719"; "Tapajotas", no de Nicolas de Fer (1719); "R. Tapajos", no de La Condamine (1745); "Tapayos R", no de Le Rouge (1746); "Rio de Tapajos", no de D'Anville (1748); "R. Tapajos", na "Copie de La Carte Portugaise de 1749", da qual já consta confluindo na margem direita o "R. Negro", "Riach dy 3 barray" e "R. dos Arinos", além dos formadores "R. Juruena" e "R. Juina", cujas nascentes

comissão Rondon), Doutor Avelino Inácio de Oliveira (do serviço mineralógico do Brasil), Doutor Teodoro Roch Gramberg, Doutora Emilia Sneathage, e uma comissão científica japonesa. (Edição de 1 de janeiro de 1940, in "Pasta existente no Cons. Nacional de Geografia").

(170) *Voyage au Xingú*, Paris, 1897, p. 93.

(171) Obra cit., p. 151.

(172) Autor e obra, cits., ps. 161 e 162.

eram cortadas ao sul pelo rio Madeira; "R. de Tapajós", no de Bonne (1771).

Em língua tupi, o rio chama-se *Tupayá-Paraná*, que significa rio dos Tapajós, ou então *Paraná Pixuna*, rio preto, dando os habitantes do lugar o nome de *Tupayu* a Santarém, porque aí existiu a principal taba do gentio dêsse apelido (173).

A denominação *rio preto* corresponde à coloração escura de suas águas.

O Xingu tem variado, não só no tocante a forma de escrever como teve, anteriormente, outras designações.

Chamaram-no "Paranahiba" (rio claro), o padre Cristobal d'Acunã (1641); (174) "Paranauba", C. Price no "Map of the World" de 1714; "Paranaipa", Nicolas le Fer, no mapa de "La Partie Meridionale de l'Amérique", 1719; "R. des Paranayba", Janvier, no mapa de "L'Amérique Meridionale", 1762; "R. de Paraiba", Bourgouin, in "Carte de l'Amérique Meridionale", 1774; Bonne (mapa), 1785; "Paranating, Janvier, in "L'Amérique Meridionale" 1782 e 1784; Nolin, 1791; "Paranatinga", Lapie in "L'Amérique Meridionale".

O padre Samuel Fritzs apelidou-o "Aripana", no mapa do "Curso do Rio Maragnon outrora das Amazonas", 1707 e 1717; nome êsse reproduzido na "Carte Francaise de l'Amazone, vers 1719"; e na "Carte Française Par S", 1739, embora com a letra "o" a mais, em duas delas.

A intromissão da alcunha Paranatinga, vem de se pensar naquelas eras que o rio dêste nome, confluía para o Xingu, quando na verdade, corre para o Tapajós, conforme verificou a expedição do Tenente Antônio Peixoto de Azevedo, em 1819-1820, (175) e outros exploradores que se seguiram.

Paranaiba era o nome indígena, mantido pelos holandeses, acrescentando o padre Carlos Borromeu que foi o padre João Felipe Bettendorf quem, pela primeira vez, o chamou de Xingu (176).

Bettendorf diz ter sido o primeiro missionário de todo o Amazonas, chegando no rio Tapajós (177) em 1661, ano êste em

(173) Relatório do Presidente Abel Graça, de 15 de fev., 1872, Anexo I, p. 17.

(174) Padre Carlos Borromeu Ebner *Xingutania*, Separata dos Anais Missionários do Preciosíssimo Sangue, Belém do Pará, 1950, p. 3; Berredo; Anais Históricos, 1905, v. I, p. 293.

(175) Rev. da Soc. de Geogr., v. VI, p. 138.

(176) *Xingutania* cit., p. 3.

(177) Crônica, in Rev. do Inst. Hist. Geogr. Br., v. 72, p. 59.

que, vindo da Europa, foi servir no Maranhão, tendo sido superior da Missão de 1669 a 1674 e de 1690 a 1693 (178).

Sendo assim, parece que a primazia cabe a expedição de Pedro Teixeira a Quito, que, de retórno, em 1639, entrou no rio "Xingu", já missionado pelos jesuitas; (179) ou então ao padre Luís Figueira que aí esteve em 1636 e que visitou as suas aldeias até Maturu, (180) pois, como se vê o nome já era aplicado.

Entre os cartógrafos do Século XVIII, vemos "R. Xingu", em La Condamine, 1745, tendo um formador a margem esquerda chamado Guiriri; "Xingú R."; em Le Rouge, 1746; "Rio Xingú", com o "R. Tarucuri", a banda esquerda, e outros mais para o alto, e a direita os rios Pacaxa, Itabagua, e Itona, em D'Anville, 1748; e muitos outros, como na "Carte Portugaise de 1749", que serviu para os negociadores do tratado de 1750, feito em 1751 e 1785; no mapa de Bonne, 1771, 1780, 1781 e 1785. No Século XIX, Lapie, 1814, anota "Xingu" no curso inferior, e "Paranatinga" convergindo para o "Guiriri" que, por sua vez, confluía no Xingu, nome que, de 1825 em diante, prevalece.

O Coronel de engenheiros, do exército brasileiro, Conrado Jacob Niemeyer, na sua "Carta Geográfica do Império do Brasil", 1846, registrou "R. Chingu", no curso inferior e no superior.

Karl von den Steinen empregou o termo "Rio Melancólico" (181).

ESTRADAS

Não tendo êsses rios uma navegação franca, por ser o seu extremo navegável de trinta a sessenta léguas, à montante do qual surgem inúmeras corredeiras, cachoeiras e saltos, obstáculos não facilmente removíveis (182) procurou-se estudar um meio de contorná-los, apontando-se como solução estradas de rodagem, se bem que alguém se lembrasse da desobstrução de alguns dêsses entres.

Já o engenheiro português Ricardo Franco de Almeida Serra dizia que a navegação do Tapajós, olhada por diversas faces, parecia a mais natural, útil e cômoda para a capitania de Mato

(178) Crônica e v. da Rev. cit., p. VIII.

(179) Berredo, *Anais Históricos*, v. I, p. 293.

(180) Serafim Leite, *História* ci., v. III, p. 344 nota 1.

(181) Padre Borromeu, op. cit. p. 3.

(182) Relatório do Diretor Geral dos Correios, de 1 de março de 1862; officio do Presidente do Pará Araújo Brusque, de 12 de março de 1862, ao ministro da Agricultura, Anexo B, p. 74.

Grosso (183). Como, porém, tinha, na sua parte média e superior muitos obstáculos dificultando ou embaraçando a sua viabilidade, os presidentes da Província e governadores do Estado, sempre se preocuparam com a sua remoção, mas, sem resultado prático até hoje.

Em 1862, o Presidente Araújo Brusque tentava uma comunicação por terra, a fim de transpor as cachoeiras, a contar da denominada Maranhãozinho, partindo os exploradores do igarapé Paru, braço da referida cachoeira; (184) acrescentando o Presidente Leão Veloso que, ouvindo o gerente da Companhia Amazonas a respeito do assunto, ele se manifestara que a desobstrução da primeira cachoeira far-se-ia com duzentos ou trezentos contos de réis, ao passo que nos outros rios exigiria milhares de contos; (185) e o Presidente Abel Graça adiantava que eram três os meios de abrir caminho franco entre as duas províncias, através do Tapajós: 1º) estrada contínua, ao longo da margem direita do Tapajós, começando abaixo da cachoeira Maranhão e terminando no lugar Póuso Alegre, no rio Arinos, a montante de todas as cachoeiras; 2º) uma estrada dividida em duas secções, indo a primeira da cachoeira Maranhão até o baixo Xicorão, junto a uma aldeia de Mundurucus, partindo a segunda da cachoeira Todos os Santos até o referido Póuso Alegre; 3º) desobstrução das cachoeiras que vão de Maranhão até Apuhi, inclusive, ou o melhoramento de sua passagem para o trânsito de vapores durante a estação chuvosa. No primeiro caso, um pequeno vapor armado em Póuso Alegre, fará daí até Pórtto Velho, no Arinos, o transporte de cargas conduzidas pela estrada, podendo também rebocar as canoas carregadas. No segundo caso, um outro vapor, maior ou de igual dimensão, fará o transporte, no curso médio do rio entre Xicorão, em que terminará a primeira secção da estrada, e a cachoeira de

(183) Relatório do Presidente Abel Graça, de 15 de agosto de 1871, p. 21.

(184) Relat. de 1 de setembro de 1862, ps. 102-103. Em 1860, o Presidente Angelo Tomaz do Amaral cogitou pela primeira vez da navegação com o Tapajós (João de Palma Muniz *O Município de Itaituba*, Pará, 1906, p. 24); incumbindo o Presidente Araújo Brusque, em 1863, a Antônio Gentil Augusto e Silva, de explorar todo o trecho encachoeirado, comissão essa aprovada pela lei provincial 420, de 26 de novembro de 1863, que autorizou o presidente a subvencionar essa limpeza (ps. 24-25). A inauguração da linha de Santarém a Itaituba, data de 1 de agosto de 1870, com o vapor *Pará*; mas, não sendo direta à capital, obrigava a dispendiosas baldeações (p. 26), que só foram removidas em 1872, com uma carreira de Itaituba a Belém, inaugurada pelo vapor *Inca*, a qual, facilitando o transporte, concorreu para o aumento da produção do município e provocou novamente a atenção do governo para a comunicação com Mato Grosso. (p. 27).

(185) Relat. de 9 de abril de 1867, ps. 26-27.

Todos os Santos, em que começa a segunda. No terceiro caso, um vapor de pouco calado, partindo do Pará ou Santarém, seguirá rio acima, transpondo as cachoeiras Maranhão e Atuhi, avançando mais duzentas léguas até Todos os Santos, navegação, esta, porém, somente possível na enchente; (186) medindo essa navegação 63 léguas de Santarém a Itaituba, já efetiva, 56 do Xicorão a Todos os Santos e 100 de Póuso Alegre a Pórtto Velho, num total de 219 léguas, léguas estas que, aliás as ubás e igarités não vencem na subida em menos de 25 dias e, na descida em 12, ao passo que o vapor poderá, subindo ou descendo, transpô-las em 5 dias, compreendendo o tempo necessário para a baldeação de cargas. Pelo sistema misto de estradas e navegação, teremos na parte inferior do rio uma estrada de 50 léguas de extensão até o Xicorão, e outra na parte média, da cachoeira Todos os Santos até Póuso Alegre na extensão de 70 léguas, ou sejam 120 léguas (187) que, com as 219 navegáveis, somam 339 léguas. A estrada geral da cachoeira Maranhão até Póuso Alegre teria o comprimento de 250 léguas, ou mais 130 do que a preferida. Da cachoeira Todos os Santos até o Amazonas (200 léguas) a navegação só oferece embaraço no verão, enquanto que no inverno, só é realmente embaraçosa para vapores de pouco calado, da cachoeira Apuhi a do Maranhão, numa dimensão de 3 a 4 milhas. No inverno, águas superabundantes formam, fora do leito, canais laterais, francamente transitáveis. Com o dispêndio de 200 ou 300 contos de réis, poder-se-á preparar a passagem nessas cachoeiras, avançando, assim, por meio de vapores, 200 léguas até Todos os Santos (188).

(186) Relat. de 15 de agosto de 1871, p. 19.

(187) Relat. cit., p. 21.

(188) Relat. cit., ps. 22 e 23. Segundo o referido Presidente Abel Graça, o curso do Tapajós media 1.200 milhas inglesas em 348 léguas brasileiras, contadas de Pórtto Velho, no rio Arinos, até Santarém, às quais se ajuntando as 10 léguas por terra de Pórtto Velho a Diamantino, e 30 desta a cidade de Cuiabá, dará um total de cerca de 388 léguas, entre Santarém e Cuiabá. (Relatório de 15 de agosto de 1871, p. 20).

Diz Luís Cordeiro que já se havia perdido a esperança de construir-se essa estrada, quando Tibúrcio dos Santos Leque, negociante em Cuiabá, propôs construí-la, com a largura de cinco metros a 450\$000 o quilômetro, numa distância de 250 léguas de vinte graus, pagando-se-lhe em três prestações, sendo a primeira logo que abrisse vinte léguas; a segunda quando abertas cem léguas e a terceira depois de concluído todo o trabalho; parecendo que foi a última tentativa; nada se fazendo até hoje para essa ligação. (*O Estado do Pará*, Belém, 1920, ps. 117 e 118).

Esse mesmo autor esclarece que o naturalista americano Hartt ofereceu-se para fazer a exploração, sem remuneração a não ser as despesas indispensáveis ao transporte e mantimentos, levando alguns companheiros para ajudá-lo; pedindo para si a metade dos volumes da obra que se publicasse sobre a exploração mas, que, mesmo assim, não se cogitou do assunto. (Obr. cit. p. 75).

Os engenheiros Julião Honorato Correia de Miranda e Antônio Manuel Gonçalves Tocantins, explorando a região, reconheceram que o único meio de estabelecer uma comunicação regular entre o lago Curi, abaixo da vila de Itaituba, e a foz do Jauan-Xim, é uma estrada marginal na extensão de 33 e meia milha, por 4.50 de largo; (189) salvando as cachoeiras de Maranhãozinho, Maranhão Grande, Furnas, Coatá, Apui, Oroá, Tamanduá e Baburé, zona em que há várias barracas de seringueiros; podendo o extremo da estrada no rio Jauan-Xim, evitar a emigração de gente do Tapajós para os rios Purus e Madeira, como se tem dado atualmente (190).

Ainda em 1901, o Governador J. Paes de Carvalho falava no preço quilométrico a se estabelecer, diretrizes, no futuro, e preço anual de conservação, de uma estrada do Urituba a Cuiabá; (191) e um ano antes, o mesmo administrador dizia só merecer aplausos uma estrada de ferro que vencesse esses obstáculos (192).

O Interventor Gama Malcher, em 1939, dividiu o Estado em áreas rodoviárias, ficando a margem direita do Tapajós na terceira, da qual partiria uma linha tronco de Santarém, entre os divisores d'água dos rios Tapajós e Curiá, procurando os terrenos altos, entre o Jamachim e Curuá, até penetrar em Mato Grosso, com vários ramais, entre os quais, um que sairia de um ponto próximo à nascente do Curuá e iria até Altamira, florescente empório no Xingu (193).

A margem esquerda do rio Tapajós ficava na quarta área, devendo partir de Juruti a linha tronco que iria até Itaituba, partindo de um ponto fronteiro a esta cidade, uma outra que encontrará com a linha principal da terceira área; fazendo-se a

(189) Relat. do Presidente Abel Graça, de 15 de fevereiro de 1872, Anexo I, p. 1.

(190) Relat. e anexo cits., ps. 2 e 3.

A estrada do Baburé, no alto Tapajós é uma das maiores necessidades da região, reclamada há longos anos, estando, hoje, comprovada a sua impraticabilidade pela margem direita, restando a exploração pela esquerda. (Relat. do Secretário de Obras, Terras e Colonização, de março de 1896, pág. 50). Prosseguem os trabalhos de exploração dessa estrada, sob a direção do Engenheiro Adriano X. de Oliveira Pimentel, o qual terminou a exploração do trecho de Piranga a Baburé e acha que a estrada deve ir além, porque há várias cachoeiras a montante de Baburé. (Rel. do Secretário cif., de 30 de novembro, 1897, ps. 13 e 14).

(191) Mensagem de 1 de fevereiro de 1901, p. 98.

(192) Mensagem de 1 de fevereiro de 1900.

(193) Relatório de 1937-1939, p. 116.

ligação entre o Pará e Amazonas, por uma rodovia de Itaituba a Manicoré, no Madeira (194).

A rodovia que porá em comunicação Belém a Cuiabá, assim como a que ligará Santarém a Cuiabá, atingem forçosamente centros em concordância à rede transcontinental (195).

Paul Le Cointe adianta que se pode dividir o rio em cinco secções principais: 1ª) de *Pôrto Velho* a *Pouso Alegre*, no rio, Arinos, com cerca de 48 quilômetros de navegação livre, salvo pequenos rápidos fáceis de franquear; 2ª) de *Pouso Alegre* a cachoeira de Todos os Santos, um pouco a montante da foz do São Tomé — 525 quilômetros completamente fechados à navegação a vapor — é a região das grandes cachoeiras, das quais a mais notável é o *Salto Augusto*; sendo precisos de 15 a 20 dias em canoa, para se ir de Salto Augusto a *Pôrto Velho*; (196) 3ª) de Todos os Santos até os rápidos das cachoeiras, mais de 150 quilômetros de navegação fácil, num rio profundo, largo e tranqüilo, desembocando aí o rio São Manuel; 4ª) destes rápidos até as últimas cachoeiras o rio enlarguece, tendo na região do Chacorão mais de três mil metros de largo, quase por toda a parte atravancado de ilhas, pouco profundo, pedregoso, não se prestando à navegação, a não ser por ocasião das cheias, sendo, mesmo nesta época, a passagem das canoas nas cachoeiras, as vezes difícil. (196-A). A jusante da chamada Cantaqalo, o rio é livre numa distância de uns 200 quilômetros, possibilitando a navegação por chalupas a vapor de 12 a 15 toneiadas, nos meses de fevereiro a abril; 5ª) da cachoeira de Maranhãozinho ao Amazonas, com 278 quilômetros de navegação livre para vapores de 300 a 400 toneladas. Acrescenta que são necessários 80 dias para ir de Santarém a *Pôrto Velho* (197).

(194) Relatório de 1937-1939, p. 117.

(195) Relat. cit., p. 119.

(196) *L'Amazonie Brésilienne*, Paris, 1922, tomo I, ps. 125 e 126.

(196-A) Há estradas de rodagem de Belavista a Pimentel, com 18 quilômetros de extensão; de Belavista a Maloquinha (cachoeira do Chacorão) com 12 quilômetros; e de vila Braga ao centro dos igarapés Tracuá e Arichi, e ramais, com 120 quilômetros. (Raimundo Brasil — *O Município de Itaituba*, p. 13).

(197) Obra e vol., cits., ps. 127 e 128. — A. C. Tavares Bastos informa que foram aproveitados para passar volumes pesados das vertentes do Tapajós às do Paraguai, quatro varadouros; tendo sido aberto o primeiro em 1740, pelo sargento mor João de Sousa Azevedo, para transportar suas canoas do Sepotuba para o Sumidouro, com três léguas de longo. Foi depois abandonado. Em 1814, o Capitão Bento Pires de Miranda abriu um varadouro de seis a sete léguas, do rio Prêto ao ribeirão dos Nobres, que desagua no Cuiabá e por esta via transportou uma ou mais igarités vindas do Pará.

Paul Le Coite diz ser o rio Xingu pouco explorado, dando-se-lhe um curso de 1980 km, largo, perfeitamente navegável a vapor até Souzel, numa distância de 200 quilômetros, depois do que surgem os obstáculos numa infinidade de ilhas, formando verdadeiro dédalo de estreitos canais, numa distância de 55 quilômetros, tornando-se o rio mais para o alto rochoso, aparecendo as cachoeiras, tão numerosas e tão próximas, que é quase impossível distingui-las, parecendo, às vèzes, formar uma só cachoeira ininterrupta.

Um pouco antes da primeira cachoeira, o rio começa a formar para S. E. imenso anel de mais de duzentos quilômetros de extensão cujo ramo remontante vem passar a cinqüenta quilômetros apenas daquele sitio (198).

Ligar as extremidades dessa curva ou anel por meio de uma estrada era um meio preconizado por tódos para encurtar distâncias, evitando-se simultâneamente a penosa transposição das cachoeiras.

Desde 1862 que o Presidente da província Araújo Brusque mostrava a quase impraticabilidade da navegação do Xingu acima das cachoeiras e para vencê-la, em parte, incumbiu aos Senhores José Leocádio de Sousa e José Torquato Galvão Vinhas de abrir uma comunicação entre o Igarapé, Itucuruhi e Ambi, num trajeto de três léguas (199).

Vinte e dois anos depois o Visconde de Maracajú informava ter Raimundo José de Sousa Gayoso aberto uma picada da boca do riacho Ambé (no alto Xingu) para o baixo, entre os Igarapés Tucuruhi e Juá, que poderia medir seis a sete léguas por doze palmos craveiros, (200) caminho êste que se percorria num dia de viagem (201).

Em 1820, o Tenente Peixoto conduziu pelo Tapajós, Juruena, Arinos e Prêto, quatro peças de ferro (calibres 6 e 9), mais tarde varadas do último rio para o Santana e por êste ao Paraguai, até vila Maria; e, em 1846, o Capitão José Alves Ribeiro rasgou um outro, de um ponto do Arinos, acima da confluência do Rio Prêto, até o Cuiabá, no lugar (pág. 296) Baixio, logo a jusante de Salto, e pouco acima do rio Manso. Tem vindo canoas e igarités por êste varadouro, cujo desdobramento vai de nove a dez léguas. Distã 38 léguas, e o antecedente 34 léguas do pôrto da cidade de Cuiabá (*O vale do Amazonas*, ed. "Brasiliãna", p. 297).

(198) *Obra e vol., cit., p. 129.*

(199) *Relatório de 1 de setembro de 1862, p. 88.*

(200) *Relat. de 7 de janeiro, 1884, ps. 60 e 61.*

(201) *Relat. do mesmo visconde, de 24 de junho de 1884, p. 92. Segundo Américo Campos e Lindolfo Abreu, já os aborígenes do alto Xingu serviam-se de trilhos abertos na mata para evitar a grande volta desse rio, encurtando distância, piques êsses aproveitados por João Antônio do Espi-*

Em 1901, o Governador Paes de Carvalho dizia haver a estrada para o Estado de Mato Grosso, merecido interêsse do seu govêrno em 1898, bem como do govêrno daquele Estado; o qual organizou uma expedição chefiada pelo Tenente Coronel Paulo Castro, que se internou pelo sertão da bacia do Xingu, em demanda do rio Tocantins, no intuito de sair abaixo da cachoeira Itaboca, desde junho de 1900; (202) referindo-se a duas estradas existentes no Xingu, cortando a grande curva do rio (203).

rito Santo Sousa, Luís Carlos Barbosa, Severiano Diniz de Sousa e outros que exploraram êsse trecho do rio a mando de José Leocádio de Sousa, o qual depois disto aconselhou e patrocinou a exploração do Coronel Gayoso, agricultor no Maranhão e natural do Piauí. (*O Município de Souzel*, Belém, 1909, p. 17).

Agrário Cavalcanti, substituto de Gayoso, chegando ao Xingu e, o percorrendo, empreendeu em 1891, a terminação da estrada inacabada. (Autor e obra, cit., p. 93).

Em 1900, José Porfírio de Miranda Júnior construiu a estrada "8 de Janeiro", hoje "Ernesto Acioli", numa extensão de 48 quilômetros, ligando Vitória a Altamira, encurtando o percurso da antiga que era de 60 quilômetros. (Conselho Nacional de Geografia — Pasta do município de Altamira — *Fôlha do Norte* (Belém), de 1 de janeiro de 1940).

Dos *Dados* para uma monografia histórico-corográfica do Município de Altamira, fornecidos pela Prefeitura local, ao Conselho Nacional de Geografia, consta haver sido os Jesuítas os primeiros a abrir caminho da foz do Tucuruí ao lugar Cachoeira, suprimindo o longo percurso e os perigos da "Volta Grande", deixando entre os índios a tradição de tão importante trabalho.

Esta picada fechou-se com a expulsão desses religiosos e sômente foi restabelecida pelos capuchinhos Ludovico e Carmelo de Mazarino, que se estabeleceram no local hoje conhecido por "Missões", um pouco acima da sede atual do município. A reabertura e ampliação desse caminho foi trabalho retomado várias vèzes, tendo o mérito de concluí-lo o Coronel José Porfírio de Miranda Júnior que retificou os antetraçados e preparou uma rodovia a ser trafegada por caminhões, aberta ao público a 8 de janeiro de 1926. (Pasta do Município de Altamira, p. 1).

No município há duas estradas e dois varadouros, chamando-se uma delas Ernesto Acioli, de Vitória a Forte-Ambé, com cerca de 48 quilômetros, trafegada principalmente por caminhões; e a outra sai da sede e vai a Cachoeira, na margem esquerda do Tucuruí, com 33 quilômetros de percurso, achando-se parte dela abandonada. Quanto aos varadouros, um deles vai de Novo-Horizonte, margem direita do rio Tuxo, a Conceição do Araguaia, e o outro do lugar Santa Maria ou "Conta Paga", na margem esquerda do Iriri, a Fordlândia, com um percurso de 180 quilômetros. (*Dados cit., pág. 6*).

(202) *Mensagem de 1 de fevereiro de 1901, p. 94.*

(203) *Mensagem de 1 de fevereiro de 1901, p. 99. O aludido Governador Paes de Carvalho, referindo-se à viação férrea que ligasse o baixo ao alto Xingu, disse que só merecia seus aplausos. (Mensagem de 1 de fevereiro de 1900, p. 47).*

Henri Coudreau, viajando nesse rio em 1896, confirma a existência dessas estradas e as denomina de *Vitória à Forte Ambé* e *Estrada pública de Tucuruí-Ambé*, medindo a primeira 51 km e 500 metros em linha reta e 62 km com as numerosas sinuosidades; tendo sido começada a uma dezena de anos, pelo piauiense Gayoso que aí chegou com cerca de setenta escravos, e que não pôde acabá-la por ter, em 1889, o ato da libertação dos escravos dispersado os trabalhadores (204). Acrescenta que o baiano M. Agrário Cavalcânti, em 1891, empreendeu o seu término, (205) retificando o seu leito, pelo que ficou melhor do que a primitiva (206). A segunda estrada, entre *Ambé-Vila* e *Cachoeira*, mede quase 26 km, tendo a mesma distância em linha reta, dois quilômetros menos (207).

Von den Steinen fala que o Doutor Vogel, seu companheiro de viagem em 1884, fez estudos para, por meio de um caminho mais curto, melhorar a comunicação entre Cuiabá e Santana do Paranaíba, empresa iniciada por Francisco Antônio Pimenta Bueno, terminada agora, pelo Doutor Vogel (208).

Diz o Presidente João Café Filho que a Fundação Brasil-Central, instalada em 1943, para acelerar o desbravamento do planalto brasileiro, especialmente às margens do Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós, apresenta êxitos notáveis. Partiu do S.O. goiano e cruzando um após outro, os rios Araguaia, Mortes e Xingu, no rumo norte, atingiu o caudal tapajônico em Jacaré-Acanga num desenvolvimento geral superior a três mil quilômetros. O grande roteiro aéreo Rio-Manaus, cujos aeroportos intermediários já estão locados e alguns bastante adiantados em sua

(204) *Voyage au Xingu*, Paris, 1897, p. 3.

(205) Obra cit., p. 4.

(206) Obra cit., p. 6. O Interventor Gama Malcher fala na rodovia "Ernesto Acioli", com um tráfego de pouco mais de uma hora, cujo transporte pelo rio gastaria cerca de quinze dias, devido ao enorme desenvolvimento deste e inúmeras cachoeiras, saltos e corredeiras. Fica no Município de Altamira, com 57 quilômetros de extensão. (Relatório de 1937-1939, p. 121). V. nota 201.

Paul Le Coite adiantava que uma via férrea *De cauville* de 50 a 60 quilômetros de traçado, prestaria grandes serviços a zona e seria sua construção de pouco custo. (obra cit., p. 130).

O Coronel José Porfírio de Miranda Júnior, grande proprietário na região, projetou construir uma estrada de ferro, ligando Vitória a Forte Ambé, num percurso de 50 quilômetros. (Américo Campos e Lindolfo Abreu, op. cit. pág. 137).

(207) *Voyage ao Xingu*, cit. p. 118.

(208) Rev. da Socied. de Geogr. (Rio), v. IV, p. 192.

construção, (209) contribuem para um plano de largo fôlego, tendo em vista a abertura de uma primeira linha terrestre de vinculação dêsse roteiro-centro de um círculo de raio de mais duzentos quilômetros, abrangendo trecho navegável do baixo Tapajós (210).

ECONOMIA

O homem da selva vivia como todo o povo primitivo, da caça e da pesca, ao lado de frutos e raízes silvestres, sendo que os mais adiantados tinham alguma lavoura, fabricando todos êles objetos de uso doméstico e material bélico.

Com a chegada do civilizado, a rudimentar lavoura se avolumou e evoluiu, ensejando o aparecimento de moendas e engenhos, mesmo antes da conquista lusa na região.

Entre os produtos naturais, viam-se a castanha, salsa, copaiba, cravo, cacau, cumaru (211).

O aparecimento do homem europeu não dispensou a ajuda do braço aborígene, não só no amanho da terra, como no manejo da ferramenta e dos veículos necessários ao transporte para fins comerciais e de guerra e demais expedições inclusive para a indicação de produtos que os colonos careciam para consumir e exportar.

Enquanto se viveu da extração de drogas do sertão, não houve estabilidade da população, a qual foi adquirindo uma certa firmeza com o desenvolvimento da agricultura, estando, a princípio o grosso comércio concentrado nas mãos dos religiosos, principalmente dos Jesuítas, abrangendo o azeite de andiroba, a manteiga de tartaruga, as tartarugas, a salga do peixe, e cereais, como a farinha, feijão, arroz, além de algodão, açúcar e aguardente (212).

Até 1670, a agricultura no Pará foi lânguida e amorticada, quando novos lavradores vindos de além-mar, concorreram para que ela se animasse algo, apesar da ignorância dos Intendentes Gerais das Colônias, Comércio e Agricultura, criados em 1707,

(209) Mensagem apresentada ao Congresso Nacional, a 15 de março de 1955, p. 254.

(210) Mensagem cit., p. 255.

(211) Ensina R. L. Tavares que os produtos espontâneos no Tapajós, eram mais de trinta, entre madeiras, óleos, leites, gomas, resinas, cêras, fibras, painas e ervas medicinais, formando alguns um dos ramos do comércio local, como a goma elástica, salsaparrilha, óleo de copaiba e cravo (*O Rio Tapajós*, Rio, 1876, p. 18).

(212) H. A. de Santa Rosa — *A Depressão Amazônica e os seus Exploradores*, p. 315.

animando-se a Câmara da capital a pedir ao ministério, em 1749, a remessa de navios, que viessem buscar gêneros, até então perdidos. Pretextando terras cançadas, iam abatendo e queimando novas matas para plantar, método ainda seguido, apesar das recomendações em contrário do governo. A lição dada no rio Xingu, em 1710, de se lavrar a terra, com arado, apesar de ser proveitosa, malogrou-se. Extinto o tráfico africano e permanecendo os indígenas sem um sistema efetivo de civilização, vivendo os seus descendentes tão livres e independentes como seus avós, não se tem a quem recorrer (213).

Contudo, os aldeados são bons navegantes e são muito úteis na cata de produtos naturais.

O Xingu teve a primazia na agricultura, quando os holandeses aí fundaram algumas feitorias nos lugares *Maturá*, *Cuiamini* e uma outra em frente ao forte de *Orange*, isto antes de Caldeira Castelo Branco chegar ao Pará; lugares êsses que seguiram as alternativas próprias da região, ora crescendo, ora arriando, na sua importância comercial.

Nesses estabelecimentos, funcionavam também engenhos de açúcar, e com a sua produção e mais o que a terra dava, carregavam os flamengos alguns navios (214).

Com a expulsão dos flamengos, seguiu-se a decadência, só reanimando a região, a presença de religiosos, já na segunda metade do Século XVII, quando aí aportaram pela segunda vez os jesuítas, isso mesmo com as alterações próprias do regime, ora por falta de sacerdotes, ora pelo pouco descortino dos dirigentes ou encarregados dessas missões, ora devido à indocilidade do gentio ou a sua pouca propensão para o trabalho organizado e dirigido por estranhos a sua grei.

Contudo, a aldeia de *Itacuruçá*, a principal da ribeira, pelo que a chamavam ordinariamente — em 1730, de Aldeia do Xingu, contava 878 índios e 76 catecúmenos; (215) a de *Piraviri*, 723 índios e 345 catecúmenos; (216) e a de *Aricari*, 970 índios e 182 catecúmenos (217).

(213) A. L. Monteiro Baena, *Ensaio Corográfico sobre o Pará* 1839 (escrito em 1833), ps. 75 a 77; Luís Cordeiro, *O Estado do Pará*, Belém, 1920, ps. 46 e 47.

(214) L. Cordeiro, op. cit., ps. 35, 36 e 37.

(215) Serafim Leite — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio, 1934, v. III, ps. 350 e 351.

(216) Obra e vol., cits., p. 352.

(217) Obra e vol., cits., ps. 353 e 354.

Com a expulsão dos jesuítas e adoção dos diretórios, não se verificou o desejado progresso.

Nada melhorou, o diretor julgava-se mais um mero auferidor de serviços dos aldeiaños, do que um orientador ou dirigente de uma sociedade sem estabilidade e necessitando ainda de sérios cuidados, desvêlo e organização.

Era preciso vencer, além das asperezas dos elementos naturais, o homem insociável e fugidivo da floresta, para conquistá-lo, conservando-o dentro da ordem e trabalho indispensáveis à prosperidade agrícola, industrial e comercial.

A prodigalidade da natureza concorria para a fartura de frutos, peixes e caças, ocasionando uma vida de vagares, "sem se agitar nem progredir".

Em 1677, o governo recomendou o plantio de cacau, baunilha, cravo e canela, e logo em seguida ordens régias determinavam o cultivo dessas plantas, além do anil, que chegaram a figurar na exportação, em quantidade avultada (218).

Nessa fase colonial, no Tapajós, apesar do seu contacto com os civilizados ser posterior ao do Xingu e, êste ser mais extenso, preparou-se um ambiente que de futuro, ensejaria um maior desenvolvimento econômico, que, sob vários pontos de vista, só a zona da capital lhe levaria a palma.

E' certo que Pedro Teixeira, em 1626, já o reconhecia em companhia de frei Cristóvão de S. José, mas, a sua colonização só se iniciaria com a catequese dos Jesuítas, em 1661, com os padres Tomé Ribeiro e Gaspar Misch que, logo nessa primeira relação, trocaram brindes, demonstrando os indígenas que já possuíam ou preparavam milho, mandioca, ovos, beiju, mel, peixes e carnes moqueadas a que os recém-vindos retribuíram com machados, facas, espelhos, velórios, vidrilhos, etc. (219).

Cinco anos depois já era a aldeia mais importante das missões do Pará, tendo como chefe espiritual o padre Manuel Pires (220). Em 1698, com o missionário Manuel Roberto tornou-se "populíssima", chegando a milhares de cristãos, por volta de 1719 (221).

Em 1730, só a do Tapajós, propriamente dita, tinha 793 índios, havendo outras, sendo que a de *Iburari* contava 235 índios. A cobiça dos moradores brancos e a dificuldade de sustentar

(218) Luís Cordeiro, op. cit., ps. 46 e 47.

(219) Serafim Leite, *História* e vol., cits., ps. 357 e 358.

(220) Obra e vol., cits., p. 359.

(221) Obra e vol., cits., p. 361.

os índios, concorreram para sua decadência, destruição ou mudança (222).

Com as notícias da descoberta de minas de ouro por Pascoal Arruda, companheiro de João de Sousa Azevedo, em 1747, nos rios Negro, Arinos e seus formadores, foram povoados rapidamente por uma multidão imprevidente, dizimada pelos *Apiacás*, coadjuvados pela fome; só abandonando a região os mais tenazes quando souberam do aparecimento de minas no alto Paraguai, em Diamantino, frustrando-se, assim, as esperanças dos garimpeiros matogrossenses, sem novas tentativas no resto do século (223).

Não obstante, o govêrno de Mato Grosso mandou renovar as explorações, em 1812, fundando no "Salto Augusto" em estabelecimento militar a que se associou um grupo de *Apiacás*, pôsto êste que, apesar dos ataques dos silvícolas e febres próprias da região dizimá-lo, ainda perdurava em 1845, quando repetidas troyelias do gentio, o esfacelaram, sendo abandonado. Contudo, a administração matogrossense, persistindo em ali manter-se tempos depois, designou nova guarnição; desaparecendo êste último destacamento há mais de quarenta anos (224).

(222) Obra e vol., cits., ps. 361 e 363.

(223) Artur O. N. Viana — Limites do Estado do Pará, 2ª Parte — Relatório apresentado ao Governador J. Pais de Carvalho, Belém, 1900, p. 88. Frederico Katzer diz, quanto a minérios, não haver encontrado sinais positivos da existência de depósitos de carvão de pedra no rio Tapajós, e onde se afirmava ter ouro, só encontrou acumulações de areia e pedras arredondadas consistindo principalmente em fragmentos de cristais de quartzo, pedaços de sílex, calhaus de quartzo e hialina de ágata, jaspe, opala e hidrofone, e mais fósseis, provindos do calcáreo carbonífero. Acrescenta que, no tocante ao ferro, há no baixo Tapajós, minérios de teor médio, e outros pobres demais para utilizações metalúrgicas, salvo para a fabricação de tintas; possuindo, contudo, o Tapajós um tesouro de calcáreo e grês, das cachoeiras para baixo. Relatório sobre a geologia do rio Tapajós, in Boletim do Museu Paraense, 1901, ps. 138, 140 a 145).

(224) Autor e Relat., cits., p. 89. A importância das relações comerciais entre as províncias do Pará e Mato Grosso, foi reconhecida de longa data, e um desses meios era o rio Tapajós. Os Cuiabanos saíam regularmente de Diamantino (183 quilômetros de Cuiabá), a procura do guaraná, até alcançar o rio Preto, distante 40 quilômetros do ponto de partida, desciam por êle ao Arinos e chegavam ao Juruena, alcançando o S. Manuel (461 km da foz do Arinos) e daí chegavam a Itaituba, mais 662 quilômetros de percurso num total de 2.136 quilômetros, inclusive mais 200 por terra, viagem feita em vinte dias. Na torna viagem gastam, ordinariamente, quatro meses em média, auxiliados pelos índios *Apiacás*, não só como carqueiros e remadores, assim como na caça e pesca. (R. L. Tavares, *O Rio Tapajós*, 1876, ps. 24, 25, 29 e 30).

Antônio Pinheiro de Faria encontrou ouro no Arinos, em 1739; e os filhos de Antônio de Almeida Falcão (José de Almeida e Pascoal de Arruda),

Antes de 1677, o cacau era colhido nas matas, de nascimento espontâneo, datando sua cultura desse ano. O arroz também era espontâneo, só vindo as suas primeiras sementes da Carolina (E.U.A.), quando passou a ser cultivado. O café veio de Caiena em 1727. A cana de açúcar brotava espontânea e "exuberantemente nas várzeas e margens baixas do rio" (225).

Em 1734, Santarém já exportava cacau cultivado (226).

No Xingu, os Paulistas chegaram às terras dos Jurunas para fazerem negócios, já torcendo as índias fios de algodão tão finos como o cabelo da cabeça, com muita arte e limpeza (227).

No Século XIX, é que a agricultura, indústria e comércio iam se desenvolver na província, após a cabanagem. Esta revolta pôs em perigo a prosperidade da Amazônia, de sorte que depois dela foi que a mesma se incrementou rapidamente sob o impulso do comércio de exportação da borracha, vulcanizada desde 1842, e favorecido pela navegação a vapor na região, a começar de 1852, além da abertura da navegação, em 1867, aos navios de tôdas as bandeiras, ocasião em que o pôrto de Santarém foi contemplado (228).

também encontraram ouro nesse rio e fundaram o arraial de Santa Isabel, em 1744 ou 1745. (Basílio de Magalhães, *Expansão Geográfica do Brasil Colonial*, 2ª ed., ps. 210 e 211).

(225) Luís Cordeiro *O Estado do Pará*, Belém, 1920, ps. 35-36.

(226) Dic. Hist., Geogr. e Etnogr. do Brasil, 1922, Introdução Geral, v. II, p. 148.

(227) Padre Carlos Borromeu Ebner, op. cit., p. 10.

(228) Paul Le Cointe *Amazonie Brésilienne*, Paris, t., I, p. 21.

Entre os principais teatros da revolução dos cabanos, estavam a região de Maués e Lago Grande de Vila Franca. Durou de 1835 a 1840, tendo sido os últimos bandos dispersados em janeiro de 1840, nos arredores de Maués. A partir dessa época, a prosperidade da Amazônia, posta um momento em perigo, cresceu rapidamente sob a impulsão do comércio de exportação da borracha, devido a vulcanização da mesma em 1842. (Paul Le Cointe, *L'Amazonie Brésilienne*, Paris, tomo I, ps. 20 e 21). Os vapores vão de Santarém a Itaituba, mas, geralmente, o comércio de Boim para cima é exercido pelos regatões, o mais prejudicial e generalizado do Pará, causa principal de viverem isolados os indígenas, e assim desaproveitados todos os seus braços do trabalho. (R. L. Tavares, obra cit., p. 32).

A sêca do nordeste brasileiro, obrigando os seus habitantes a se refugiarem noutras províncias brasileiras, inclusive o Pará, fê-los chegar também ao Tapajós, tanto que criou-se em Santarém uma comissão para regularizar o serviço de imigração. (Relat. do Presidente José Joaquim do Carmo, de 22 de abril de 1878, p. 8); e entre os quatro núcleos coloniais estabelecidos na província, fixou-se um em terras de Muritiba, a 12 e meio quilômetros de Santarém, que funcionou bem de 1878 a 1879, loteando terras. (Relat. do Presidente João Coelho da Gama e Abreu, de 15 de fevereiro de 1880, p. 28).

A indústria da região é extrativa, pastoril, agrícola e da pesca sendo, infelizmente, a primeira a base do comércio de toda a província.

O Presidente Pedro Vicente de Azevedo diz que, segundo informes insuspeitos, acredita que as chapadas e pequenos vales do território ao sul de Santarém e a banda oriental do Tapajós, serão talvez, dentro de poucos anos, o maior centro de atividade industrial e mormente agrícola da província e conseqüentemente de toda a região brasileira banhada pelo Amazonas (229); e Tavares Bastos adiantava que Santarém chegou a suprir de gêneros as povoações vizinhas, estando destinada a ser o entreposto de Monte Alegre, Almeirim, Prainha, Obidos e dos povoados do Tapajós, e talvez de Cuiabá (230).

O Presidente Abel Graça, em 1871, falava no ouro do rio São Manuel, nos vastos seringais que guarneciam as bordas do Tapajós desde a boca do Crepuri até próximo a cachoeira Apui, na melhor salsa que ia ao mercado paraense, no suco da massaranduba, nas castanhas da terra e de sapucaia, cacau, cumari, cravo, pucheri, peixe, tartaruga, minerais úteis, madeiras preciosas, caça, frutas, produtos que o Tapajós oferecia a homens ou grupos ativos e industriais (231).

No ano seguinte, esse mesmo presidente aduzia que, apesar de trabalhosa e dispendiosa a navegação do alto Tapajós, no verão, quase toda a população do baixo transpunha as cachoeiras para dedicar-se à extração da borracha; havendo famílias que andam dois e mais meses para alcançar o ponto em que tem de fixar-se no verão (232).

Em 1862, Santarém contava várias fábricas de cal, louças, vinho de caju e dois estaleiros de construção naval, (233) não devendo passar sem registro a fundação de uma colônia norte-americana aí. O Presidente Joaquim Raimundo de Lamare, em sua fala de 1867, já se referia a esses imigrantes, (234) e afirmava

(229) Relat. de 15 de fevereiro de 1874, p. 63.

(230) *O Vale do Amazonas*, edic. da Brasiliana, 1937, ps. 298-299.

(231) Relat. de 15 de agosto de 1871, p. 23.

(232) Relat. de 15 de fevereiro de 1872, Anexo I, p. 6.

(233) Luís Cordeiro *O Estado do Pará*, Belém, 1920, p. 20. Em 1883, fundou-se no Pará uma empresa "Predial" com favores especiais concedidos ao Engenheiro Tocantins, para montar sete engenhos centrais na província, devendo um deles ser montado em Santarém (pág. 118) e como a concessão não tivesse execução, foi declarada caduca, em 1889, pelo Presidente Pernambucano. (Luís Cordeiro, *O Estado do Pará*, 1920, p. 121).

(234) Relat., de 15 de agosto de 1867, p. 42.

no ano seguinte que a imigração não há sido satisfatória, apesar de haver sido sua vinda anunciada como a aurora de uma nova era de prosperidade (235). Contudo, o Presidente Leão Veloso adiantava que contratara a 7 de setembro de 1866, com o norte-americano Lansford Warson Hastings, essa migração para o município de Santarém, concedendo o govêrno terrenos na extensão de sessenta léguas quadradas, entre o rio Tapajós e o Curuá, subindo o número de imigrantes a 415 pessoas, segundo o Presidente Leão Veloso, mas, com o falecimento do Major Hastings, foi considerado o contrato prejudicado e pedido, em fevereiro de 1868, ao ministro da agricultura, base para novo contrato (236).

Em 1876, a colônia possuía 16 estabelecimentos, suprimindo com o seu trabalho regularmente o mercado de Santarém, apesar de a maior parte dos colonos se retirar, por não poder obter os títulos de propriedade das terras que desejavam cultivar, de 1867 para cá, e também devido à morte do Major Hastings.

Há duas estradas de rodagem entre a colônia e a cidade, uma para Diamantino e outra para Piquiatuba, tendo sido as terras demarcadas pelo Engenheiro Feliciano Antônio Benjamim; conseguindo vários colonos a medição de suas terras e os títulos confirmatórios das mesmas (237).

Em 1875, visitou-a o Presidente Sá e Benevides, o qual esteve nos estabelecimentos rurais dos imigrantes Hensington, Doutor Pitts, Wallace, Ricker, Waugham e Mendhanhall, bem montados e com plantações regulares e engenhos para fabrico de açúcar, aguardente, licor de caju, vinho e conhaque; sendo dezesseis o seu número, entre os quais há serrarias, vivendo todos satisfeitos e muito dedicados ao trabalho. Fica a colônia a duas léguas e meia de Santarém; vai progredindo, já tendo os imigrantes fabricados até carros para a condução de seus gêneros (238).

R. L. Tavares dizia em 1876 que era esta a imigração que convinha ao Pará e Amazonas, sob a ação oficial, mas provocada diretamente pelos norte-americanos que já se acham ali estabelecidos ao sul de Santarém, intervindo o govêrno para dar o transporte gratuito, terras, garantias e especialmente a liberdade religiosa (239). E acrescenta que naquela época, a colônia refe-

(235) Relat., de 6 de agosto de 1868, p. 23.

(236) Relat., de 9 de abril de 1867, ps. 19 e 20; Idem do Presidente J. Bento da Cunha Figueiredo de 16 de maio de 1869, ps. 42 e 43.

(237) Relat. do Presidente F. M. Correia de Sá e Benevides, de 15 de fevereiro de 1876, ps. 50 e 51.

(238) Relat. cit., p. 52.

(239) *O Rio Tapajós*, 1876, p. 42.

rida se compunha de doze famílias com 74 norte-americanos, 14 ingleses, 2 suíços e 1 francês, estabelecidos em Pequiutuba, Ipanema, Diamantino, Taperiuba, Tapará e Tingu, na comarca de Santarém, ocupando a maior parte uma área de 16.668 metros quadrados, ao sul da cidade, num solo fertilíssimo segundo o juízo dos imigrantes; sendo seu principal produto a cachaça, na quantidade de cem pipas anuais. Os engenhos são movidos a água e a animais, em notável progresso, aplicando-se o arado no arroteamento da terra e outros instrumentos modernos usados pelos agricultores hodiernos. Já possuem uma estrada de rodagem construída por Pitts e Wallace, com 11.112 metros de comprimento; achando-se em construção uma outra da cidade à Ipanema, na extensão de 16.668 metros; e uma picada de 39 quilômetros ligando Santarém ao Diamantino (240).

Paul Le Cointe diz que essa colônia muito contribuiu para o desenvolvimento da cidade, contando em 1875 umas quinze usinas pequenas; serrarias, destilarias, caieiras, olarias, etc., sendo então a população de Santarém de 1.800 habitantes; e, acrescenta que os americanos se retiraram pouco a pouco, desaparecendo a maior parte desses estabelecimentos, mas, após ter sofrido por muito tempo do marasmo no qual parecia mergulhado irremediavelmente as pequenas localidades amazonenses, quase tôdas decrépitas ao nascer, Santarém teve a sorte desconhecida das outras, de ser enfim, durante numerosos anos, administrada de maneira inteligente e honesta, bem como graças também à sua excelente posição na confluência do Amazonas com um dos seus principais afluentes, Santarém que não pedia se não que a deixassem viver, entrou francamente na via do progresso, com ativo comércio, mercado bem concorrido e sortido de carne, peixe, frutas e legumes de toda a sorte; sendo o movimento do porto considerável: navios do Loide Brasileiro, Companhia Comércio e Navegação, Companhia Fluvial do Amazonas, vapores particulares das grandes casas de Belém e de Manaus, põem-na em comunicação com essas capitais, cidades e lugares da baixo Amazonas e baixo Tapajós. E acrescenta, ser o principal ramo do comércio a borracha proveniente do Tapajós, seguindo-se-lhe o cacau, gado e peixe seco, sendo uma das especialidades locais, a venda de plantas e raízes odorantes: cravo, açucena, macacaporanga ou casca poranga, casca gaivota, etc. (241). Diz também ser uma importante via entre Mato Grosso e o Amazonas, porque, apesar de ser a sua navegação mais difícil do que a do Madeira, o trajeto é mais

(240) Obra cit., p. 45.

(241) *L'Amazonie Brésilienne*, Paris, 1922, tomo I, ps. 80 e 81.

curto; (242) e já haver na cidade um estaleiro particular para construção de lanchas a vapor (243).

Anteriormente a maio de 1749, a moeda corrente na Amazônia era a mercadoria, que servia até para se pagar os funcionários públicos. Em virtude do decreto de 12 de junho de 1742, foi que começou a circular em Belém, a moeda de ouro, prata e bronze; (244) sendo o desenvolvimento do seu comércio de data recente, pois, só tomou real importância depois da Cabanagem, em 1836, estimulado mais tarde com a inauguração da navegação fluvial a vapor, em 1853, a abertura do Amazonas ao comércio internacional em 1867, e a grande corrente de imigração da gente do Ceará e Rio Grande do Norte, durante a seca de 1877-1879, permitindo esta maior impulso no tocante à produção com a abertura de vastos seringais, (245) movimentando assim a vida da região.

(242) Obra e tomo, cit., p. 125.

(243) Obra e tomo cit., p. 257. Na comarca de Santarém havia um patacho, sete escunas, doze hiatas, quatro batelões, vinte e cinco canoas de coberta; 32 mestres, 35 pilotos, 24 marinheiros brancos, 230 índios, 9 pardos, 4 pretos e 11 escravos sendo, 3 pardos e 8 pretos; trafegando para Salinas, Cintra e Santarém Novo, além de outros portos inclusive Santarém, Boim, Avero e Vila Franca. (Relatório do Presidente Fausto de Augusto de Aguiar, de 15 de agosto de 1851 (Mapas de embarcações de cabotagem no Pará, em 1850). Cinco anos depois, Santarém possuía 86 embarcações, com 2.125 toneladas e 697 tripulantes livres e 8 escravos; estando, em quantidade, em quarto lugar na província. (Relat. do Presidente M. A. Pinto Guimarães, de 16 de outubro de 1855, p. 38). E, em 1859, havia em Santarém, 15 escunas, 2 hiatas, 3 cuteres, 29 batelões, 16 barcos, 47 canoas, 6 vigilengas, 24 cobertas, 2 gambarras, 19 botes, somando 163 embarcações, com 3.881 toneladas e 1.145 tripulantes livres e 30 escravos, ao passo que toda a província possuía 361 embarcações, inclusive cinco vapores na capital. (Relat. do Presidente M. de Frias e Vasconcelos, de 1 de outubro de 1859, anexo 33). Depois dessa época, devido à navegação a valor, a flotilha de embarcações a remo foi se reduzindo. Em 1862, Santarém, tinha dois estaleiros de construções navais. (Dic. H. G. E. do Brasil, v. II cit., p. 149).

(244) Obra e tomo cit., p. 282.

(245) Obra e tomo cit., p. 283. Havia borracha no Tapajós e Xingu, sendo que a salsaparrilha do Tapajós era a mais valorizada do mercado. (Relat. do Presidente Araújo Brusque, de 1 de setembro de 1862, ps. 47 e 51). A exportação da borracha para uso das fábricas data de 1850, cujo preço, em 1854, era de 2 cruzeiros e 40 centavos, verificando-se a maior exportação do Estado, em 1921 (Mensagem do Governador Dionísio Ausier Bentes, de 7 de setembro de 1926, p. 114). Depois da cabanagem foi criado um *Corpo de trabalhadores*, segundo a lei de 25 de abril de 1838, para conter e manter obediência e disciplina, dando ocupação permanente a indivíduos proletários, vagabundos e suspeitos que se mostravam propensos à anarquia (Relat. do Presidente Manuel de Frias e Vasconcelos, de 1 de outubro de 1859, ps. 50-52). No distrito de Santarém há mocambos ou quilombos que praticam depredações e infundem receios aos habitantes. Atacados a primeira vez, por 75 praças

Aliás, diz R. L. Tavares, o comércio do Tapajós é um arremedo do da capital. Excetuando o guaraná que já é vendido a dinheiro e exportado para Mato Grosso, tôdas as demais transações são efetuadas a crédito. Recebido na capital, cotado, é o produto levado ao crédito dos remetentes, sujeitos êstes a pesadas comissões de compra e venda. E' um comércio *sui-generis*, mostrando a grave e permanente dependência do interior à capital (246).

BELTERRA — Diz o interventor Gama Malcher que em tempos anteriores foram concedidas grandes extensões de terras para atrair capitais e colonos, mas, inutilmente, sendo extintos pela falta de aproveitamento dêsses favores, restando as concessões feitas à Companhia Ford no Tapajós, que apresenta magnífico padrão de trabalho agrícola, com milhões de seringueiras plantados e em via de produção, ótimas instalações e excelentes condições higiênicas (247). Este privilégio representa no Estado, o único exemplo triunfante. Na primitiva concessão de um milhão de hectares feita à margem direita do Tapajós, bacia do rio Cupari, no Município de Itaituba, está localizada a cidade agrícola de Fordlândia, dotada das mais modernas instalações, não só para funcionários e trabalhadores, como para escritórios, saúde, transportes e comunicações, escolas e hospitais. Até 1938, viam-se ali plantados cêrca de 1.600.000 pés de seringueiras, plantaçoão iniciada em 1929, e em boa parte já na idade de corte.

Fica situada a 115 milhas da foz do Tapajós, e como apresentasse estorvos ao progresso da empresa, esta desde 1934 fundou na mesma banda do rio, a trinta milhas apenas da confluência do Tapajós com o Amazonas, um novo núcleo de trabalho denominado *Belterra*, cujo pôrto é acessível a qualquer navio e onde atualmente se desenvolve as mais viçosas plantaçoões da empresa, e já se acham fixadas mais de 2.400.000 seringueiras numa clareira aberta na mata virgem de 12.000 hectares.

Em Belterra, como em Fordlândia, está instalada uma boa cidade, com escritório, almoxarifado, hospital, escola, igreja, habitaçoões e hotel, construçoões essas higiênicas e próprias para o

de linha e da policia e 33 mundurucus, fahou a diligência por terem os escravos fugido para o curso superior do Curuá; e da segunda vez, por ter adoecido na marcha o comandante e o imediato dirigido tão mal o cêrco, que só foram capturados, apenas, onze negros. Depois disso, muitos escravos se apresentaram aos seus senhores. (Relat. do Presidente Jerônimo F. Coelho, de 1 de outubro de 1849, ps. 108).

(246) *O Rio Tapajós*, p. 31.

(247) Relat. de 1937-1939, p. 125.

clima. Magníficas estradas põem em comunicação com os campos de plantaçoão, serraria, usina elétrica, pôrto, etc.

E acrescenta o interventor que a plantaçoão de Belterra está obedecendo a um processo de seleção que vem dando ótimos resultados. Assim, as mudas nativas quando atingem ano e meio recebem o enxêrto de seringueiras do Oriente, importadas pela empresa e provenientes de sementes de seringueiras amazônicas levadas em 1876 para o oriente. A Companhia visa plantar dois mil hectares com 500.000 seringueiras por ano.

Já houve mais de três mil trabalhadores na concessão, existindo presentemente cêrca de 1.700 homens em Belterra e Fordlândia, começando o salário a sêco por seis cruzeiros e pode subir até dez e doze cruzeiros diários, quantia remuneradora que é recebida em dinheiro e o trabalhador tem liberdade de adquirir o que precisa livremente (248).

Nos serviços da Companhia predomina o elemento nacional, excluída uma dúzia de técnicos americanos e holandeses. A Companhia já inverteu nas duas cidades nove milhões de dólares, ou cêrca de Cr\$ 175.500.000,00, ainda estando programado o dispêndio de dezenove milhões (249).

Isto se passava pelo ano de 1938. Em 1955, informavam alguns jornais do Rio de Janeiro que, a produção de borracha das "Plantaçoões Ford", no Pará, agora pertencentes ao Instituto Agronômico do Norte, está aumentando gradativamente, e graças, ao aumento do salário e ao pagamento de uma bonificação de assiduidade, Belterra produz, atualmente, 50 toneladas mensais de latex concentrado, correspondentes a 3.600 toneladas anuais de borracha sêca, achando-se em exploraçoão um milhão de seringueiras, parte das quais são sangradas pelo sistema de espiral completa (525 árvores para cada seringueiro), enquanto que as restantes são sangradas em meia espiral (400 seringueiras para cada homem), o que equivale a quatro ou cinco vêzes o número de héveas trabalhadas por um homem nos seringais nativos.

A administração daquelas "Plantaçoões" espera, dentro dos próximos meses, contratar e localizar o total de novos trabalhadores necessários para a exploraçoão de tôdas as seringueiras de Belterra, que se elevam a dois milhões.

Em Fordlândia, núcleo inicial das plantaçoões da antiga Companhia Ford Industrial do Brasil, estão sendo recuperadas as seringueiras remanescentes, que, por serem de pé franco, haviam

(248) Relat. de 1937-1939 cit., p. 177.

(249) Relat. cits., p. 178.

sido abandonadas como pouco produtivas. Em 21 de maio, 120.000 árvores estavam já sendo exploradas pelo sistema de arrendamento das "estradas" aos trabalhadores locais, com o rendimento em latex e crepe equivalente a dez toneladas mensais de borracha seca (250).

Na região das cachoeiras, segundo Henri Coudreau que a visitou em 1895, há em lugares diferentes, campos, gado, seringais, castanhais, salçais, copaibais, com apreciável número de habitantes, (251). atraídos pelo fascínio da goma elástica que, além dos que aí moram, seduz, no verão, quase toda a população da parte inferior do rio (252).

* * *

Em 1862, o Município de Pôrto de Moz, no rio Xingu, exportou 500 arrobas de castanha, 100 de cravo e 5.500 de borracha, no valor respectivamente de 1.000, 1.500 e 88.000 cruzeiros, (253) ao passo que no de Santarém (Tapajós), já havia um engenho para aguardente e açúcar movido a água, com trinta braços e uma fábrica de vinho de caju, produzindo o engenho 600 frascas de aguardente e 400 arrobas de açúcar. Sua principal exportação constou de 40.000 arrobas de cacau no valor de 200.000 cruzeiros; 10.000 alqueires de castanha valendo 20.000 cruzeiros, 200 alqueires de feijão no valor de 1.200 cruzeiros, 80 canadas de óleo de copaiba valendo 800 cruzeiros, 4.000 arrobas de peixe salgado no valor de 20.000 cruzeiros, e 100 arrobas de salsa valendo 900 cruzeiros, (254) demonstrando, assim um maior desenvolvendo econômico das margens do Tapajós sobre as do Xingu, já naquela época. Porém, esta superioridade ainda mais se acentuará, quando adicionarmos a produção santarenense à do

(250) *Correio da Manhã* de 19 de junho, 4º caderno, p. 2, c. 7; *Diário de Notícias* de 3 de junho, 3ª seção, p. 4, cols. 4 e 5.

(251) *Viagem ao Tapajós (1895-1896)*. Tradução de A. Miranda Bastos, ps. 47, 49, 54, 55, 59, 78, 89, 90, 93 e 97.

(252) A. Ferreira Pena já ressaltava o mal que tem feito à Amazônia, a exploração da borracha, por suplantarem de tal maneira às outras indústrias, e obrigar as duas províncias do extremo norte do país, a recorrer às outras partes do Brasil para alimentar-se, dando lugar ao estabelecimento de uma população nômade, desmoralizada e dizimada por doenças, sem poder produzir no interior do país um só melhoramento duradouro, deixando ainda por cima cair em ruínas algum que se haja feito anteriormente. Fazem ao contrário, surgir alguns centros comerciais e algumas fortunas rápidas, na maior parte, conduzidas à extravagância e à bancarrota. (Paul Le Cointe — *L'Amazonie* cit., vol. I, p. 290).

(253) Relat. do Presidente Araújo Brusque de 1 de setembro de 1862, p. 63.

(254) Relat. cit., p. 56.

Município de Itaituba, existente na mesma ribeira tapajônica, o qual tem quatro engenhos produzindo 200 frascas de aguardente, movidos a animais, com 32 braços; e exportou no mesmo ano 114 arrobas de breu, 410 de café no valor de dois mil cruzeiros, 600 de cacau valendo 2.400 cruzeiros, 120 alqueires de castanha no valor de 240 cruzeiros, 87 arrobas de cravo valendo 582 cruzeiros, 65 de estôpa no valor de 1.024 cruzeiros, 350 alqueires de farinha valendo 1.024 cruzeiros, 5.220 arrobas de goma elástica no valor de 83.640 cruzeiros, 510 libras de guaraná valendo 2.400 cruzeiros, 450 arrobas de salsa no valor de 1.800 cruzeiros, e óleo de copaiba no valor de 240 cruzeiros. No Município, há também duas fazendas de gado vacum e cavalariço, com 255 cabeças dessas espécies, doze braços livres e um escravo, e 295 sítios de cultura de vários produtos, contendo 855 braços livres e seis escravos (255).

Em 1864, Santarém exportava "carne seca" para Belém, sendo que do total de 24.026 arrobas de pirarucu entrado na capital, de toda a província, 13.889 eram provenientes daquele município (256).

Em 1870, o Tapajós exportou 12 arrobas de borracha, 800 de guaraná e 600 de salsa (257).

Em 1885, Itaituba produziu 269.804 kg de borracha; 16.402 kg de cacau; 121 couros de boi; 538 de veado; 122 kg de óleo de copaiba; Santarém 22.885 kg de borracha; 342.571 de cacau; 382 de castanha; 1.512 couros de boi e 665 de veado; e os municípios do Xingu — Pôrto de Moz — 10.340 kg de borracha; 835 de cacau; 35 hectolitros de castanha; 113 couros de boi; 107 de veados e 22 kg de óleo de copaiba; e o de Souzel —

(255) Relat. cit., p. 66 — Esse mesmo presidente no seu relatório do exercício seguinte, informava que, no Xingu, só havia civilizados na parte inferior, cerca de um quinto do seu curso, sendo seus principais produtos a borracha, cacau, castanhas, estôpa, cravo e breu (Relat., de 1 de novembro de 1863, p. 75); e no Tapajós, os civilizados também estavam no curso inferior, abaixo das cachoeiras, como no Xingu, acrescidos dos índios *maués*, além dos índios *mundurucus*, moradores na parte média, industriais, acrescentando o presidente, ser o Tapajós o mais rico de todos, quanto a produtos naturais, abundando nas suas margens — seringais, tabaco, salsa, guaraná, castanhas, breu, estôpa, cumaru e muitos outros. (Relat. de 1863 cit., p. 76).

(256) Relat. do Presidente J. V. Couto de Magalhães, de 15 de agosto de 1864, p. 66. A pág. 17, diz o presidente que das 239.717 arrobas entradas em Belém, 110.714 eram de Cametá, e 96.818 de Santarém.

(257) Relat. do Presidente Abel Graça, de 15 de agosto de 1871, pág. 26.

180.573 kg de borracha; 11 hectolitros de castanha; 52 couros de boi; 110 de veado; e 18 kg de óleo de copaiba (258).

Cêrca de cinco lustros após, do alto Xingu foram exportadas 459.000 kg de borracha, sendo 240.000 fina; 110.000 entrefina, 18.000 sernambi, e 91.000 caucho; e de Itaituba (Tapajós) — 658.000 kg de borracha fina, 238.000 kg de entrefina, 298.000 de sernambi e 184.000 de caucho (259).

No ano seguinte: Alto Xingu 194.000 kg de borracha fina, 100.000 entrefina, 73.000 sernambi e 249.000 caucho; e Itaituba — 653.000 fina, 227.000 entrefina, 296.000 sernambi e 129.000 de caucho; (260) subindo a exportação da bacia do Xingu e mantendo-se mais ou menos a do Tapajós.

Anteriormente, vemos Itaituba produzir 515.971 kg de borracha em 1900; 692.208 em 1904; chegando a 754.311 em 1909; Santarém de 60.441 kg em 1900, chega a 121.872 em 1904, descendo para 98.527 em 1909; Aveiros de 93.693 em 1900, foi subindo até alcançar a cifra de 137.508 em 1909; todos no Tapajós. Pôrto de Moz — 19.491 kg em 1900, produziu o máximo de 31.515 em 1906, descendo para 17.456 em 1907 e 19.391 em 1909; Souzel (que representa o alto Xingu) produziu

(258) Relat. do Presidente Tristão de Alencar Araripe, de 25 de março de 1886; Anexo 3.

José Leocádio de Sousa foi quem primeiro iniciou a exploração da borracha no alto Xingu, mandando para lá a sua custa o seu filho João Antônio do E. Santo Sousa, como chefe da expedição de que faziam parte, entre outros, Luis Carlos Barbosa e Severino Diniz de Sousa. Depois, aconselhou e patrocinou a exploração do Coronel Gayoso. (Américo Campos e Lindolfo Abreu — *O Município de Souzel*, Belém, 1909, p. 17).

Continuadas essas explorações por Agrário Cavalcanti, este, já possuidor de vastos seringais os transferiu, em 1896, ao seu sobrinho José Porfírio de Miranda Júnior, que alargou extraordinariamente as operações comerciais do rio, servindo o seu estabelecimento de entreposto de todo o movimento do médio e alto Xingu. Talvez, seja hoje quem mais possua seringais plantados e mais zele pelo apuro da borracha. (p. 21).

Sousa deve ter começado essas explorações em 1862, Gayoso em 1883, e Cavalcanti em 1891. O mapa do rio Xingu, anexo ao livro de H. Coudreau, *Viagem ao Tapajós* (1895-96) — Série Brasileira, nº 208, assinala, a fôlha VIII, feito de acôrdo com o levantamento de O. Clauss, companheiro de Van den Steinen em 1884, "Coronel Gayoso: seringueiro" a montante do rio Ambé; e a palavra "Seringueiro", mais acima, em vários lugares (Fls. VIII e VI).

(259) Mensagem do Governador João Coelho, de 7 de setembro de 1909, p. 69.

(260) Mensagem do cit. governador referente ao ano de 1910, p. 117.

419.426 kg em 1900; baixou para 381.284 em 1901; elevando-se de 1903 em diante até atingir 583.652, em 1909 (261).

A produção da castanha, em Santarém e Pôrto de Moz, nesse decênio foi insignificante. Enquanto Santarém produzia na década, 3.940 hectolitros e Pôrto de Moz 1.143, Alemquer ultrapassava a cifra de 200.000, e Obidos a de 170.000 (262).

O cacau tinha sua maior exibição, nas duas bacias, no Município de Santarém, com 180.739 kg, mesmo assim estava em quarto lugar na ordem da produção do Estado, encabeçando a lista Cametá com 657.034 quilogramas (263).

Santarém, em 1928-29, produziu 133.823 kg de algodão, ficando em sexto lugar na produção do Estado, estando colocado em primeiro o Município de Igarapê-Açu que produziu no mesmo

(261) Mensagem cit., Quadro demonstrativo da produção da borracha e caucho por municípios. p. 125. — No decênio de 1900 a 1909, na produção da borracha e caucho, estava em primeiro lugar o Município de Breves com 12.300 toneladas, seguindo-se Anajás com 9.200, vindo em terceiro lugar Itaituba com 6.500, Souzel em décimo lugar com 4.700, Aveiros no vigésimo primeiro com 1.100, Santarém no vigésimo quinto com 950 e Pôrto de Moz no trigésimo terceiro com 200 toneladas. (Mensagem de 1910 cit., "Diagrama da produção dos municípios" quanto à "Borracha e Caucho").

Da exportada em 1909 — 8.852 toneladas procediam das Ilhas, 1.265 do Tapajós, 346 do alto Xingu, afora o caucho. (Mensagem cit. "Diagrama da exportação da borracha e caucho por procedências").

(262) Mensagem cit. Quadro respectivo. Há cêrca de vinte anos, a castanha paraense não tinha importância comercial na economia do Estado. Sômente depois das análises científicas constatarem ricas substâncias nela, foi que essa amêndoa preciosa passou a figurar na ordem dos produtos necessários à vida: indo para a Europa e América do Norte. De 1881 a 1925, a maior exportação foi em 1882, no total de 318.864 hectolitros e a menor em 1890, com 4.221 hectolitros; tendo sido a principal fonte de receita pública do Estado — de 1921 a 1924, devido a sua grande produção e elevado custo. Em 1925, a borracha superou-a. (Mensagem do Governador Dionísio Ausier Bentes, de 7 de setembro de 1926, p. 115). De 1836 a 1851, o preço por hectolitro era de 2 a 5 cruzeiros, ultrapassando a 37 cruzeiros em 1913. Em 1919, oscilou de 20 a 30, e, em 1920 atingiu 79 cruzeiros e 50 centavos. Depois sempre flutuando, alcançou o melhor preço em 1925, com 165 cruzeiros peio hectolitro. (Mensagem de 1926 cit., p. 116).

(263) Mensagem de 1910 cit. (Quadro dos gêneros produzidos no Estado, entrados na capital em 1900). O cacau já constituiu a principal fonte de riqueza pública do Estado, mas, a alta do preço da borracha, concorreu para quase completo abandono dos cacauais que, em sua maioria, desapareceram tomados pela herva de passarinho ou dizimados pela filoxera. De 1881 a 1925, a maior quantidade exportada foi em 1882, no total de 5.900.027 kg e a menor em 1912, com 1.102.159 kg. Em 1905, atingiu a produção a 1.194.681 kg e a exportação a 1.452.856 kg, classificado em 1925, como o quarto produto do Estado, passou a figurar no primeiro semestre de 1926, na cauda orçamentária, em nona categoria. (Mensagem do Governador D. Bentes, de 1926., cit., ps. 118 e 119).

ano 1.171.535 quilogramas (264). De janeiro a junho de 1930, Santarém passou para o quinto lugar nessa exportação para a capital, sem haver menção de um só município da bacia do Xingu. A "Fazenda de Sementes de Santarém" distribuiu de sua produção 1.850 kg, e controlou a distribuição por particulares de 5.802 kg, correspondendo tudo isso a uma área de cultivo melhorado de 857 hectares, repartida entre 195 roceiros (265).

Em trinta anos, de 1880 a 1910, a produção da borracha no Estado, quadruplicou e o preço triplicou, segundo explica Paul Le Cointe, (266) sendo possível que houvesse acontecido o mesmo nesses dois vales. Como, porém, não encontrássemos estatística de 1880, referente aos rios Tapajós e Xingu, e sim de 1885 e 1910, podemos afirmar haver triplicado essa produção durante esses vinte e cinco anos, conforme os números já apontados. Em 1862, a produção do Tapajós era pouco menor do que a do Xingu — 78.300 e 82.500 kg, respectivamente, mas, a do primeiro a sobrepunhou, tanto que, em 1885, já havia uma diferença entre ambos de mais de cem mil quilogramas — 292.689 x 190.813 kg, cifras estas mais que triplicadas em 1909 — 990.346 x 603.043 quilogramas.

Em 1880, havia na ribeira do Tapajós 31.165 cabeças de gado vacum e 10.632 de cavalari (267).

POVOAMENTO

Difícil o povoamento dos vales do Tapajós e Xingu, não propriamente devido a causas locais, pois, apesar de ser úmido e quente, é suavizado pelos ventos do nordeste (junho a dezembro) e brisas da tarde que tornam as noites frescas e agradáveis.

Há quase um século, o governo provincial sabedor de que reinava epidemias no Tapajós, mandou o Doutor José Veríssimo de Matos inspecioná-lo, o qual visitou todas as suas povoações, encontrando na região febres intermitentes, mas, concluía ser devido à má escolha do local em que erguem os seus ranchos ou casebres, à umidade deste, à ebridade quase continua, à vida aventureira da extração da salsa, borracha, óleos, castanhas, etc., à busca do peixe, base de sua alimentação diária (a mais das vezes

(264) Mensagem do Governador Eurico de Freitas Vale, de 7 de setembro de 1929, p. 88.

(265) Mensagem do referido governador, de 1 de setembro de 1930, pág. 123.

(266) *L'Amazonie Brésilienne*, v. I, p. 284.

(267) Barão de Marajó — *A Amazônia*, Lisboa, 1883, p. 22.

envenenado pelo timbó), ao descuido de guardar o necessário para as doenças, pois, ficam na miséria quando elas surgem, passando uma existência de sofrimento, fome e nudez, e não devido ao clima (268).

Quarenta anos mais tarde, o geólogo Frederico Katzer também opinava que as causas principais das moléstias epidêmicas das margens do Tapajós, eram as más alimentação e água, que contribuíam mais do que qualquer outra para a propagação dessas doenças e aumentar os seus efeitos. Também condenava a alimentação de peixe e farinha, que deveria ser substituída por outra, mais racional, nutritiva e variada (269).

Realmente, a subnutrição, a não adoção dos mais elementares preceitos de higiene e o continuo ataque dos mosquitos transmissores de males, causam maior desgaste no organismo humano do que o ambiente meteorológico

Contudo, o povoamento se fez, e a população cresceu passando, das poucas centenas de indivíduos das aldeias, na quase totalidade composta de silvícolas, para as dezenas de milhares da atualidade, já constituída de brancos, mamelucos, cafuzes, mulatos e indígenas, no vale tapajônico. Na xingutânia, o desenvolvimento populacional foi muito menor, porquanto pouco ultrapassou de uma dezena de milhar.

Não há dúvida que qualquer desses rios poderia ter uma população muito maior, atendendo-se a vastidão do território que eles abrangem, mas, desajudado do governo geral e sem o menor amparo do local, a colonização não pôde ter o andamento que era de esperar.

No Pará, dizia Baena, não há diferença de clima, e sim, diferença de tempo na produção de frutos. As noites são ordinariamente assás frescas, declinando a temperatura a tarde, sendo pela manhã até oito horas a temperatura suave e deliciosa; havendo lugares como Pombal, Santarém, Souzel, em que há pessoas de 90, 100 e mais anos, na vitalidade, entre brancos e pretos, e subraças (270).

No princípio do Século XX, dizia Paul Le Cointe, que a bacia inferior do Tapajós, é úmida e sujeita a febres, como nos

(268) Relat. do Presidente Henrique Beaurepaire Rohan, de 15 de agosto de 1857, ps. 6 a 8.

(269) Relat. sobre a viagem ao Tapajós e Monte Alegre, em novembro de 1897, p. 15.

(270) *Ensaio corográfico sobre a província do Pará*, 1839, p. 21.

outros afluentes do Amazonas, porém, nas terras altas do interior, o clima é melhor (271).

Em junho, julho e agosto, costuma aparecer o que o povo local chama de friagem: um vento incômodo, geralmente soprado do sul, áspero, seco e um tanto frio. Começa por nuvens esbranquiçadas, impelidas por um vento forte, com trovoadas, que dura oito e mais dias seguidos (272). O vento vem dos desertos de Mato Grosso, é mordente e parece gelado, reinando o frio dia e noite (273).

O cólera morbus assolou Santarém em 1858, reaparecendo em 1868, de forma mais benigna; (274) avassalando a varíola em Itaituba, Ixituba e entre as tribus dos Maués e Mundurucus, dispersos pelos campos entre o Tapajós e o Madeira, atribuindo-se a infiltração às canoas que da cidade de Cuiabá desciam pelo Arinos (275).

Paul Le Cointe divide as estações em duas: a das chuvas e a do estio, indo a primeira de janeiro a junho, e a segunda de julho a dezembro, com pequenas variações; considerando mais salubres os terrenos entre o Curiá e o Tapajós (276).

Na região de Altamira, no médio Xingu, o clima é excelente, com ventilação permanente, contribuindo para que a aldeia, ainda em formação, em 1896, seja o entreposto do alto Xingu (277).

O povoamento desses rios, começou pela bacia xingunense, com os holandeses, ali plantando fortificações e feitorias agrícolas, em

(271) *L'Amazonie Brésilienne*, tomo I, 1922, p. 125. A temperatura no alto Tapajós, à sombra, variou de 29° no alto Apui, a 25° e 28° na confluência do São Manuel, 31° em Paulo Leite, 26° em Benedito, 30° em Misericórdia, 33° em Ondas, 32° e 35° em Salto Augusto (H. Coudreau, obr. cit., pág. 240).

(272) H. Coudreau, *Viagem ao Tapajós*, 1895-1896; trad. de A. Miranda Bastos, ps. 213 e 214.

(273) Autor e obra, cit., p. 144.

(274) Relatório do Presidente J. Bento da Cunha Figueredo de 16 de maio de 1869, p. 4.

(275) Relat. do Presidente J. Raimundo Delamare, de 6 de agosto de 1868, p. 20.

(276) R. L. Tavares, *O Rio Tapajós*, 1876, p. 17.

(277) H. Coudreau — *Voyage au Xingu*, Paris 1897, p. 17. Muito para o alto, vê-se que a cachoeira "Pedra Sêca", mais ou menos a 8° 52' de latitude sul, está a 240 metros de altitude, ao passo que o "Salto Augusto" (8° 53'15") se acha na altitude de 450 metros, (autor e obra, cit., p. 92).

A latitude de Salto Augusto é extraída de *L'Amazonie Brésilienne* de Paul Le Cointe, p. 126.

vários lugares, demonstrando, assim, a resolução de se apossar do vale e povoá-lo, chegando a carregar navios com os produtos da terra.

Escorraçados pelos portugueses, só depois da primeira década da segunda metade do Século XVII, começaram os padres da companhia de Jesus, a atrair os indígenas da região às reduções que fundaram nas duas ribeiras, e isto mesmo, na parte inferior de suas margens.

Vemos, então, surgirem aldeamentos, cujos núcleos, seriam já na centúria seguinte, elevados a vilas, na sua quase totalidade.

Neste Século (XVIII), devido a notícia de haver ouro no alto Tapajós (Arinos e rio Prêto), em 1747, gente de Cuiabá agitou-se e dentro de pouco tempo ocupava essas paragens, donde só se afastou o último contingente com a nova da descoberta do cobijado metal na bacia do alto Paraguai. Renovadas as explorações por ordem do governo matogrossense, em 1812, fundou-se um arraial militar, no Salto Augusto, aliado a um grupo de indígenas, que durou mais de trinta anos, só exterminado pelos constantes assaltos dos silvícolas. Restaurado o posto, com outra guarnição, esta teve que abandoná-lo já na segunda metade do século.

Por esse tempo, a região das primeiras cachoeiras eram transpostas por indivíduos vindos das bandas do Amazonas e do baixo Tapajós, a cata de ouro no São Manuel, das drogas do sertão e dos seringais, principalmente, no verão quando os seringueiros levavam suas famílias, com grandes dificuldades.

Em 1863, o Xingu só era habitado por civilizados na sua parte inferior, cerca de trinta e cinco léguas até a primeira cachoeira, tendo as povoações de Vilarinho do Monte, Veiros, Pombal, Souzel e a vila de Pôrto de Moz, e na parte superior, cerca de quatro quintos do seu curso, era habitado por nações indígenas, como as do Tucunapenas, Jurunas, Xipocas, Araras e Tapaiuras (278).

(278) Relat. do Presidente Araújo Brusque, de 1 de novembro de 1863, p. 75. — O padre Luis Figueira fundou as aldeias de Itacuruçá (Veiros), Piranhiri (Pombal) e Aricari (Souzel) — (Dic. Hist. Geogr. e Etnogr. do Brasil, 1922, v. II, p. 224).

Do relatório do Presidente Araújo Brusque, de 1 de setembro de 1862, consta que, no ano de 1859, em consequência do aparecimento de índios, em grande porção, da tribo Tucunapena, estabeleceu-se logo acima da primeira cachoeira do Xingu, junto ao rio Tukurui, uma missão destinada a chamá-los à civilização. O sacerdote, nomeado frei Marcelo de Santa Catarina de Sena, pouco demorou, tendo como único resultado colher dados sobre as tribus Jurunas, Tucunapenas, Xipocas, Araras, Tapaiunas e outras, avaliando em 3.000 o número de almas pertencentes a essas cinco famílias (ps. 18 e 19).

Apesar do Presidente Araújo Brusque assim afirmar, o príncipe Adalberto da Prússia, em 1842, já assinalava acima dessa grande volta um sítio a que denominou "Casa do Martinho", entre a "Sra. Arapuyá" e a cachoeira "Urubuquara" (279). Talvez, Martinho não tenha podido aguentar-se ali por muito tempo.

Henri Coudreau afirma que, em 1886, os civilizados, no rio Xingu, não iam a montante de Piranhacuara, não havendo um só no rio Iruri. Estavam na Praia Grande, Gaiyoso, Barriguda, Itapuama, Ararunacuara, atingindo apenas Piranhacuara, e no rio Tucuriu, somente o sítio Tucuriu-Velho; não alcançando, por essa época, a população civilizada e de índios mansos a cifra de duzentas pessoas, (280) quando, em 1896, subia a 1.351 o número de habitantes no alto Xingu, de Pedra Sêca ao Tucuriu, inclusive os habitantes do rio Iriri (220 pessoas), e outras malocas. Daquele total, 1.024 indivíduos eram civilizados (281).

Os fundamentos de Altamira foram lançados cêrca de 1886 (282).

Em 1720, havia na Província, 54.216 indivíduos aldeados em 63 missões, mas 113 anos depois, êsse número decresceu para 32.751 indígenas, atribuindo Monteiro Baena essa baixa à tirania dos Muras nos seus contínuos assaltos e lutas aos outros silvícolas, e ao quase universal mau trato contra essa labrusca gente, aliás, merecedora da estima de todos, uma vez que seus braços são os propulsores da agricultura, indústria e transportes (283).

Além disso, a revolução dos cabanos, a guerra do Paraguai, as epidemias, a extração da borracha, principalmente esta, hão concorrido para o abandono das aldeias e povoados.

E' certo que a última tem atraído muita gente para o povoamento dessas ribeiras, embora sofrendo grandes desfalques nos

(279) Obra cit., mapa entre as págs. 586 e 587 da edição alemã (Berlim, 1847).

(280) *Voyage ao Xingu*, 1897, p. 217.

(281) Obra cit., p. 226.

(282) Obra cit., p. 17. Em 1862, José Leocádio de Sousa já cogitava da exploração do Xingu, além cachoeiras, e como por essa época não houvesse civilizados nesta região, segundo informa o Presidente Araújo Brusque, no seu relatório de 1863, é provável que só daí em diante, estranhos se lóssem localizando acima da grande volta do rio. A persistência de José Leocádio, de seu filho João, do piauiense Gayoso e de Agrário Cavalcanti, em construir uma estrada para evitar o grande anel, que o rio aí forma, demonstra a vontade, dos primeiros de povoar a zona, e dos segundos de que ali já havia um povoamento encetado.

(283) *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, 1839, ps. 17 e 18.

seus obreiros, mas, a instabilidade das povoações permanece, com grande prejuízo para o seu progresso.

Demais, "todo o mundo tem muita pressa, todos querem sair, todos se querem ir embora", pois, o seringueiro na Amazônia nada mais é do que o trabalhador que busca dinheiro para manutenção de sua família que ficou no Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, para onde regressará amanhã ou depois, daqui a um ano, a dois, a três, quando puder (284).

Diante dessas circunstâncias, o povoamento da região tem que ser muito lento, demonstrando, ainda o último recenseamento da república menos de um habitante por quilômetro quadrado em todo o Estado, apesar do mesmo se vir processando há mais de três séculos.

Em 1849, a comarca de Santarém tinha 24.594 habitantes livres, sendo 11.637 do sexo masculino e 12.957 do feminino; e 3.883 escravos, sendo 2.018 do sexo masculino; somando tudo 28.477 habitantes, com 3.457 fogos, estando acima dela, somente a da capital com 75.739 e a de Cametá com 32.536 habitantes, para 186.062 da província, dos quais eram livres 151.810 habitantes (285). No ano seguinte, houve um pequeno aumento de menos de 4%, sendo 660 livres e 365 escravos a mais; (286) ao passo que, em um lustro após ao ano de 1850, já a população da comarca ascendia a 35.913 pessoas, sendo 12.177 no termo de Santarém e 5.234 no Município de Vila Franca. Franca tinha 2.231, inclusive 67 escravos e 2 estrangeiros; Boim tinha 1.064 livres, 24 escravos e 15 estrangeiros; e Pinhel tinha 2.400 livres.

(284) Luís Cordeiro — *O Estado do Pará*, 1929, p. 192.

(285) Relat. do Presidente Jerônimo José Coelho, de 1 de outubro de 1849, p. 103.

(286) Relat. do Presidente Fausto A. de Aguiar, de 15 de agosto de 1851 (Mapa estatístico da população da província do Pará, em 1850). João Palma Muniz diz que, segundo um relatório de 1850, o distrito de Itaituba, Aveiro, Boim e Pinhel, tinha 29.502 habitantes, sendo 25.254 livres; que, em 1868, conforme Ferreira Pena, o município tinha 30.000 almas (*O Município de Itaituba*, Pará, 1906, p. 72). Deve haver engano, pois, a cifra indicada excede até à da comarca, ou à de todo o rio, segundo o relatório do Presidente Jerônimo Coelho, de 1849, tanto que o próprio Palma Muniz dá para 1890, 8.500 habitantes, excluídos os índios e para 1900, também sem índios, 10.686 almas. (pág. 72 cit.). O trecho do São Manuel, hoje povoado, começa na confluência do Salto das Sete Quedas, sendo a população toda ida do Pará, sem nenhuma influência de Mato Grosso; obedece as autoridades paraenses, montando o número de civilizados a mais de 150 pessoas, afóra os índios mansos, empregados na extração da borracha e passagem das cachoeiras, que a eleva ao triplo, e produzem mais de 60.000 quilogramas desse produto que desce anualmente para Itaituba. (Artur O. N. Viana — *Limites do Estado do Pará*, Belém, 1899, 2ª Parte, p. 93).

Dos habitantes da freguesia de Santarém — 7.537 eram livres, 243 escravos e 114 estrangeiros, e 4.283 pertenciam a freguesia de Alter do Chão (287).

O aumento desse quinquênio já foi maior do que de 1849 para 1850, uma vez que dá para cada ano uma elevação superior a 5%.

Mas, entre 1856 e 1872, data esta do primeiro censo demográfico do império, nota-se uma redução no cômputo geral da comarca, pois, segundo os dados publicados, a população recenseada não passou de 25.409 pessoas, talvez devido a desanexação de algum termo, como o de Obidos, que aí já se não vê. Contudo, registrava nas margens do Tapajós, 15.464 almas (288). Dos 8.749 da paróquia de Santarém, 231 eram estrangeiros, não havendo mais do que 29 nas demais.

No espaço de quarenta anos, entre 1872 e 1912, o crescimento dessa população foi de cerca de noventa por cento, pois, partiu de 15.464 e foi a 29.331 almas, segundo estimativa da Diretoria Geral de Estatística (289).

Examinando-se os recenseamentos de 1920, 1940 e 1950, nota-se que, de 54.740 habitantes verificados nos municípios componentes do vale do Tapajós, em 1920, 41.546 pertenciam ao de Santarém, 4.973 ao de Aveiro e 8.221 ao de Itaituba, sendo como se vê a maior contribuição do primeiro; (290) importando num progresso de cerca de 87%, na metade daquele período.

Em 1940, o aumento não chegou a duas mil almas em todo o rio, pois cingiu-se a 56.711, apesar de vinte anos decorridos; (291) e, em 1950, somou 72.563 indivíduos, passando Santarém

(287) Relat. do Presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, de 29 de maio de 1856. Anexo n. 4. Por esse tempo, a comarca se compunha dos termos de Obidos e de Santarém, estando anexos ao primeiro os de Vila Franca e Monte Alegre. Santarém tinha duas freguesias: Santarém e Alter do Chão; e Franca tinha três termos: Franca, Boim e Pinhel, compreendendo toda a comarca, 85 léguas. (Anexo supra).

(288) Relat. do Presidente Domingos José da Cunha, de 18 de abril de 1873 (Quadro do recenseamento da província do Pará, em 1872).

(289) Anuário Estatístico do Brasil, 1908-1912, Rio de Janeiro, vol. I, ps. 233-234.

(290) Sinopse do Recenseamento de 1920, Rio, 1922, p. 24.

(291) Recenseamento Geral do Brasil de 1940 — Série Regional, Parte III, Pará, 1952, p. 51. H. Coudreau informa que os três mil civilizados que povoam o Tapajós de Itaituba a Salto Grande, afluentes das margens esquerda e direita, são paraenses, maranhenses ou cearenses, sendo difícil encontrar ali uma dúzia de matogrossenses; seguindo-se um deserto de centenas de quilômetros sem civilizados. (*Viagem ao Tapajós*, 1895-1896, trad. de Miranda Bastos, ps. 130-132).

de 47.559 a 61.611, e Itaituba, de 9.152 a 10.952 habitantes; 32% de acréscimo no primeiro e quase 20% no segundo (292).

A cidade de Santarém passou de 7.527, em 1940, para 14.604, em 1950, (293) quase duplicando.

Em 1856, o Município de Pôrto de Moz pertencia a comarca de Macapá, com 45 léguas de extensão, e se subdividia em quatro freguesias; Pôrto de Moz, Veiros, Pombal e Souzel. O termo ou município, compreendendo as quatro freguesias tinha 4.868 habitantes, sendo na de Pôrto de Moz — 2.672 pessoas livres, 117 escravos e 27 estrangeiros; na de Veiros 574 livres e 2 escravos; na de Pombal — 386 livres e 1 escravo, e na de Souzel — 1.040 livres, 38 escravos e 11 estrangeiros (294).

Por uma outra estatística organizada em 1862, verifica-se ter o município, em 1848 — 4.032 habitantes livres, em 1849 — 4.008, em 1850 — 3.939, em 1854 — 4.868 (o mesmo que o de 1856), e, em 1862 — 5.344 habitantes, sendo as duas freguesias mais povoadas as de Pôrto de Moz e de Souzel, ambas com uma cifra superior a mil almas, sendo que a primeira, em 1854, já ultrapassava a casa de 2.800, e em 1862, a de 3.000 pessoas (295).

Como se vê, de 1848 a 1850, a população decresceu, tendo o apreciável aumento de mais de 30% de 1851 a 1862.

Um decênio após, Pôrto de Moz tinha 1.605 habitantes, Veiros 475, Pombal — 357, e Souzel — 1.284; senda 30 estrangeiros em Pôrto de Moz, e 3 em Souzel, (296) somando tudo 3.721 almas, isto é, 1.147 pessoas, menos do que em 1856, dezesseis anos antes, demonstrando, assim, que a população em lugar de aumentar diminuiu, certamente devido a falta de imigração, de saneamento e de transporte rápido e barato, além da guerra

(292) Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1950, Rio, 1951, p. 17. O plano para a profilaxia da malária no Pará, dividiu em várias zonas o Estado, sendo que a do Tapajós compreendia Santarém, Fordlândia, Boim, Aveiro, etc., com cinquenta mil habitantes. (Relat. do Interventor Gama Malcher de 1937-1939, p. 90).

(293) Recenseamento de 1940 cit., p. 180; e de 1950, cit., p. 17.

(294) Relat. do Presidente H. de Beaurepaire Rohan, de 29 de maio de 1856. Anexo 4, quadro I.

(295) Relat. do Presidente Araújo Brusque, de 1 de setembro de 1862 (Quadro estatístico). Dêsse quadro consta que essa população se distribuía assim, em 1848: Pôrto de Moz, 1.483, Veiros, 638; Pombal, 622 e Souzel 1.289; em 1849: P. de Moz, 1.494; Veiros, 634; Pombal, 613 e Souzel, 1.267; em 1850: P. de Moz, 1.602; Veiros, 577; Pombal, 515 e Souzel 1.245; 1854: P. de Moz, 2.816; Veiros, 576; Pombal, 387 e Souzel 1.089; em 1862: P. de Moz, 3.089; Veiros, 634; Pombal, 426 e Souzel, 1.195 pessoas.

(296) Relatório do Presidente Domingos José da Cunha de 1 de julho de 1873. (Quadro do recenseamento da Província do Pará, em 1872).

do Paraguai, quadro êsse que iria mudar com a chegada de imigrantes nordestinos de 1877 em diante, tangidos pelo flagelo da sêca, e o desbravamento da zona das cachoeiras, na década de 1880 a 1890, o qual acentuou-se no decênio seguinte com os baianos M. Agrário Cavalcanti e José Porfírio de Miranda Júnior, (297) e o cearense Ernesto Acioli de Sousa, o qual em 1896, era dono do mais importante estabelecimento, não só do rio Iriri, como de todo o Xingu das cachoeiras, com avultado pessoal (298).

O climax dêsse aumento deve ter sido atingido no triênio de 1910 a 1912, quando se verificou o máximo de produção da goma elástica na Amazônia, a par de um preço nunca visto antes das grandes guerras mundiais, tanto que em 1910, encontravam-se na bacia xinguense 18.682 moradores, cujo número já em 1907, era calculado em 17.448, e subia gradativamente até alcançar em 1912, o total de 19.757, (299) isto é, quase vinte mil habitantes, que nos parece o máximo a que atingiu a região, uma vez que daí para diante o preço da borracha foi sempre diminuindo, e como a maioria da população do vale estava colocada na faixa das cachoeiras, correspondente, a princípio, ao Município de Souzel e de 1911, em diante, ao recém criado denominado Altamira, zona por excelência produtora da goma elástica, é mui provável que dado o decaimento do seu preço se verificasse a emigração para outros lugares.

Como é sabido a extração do ouro negro era o engodo ou chamariz que atraía os imigrantes ávidos de melhorar a sua situação pecuniária, povoando, assim, os rios da bacia amazônica.

Decaindo o preço da hevea, o interêsse pela sua extração foi desaparecendo, dando-se então o êxodo dessa gente em procura da terra natal ou de outras em que a vida fôsse menos difícil, o que deve ter acontecido no vale do Xingu, pois, a sua população em lugar de aumentar, como seria razoável tem decrescido, como se verifica do resultado dos recenseamentos realizados em 1920 e 1940.

Pelo primeiro, os três municípios dessa bacia tinham um total de 14.815 habitantes, (300) ao passo que, pelo segundo

(297) *Fôlha do Norte* de 1 de janeiro de 1940, in Pasta do Município de Altamira, no Cons. Nacional de Geografia. (Biblioteca).

(298) Henri Coudreau — *Voyage au Xingu*, Paris, 1897, p. 31.

(299) *Anuário Estatístico do Brasil* (Diretoria Geral de Estatística, 1908-1912, Rio de Janeiro, 1916, p. 334.

(300) *Sinopse do Recenseamento do Brasil, em 1920*, Rio, 1922 ps. 24 e 25.

apurou-se apenas 10.307, (301) nos dois, então, existentes, por haver sido extinto o de Souzel e incorporado ao de Pôrto de Moz, quase a metade da população de 1912.

O de Altamira, de 9.343 passou a 6.428 almas, e o de Pôrto de Moz com o de Souzel, de 5.472 passou a 3.879 pessoas, perdendo o primeiro 2.915, e o segundo 1.593 pessoas, cêrca de um terço de sua população.

Já, no de 1950, nota-se um novo impulso, uma vez que a apuração acusou um total de 12.928 habitantes, isto é, mais 2.621, sem, contudo, alcançar a cifra do censo de 1920, e muito menos a de 1912.

Como se vê, é notável a disparidade entre a população das duas bacias, apesar da diferença do território não ser muito grande, e a superfície da mais povoada ser menor do que a outra (302).

Comparando a área com a população, o Município de Santarém dá mais de 2/5 de habitantes por km², ao passo que a densidade de Pôrto de Moz é apenas de um décimo de habitante por km², e a de Itaituba e de Altamira, é ainda muito menor, principalmente, a do último que não chega a 0,03 de habitante, num espaço igual.

E' certo que a lei paraense referente à divisão administrativa e judiciária para 1955-1958, de nº 1.127, de 11 de março de 1955, restabeleceu os antigos Municípios de Souzel, no rio Xingu, e o de Aveiro, no Tapajós, além de criar um em cada rio dêsses : o de S. Félix do Xingu, desmembrado do de Altamira, e o de Jacaré Acanga, separado do de Itaituba, isto, porém, não merece grande reparo por não haver se fundado no desenvolvimento da população dessas regiões, e, apenas em outros motivos, certamente, de alguma utilidade.

* * *

Quanto ao povoamento dos altos rios Tapajós e Xingu, na zona pertencente ao Estado de Mato Grosso, sem elementos para explaná-lo, além das poucas tentativas feitas pelos cuiabanos e

(301) *Recenseamento Geral do Brasil, de 1940, Série Regional, Pará, 1952, p. 51.*

O plano para a profilaxia da malária no Pará, dividiu o Estado em várias zonas, sendo que a do Xingu compreendia Pôrto de Moz, Portel e Altamira, com 28.000 habitantes. (*Relatório do Interventor Gama Malcher, de 1937-39, p. 90.* Portel não pertencia à bacia do Xingu.

(302) Os Municípios de Altamira e Pôrto de Moz, componentes da bacia do Xingu, tem uma superfície de 331.778 km², sendo 49.708 referentes ao de Pôrto de Moz, ao passo que os da bacia do Tapajós, somam 190.451 km², sendo 24.057 correspondentes ao de Santarém. (*Anuário Geográfico do Brasil, 1953, I.B.G.E., Cons. Nacional de Geografia, p. 160.*)

pelo seu governo para exploração da região, a que já aludimos, temos a acrescentar, apenas, que a sua propagação tem sido escassa, consistindo mais na implantação de lugarejos ou feitorias dedicadas à exploração de goma elástica, do que à fundação de núcleos populacionais destinados à administração ou repartições públicas.

Assim, vemos, na fôlha SS-21 (Juruena), da carta ao milionésimo, 1949, do Conselho Nacional de Geografia, sinal de vários lugarejos nos rios Juruena e São Manuel, a contar das proximidades do paralelo austral de 8°54'30", para o sul, quanto ao Tapajós; na fôlha SD-22 (Goiás) também há vários lugarejos ao sul do paralelo de 12°, nos rios Coliseu Botovi e Coluene, assim como na fôlha SC-22 (Tocantins) entre 10°41' e 12° de latitude (C. N. C., 1950).

LOCALIDADES

ACANGA — V. Jacaré-Acanga.

AÇU — V. Igapé-Açu.

AICARI — V. Souzel.

AIRI — Subprefeitura policial do Município de Itaituba, em 1919 (1).

ALTAMIRA — A região em que se acha a cidade dêsse nome foi percorrida desde o Séclo XVII. A principio, pelos religiosos que procuravam conduzir ao seio dos civilizados os indigenas da região, aldeando-os, e mais tarde, por pessoas que pretendiam explorar a sua riqueza natural.

Os primeiros chegaram a fixar postos de catequese, além "volta grande" do rio, mas, apesar de mais de uma tentativa nesse sentido, não conseguiram uma fundação que perdurasse, ao passo que os segundos especulando com a goma elástica montaram numerosas feitorias mais ou menos permanentes, chegando a construir uma cidade que, não obstante as vicissitudes por que tem passado a indústria extrativa predominante na zona de sua influência, fator precípua de seu estabelecimento, tem permanecido, e com uma população superior à das tricentenárias povoações da bacia xinguense.

Vemos em primeiro lugar, o padre Manuel de Sousa, cêrca de 1655, subir o rio Xingu até o seu contribuinte Jurunas; (1-A)

(1) Teodoro Braga, *Corografia do Estado do Pará*, Belém 1919, p. 428.

(1-A) Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, v. LXXII, ps. XX, 89 e 116 (Crônica do padre João Felipe Bettendorf).

depois, o padre Pedro Pedroso, em 1668, transpor rochedos e atingir aldeamentos dos Taconhapês, de onde retornou com alguns indigenas, viagem em que levou meses; (2) e no século seguinte, ao redor de 1750, o padre Roque Hundertpundt ultrapassar várias das mais difíceis cachoeiras, fazendo umas 150 léguas no Xingu e no Iriri, onde praticou com o gentio (3).

Diz Palma Muniz que o lugar foi criado com as antiquíssimas missões jesuíticas, os pioneiros da civilização que venceram por terra a grande volta do Xingu, data que deve ser fixada antes de 1750, e que passado mais de um século, retornaram à missão os padres capuchinhos, restaurando, assim, os fundamentos da atual Vila de Altamira (4).

Segundo uns dados fornecidos ao Conselho Nacional de Geografia para u'a monografia histórico-geográfica sobre êsse município, pela Prefeitura local, o lugar conhecido por "Missões" fica um pouco acima da atual sede dessa comuna. Contudo a referida informante parece por-se de acôrdo com Palma Muniz quando diz que, talvez, a cidade de Altamira, haja começado antes de 1750, com as antiquíssimas missões dos Jesuitas, restabelecidas, em 1868, pelos capuchinhos Ludovico e Mazarino (5).

Henri Coudreau que esteve no local, quando a aldeia tinha apenas três casas, esclarece haver sido o lugar uma criação do Coronel Gayoso que aí tinha uma boa parte ou mesmo a maioria dos seus escravos, adiantando que há um pouco a montante, alguns vestígios da "Missão Extinta" dos padres que estabeleceram a estrada do Tucuruí ao Ambé, missão que fôra estabelecida na foz do igarapé Itacuari, pequeno afluente do Xingu, na margem esquerda, aonde tiveram os padres grande exploração de salsaparilha (6).

(2) Rev. e Crônica, cit., ps. 279 e 379; Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. III, p. 358.

(3) Serafim Leite, vol. cit., p. 355; Américo Campos e Lindolfo Abreu, *O Município de Souzel*, Belém, 1909, p. 9.

(4) Serafim Leite, vol. cit. p. 354. Diz Teodoro Braga que a vida embrionária de Altamira começou por uma antiga missão jesuítica talvez, antes de 1750 (*Corografia do Estado do Pará*, Belém, 1919, p. 302).

(5) Biblioteca do Conselho referido, "Pasta do Município de Altamira".

(6) *Voyage au Xingu*, ps. 17 e 18. No esboço do rio Xingu contido no Diário do Príncipe Adalberto da Prússia, edição de 1847, vê-se logo a montante da grande volta do Xingu, desembocando na sua margem esquerda — "Rio Anaurahy" (Irarahi), a jusante da "Sra. Arapui" e logo a montante desta lê-se — "Tavaquara" — ("Missão da Imperatriz"). No Atlas do mesmo autor, há uma gravura referente a êsse lugar, na qual aparece uma cabana de

Admitida a asserção de Coudreau, de que a localidade foi uma criação do piauiense Gayoso (Raimundo José de Sousa Gayoso), a sua fundação data de 1883, ano em que êle ali chegou e se propôs abrir uma estrada ligando Tucuruí a Ambé, tanto que o Presidente Maracaju, no seu relatório de 1884, já afirma estar aberta, e o Doutor Oclauss, no seu mapa também de 1884, assinala o estabelecimento do Coronel Gayoso acima da grande volta do rio, acrescentando Coudreau que, em julho de 1896, havia ali uma aldeia em formação composta de três casas, (7) número êste que em 1 de junho de 1897, era de vinte casas, construídas e habitadas por gente da Praia Grande ou do Alto Xingu (8).

Em 1909, o povoado já era um adiantado centro social, com pretensão de cidadezinha, contando mais de cem casas, cemitério, cadeia, escola, coletoria, correio, comércio, e autoridades legais (9).

A Lei Estadual nº 1.234, de 6 de novembro de 1911, elevou a povoação à vila e criou o Município de Altamira, com um só distrito, desmembrado do de Souzel, (10) e a nº 1.604, de 27 de

palha, arredondada, e um índio recostado numa cruz, datada de 6 de dezembro de 1842.

No mapa do Doutor Oclauss, companheiro de von den Steinen, referente a viagem de 1884, estão assinalados depois da volta aludida: "Coronel Gayoso": seringueiro, "abaixo da foz do "Rio Ambé" (3° 11' 07") e "Anauriri" ("antiga missão jesuítica"), cêrca de quatro minutos acima da boca do Ambé, todos à margem esquerda (Mapa anexo ao livro *Viagem ao Tapajós* de H. Coudreau, ed. Brasileira, n. 208).

Em frente dêsses mapas: um de 1842 e outro de 1884, e das informações de Coudreau afigura-se-nos ter estado a missão em mais de um sitio ainda que não afastados.

(7) *Voyage au Xingu*, p. 17.

(8) Obra cit., p. 127. O jornal de Belém, *Fôlha do Norte* informa que depois dos frades estabelecidos no lugar "Missões", Gayoso desbravou as terras do município numa distância de cêrca de 50 quilômetros, seguindo-se o baiano Agrário Cavalcanti que construiu embarcações, penetrou no Iriri, explorou seringais, aumentando a produção da borracha, e como enriquecesse, transferiu suas propriedades ao seu sobrinho José Porfírio de Miranda Júnior, um dos fundadores de Altamira, aperfeiçoador de estradas, edificador de palacetes, e o primeiro a mandar construir lanchas motorizadas, facilitando o transporte para o alto rio, despertando a selva e os caboclos nus, que chegou a ser o maior produtor de ouro negro da bacia. O articulista acrescenta haver sido Pedro de Oliveira Lemos, o primeiro a construir uma casa no lugar, o qual de parceria com José Porfírio, batizou-o de Altamira, em maio de 1894. (Edição de 1 de janeiro de 1940).

(9) Américo Campos e Lindolfo Abreu, op. cit., p. 136.

(10) Divisão Administrativa do Brasil em 1911, (Ministério da Agricultura, Ind. e Com., 1913, p. 129; Anuário Geográfico do Brasil (Conselho Nacional de Geografia), de 1953, ps. 31 e 33; Teodoro Braga, *Corogr. cit.*, p. 303. Mas, a *Fôlha do Norte* conta que, em 1910, uma comissão de poli-

setembro de 1917, a alçou à categoria de cidade, ao mesmo tempo que transferiu para lá a sede da comarca do Xingu.

Em 1940, a cidade era composta de 366 casas, com 1.600 moradores segundo a *Fôlha do Norte*, sendo seu principal edifício a matriz de São Sebastião, padroeiro da cidade, (11) ao passo que, pelo censo demográfico geral do país, realizado em setembro dêsse mesmo ano, o quadro urbano da vila era constituído por 1.442 moradores e o suburbano por 371, num total do 1.813 habitantes, sendo 870 homens e 943 mulheres, tendo o município 6.428 almas (12).

Um decênio após, a população do município subia para 7.920 almas, sendo 1.988 na cidade (13).

Como se vê, houve um aumento de 23% sobre o de 1940 para o município e menos de 10% para a sede municipal, o que significa quase uma exceção entre as cidades da bacia amazônica que na sua maioria são decadentes, ou sujeitas a alternâncias em sua população.

A cidade está situada a 3° 11' de latitude sul e na altitude de 89 metros sobre o nível do mar, vis-a-vis a ilha de Arapujá e a margem direita do igarapé do seu nome, numa vasta planície, com traçado regular. Tem iluminação elétrica, agência postal, pequena estação radiotelegráfica, (14) com 231 prédios de alvenaria na área urbana, 25 na suburbana e 46 na rural (15).

tics enviou uma representação ao Governador João Coelho, assinada por mais de 400 pessoas, pedindo o desligamento do de Souzel, criando-se, então o Município de Altamira (Ed. de 1 de janeiro de 1940 cit.); marcando o Decreto nº 1.852, de 29 de novembro de 1911, o dia 1 de janeiro de 1912, para a sua instalação. (Teodoro Braga, *Corografia cit.*, p. 303).

(11) Edição de 1 de janeiro de 1940 cit.

(12) O município se dividia em dois distritos, tendo o de Altamira 4.883 habitantes e o de Novo Horizonte 1.545, somando ambos 6.428 almas, sendo 3.621 homens e 2.807 mulheres; 1.982 brancos, 542 pretos, 1 amarelo, 3.899 pardos e cor não declarada 4: 6.350 brasileiros, 3 naturalizados, 75 estrangeiros; 1.788 sabendo ler e escrever e 4.640 analfabetos; dedicando-se 1.246 a indústrias extrativas, 832 à agricultura, pecuária e silvicultura, 308 ao comércio, 121 à indústria de transformação, 128 de transporte e comunicação, 29 à administração pública, justiça e ensino, e 16 a profissões liberais. (Recenseamento Geral do Brasil (1940), I. B. G. E., Série Regional — Pará, 1952, ps. 51, 78 e 177.

(13) Sinopse preliminar do Censo demográfico de 1950 I. B. G. E., Rio, 1951, p. 17.

(14) *Fôlha do Norte* cit. Tem coletorias estadual e federal, três jornais e cêrca de 1.200 habits. (p. 303); possuindo mais de vinte casas de comércio e várias oficinas (Th. Braga, *Corografia cit.* p. 304).

(15) Recenseamento Geral do Brasil de 1940, *Estado do Pará* (1952), p. 188.

Em 1905, correspondia o seu território à segunda circunscrição do segundo distrito do Município de Souzel, da comarca do Xingu, cuja sede era Pôrto de Moz, (16) e em 1954, era comarca, subdividida nos distritos de Altamira e Gradaús; (17) sendo paróquia desde 20 de outubro de 1911 (18).

Em 1925, a renda do município foi de 181.907,00 cruzeiros; (19) em 1928, de 227.000,00 (20) em 1937-38, de 351.498,00; e para 1940, a receita estava orçada em 391.680,00 cruzeiros (21). Da instalação, em 1912 a 1918, o orçamento foi sempre de cem mil cruzeiros, passando em 1919, a 140.200,00; variando a renda arrecadada, de 74.971,50, em 1912, a 158.990,80 em 1918 (22).

Em 1928, já estava no quinto lugar, entre os municípios do Estado e acima do de Santarém (23).

ALTER DO CHÃO — Foi primitivamente a aldeia indígena chamada Burari, (24) que Serafim Leite registrou com os nomes de Iburari, Ibirarib, Berari e Morari (25).

A 6 de março de 1758, passou a ser vila com a denominação de *Alter do Chão*, (26) que H. W. Bates escreveu *Altar do Chão*, grafia esta que justifica por achar-se na entrada do pôrto uma colina de cume chato despido de árvores, com o aspecto de altar mor das igrejas católicas (27).

(16) Relatório do Secretário da Justiça Interior e Instrução Pública, de 1905, p. 25.

(17) Divisão Territorial do Brasil, de 31 dezembro de 1954, p. 20.

Em 1919, constituía um único distrito judiciário, dividido em três circunscrições, e tinha uma prefeitura policial, com cinco subprefeituras: Altamira, Rio Iriri, Belo Horizonte, Boca do Rio Fresco e Novo Horizonte. (Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 303).

(18) Padre Borromeu Edner, op. cit., p. 14.

(19) Mensagem do Governador Dionísio Bentes, de 7 de setembro de 1926, Anexos 17 e 18.

(20) Mensagem do Governador Eurico Vale, de 1 de setembro de 1930. Anexos, p. 15.

(21) Relatório do Interventor Gama Malcher, de 1937-1939, p. 161.

(22) Teodoro Braga, *Corografia* cit., ps. 304 e 305.

(23) Mensagem do Governador Eurico Vale, de 1930 cit., anexos, p. 15.

(24) H. W. Bates, *O Naturalista no rio Amazonas*, trad. de C. de Melo Leitão, Série Brasileira, n. 237, v. I, p. 80; A. L. Monteiro Baena — *Ensaio Corográfico sobre a Província do Pará*, 1839, p. 287.

(25) *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. III, p. 363.

(26) *Anuário Geográfico do Brasil*, 1953, I. B. G. E., Conselho Nacional de Geografia, ps. 22 e 23.

(27) Obra e vol. cit., p. 76.

Os demais autores e peças oficiais preferem Alter do Chão, como vemos em Baena, Paul Le Cointe, H. Coudreau, relatórios dos presidentes da província, como Jerônimo Francisco Coelho, Fausto Augusto de Aguiar, M. A. Pinto Guimarães, S. do Rego Barros, Araújo Brusque, Abel Graça; do Secretário da Justiça e Interior; Divisão Administrativa do Brasil de 1911, (28) etc., aliás, o nome verdadeiro recebido da antiquíssima povoação portuguesa de igual nome, sita no distrito de Portalegre, na província de Alentejo, fundada pelos Romanos 204 anos A. C.; havendo quem adiante ser a povoação lusa do tempo dos Celtas (28-A).

Parece que foi na baía dêsse nome que Pedro Teixeira entaboula relações amigáveis com os naturais (29).

Extinto o município há muitos anos, era freguesia vaga em 1851, (30) e provida em 1855 (31). N. S. da Saúde é o seu orago, numa pequena igreja coberta de telha, ao passo que as casas da câmara municipal e da cadeia eram cobertas de folhagem, sendo sua principal plantação a mandioca (32).

Em 1859, tinha uma escola primária; (33) bem como em 1902 (34).

Em 1839, era povoada por 818 brancos e indígenas, além de dez escravos, (35) população que, em 1848, era de 1.077 pessoas; em 1849, de 920; em 1854, de 2.089; e, em 1862, de 2.308, variando os escravos de 20, em 1848, a 7 em 1849, e 14 em 1854

(28) Obra cit., p. 287; *L'Amazonie Brésilienne*, Paris, 1922, v. II, p. 123; *Viagem ao Tapajós* cit., p. 16; relatórios de 1 de agosto, 1850, de 15 de agosto 1851 (Relação das paróquias); de 16 de outubro de 1855 (Anexos 6 e 22); de 29 maio, 1856 (Anexo 2); de 1, cit., 1862 (Quadro da população); de 15 de fevereiro 1872 (Anexo I, p. 19); de 1902, p. 34; e ps. 134 e 136, nota; respectivamente.

(28-A) *Enciclopédia Universal Ilustrada Europeu-Americana*, Barcelona, T. IV, p. 970; *Dicionário Enciclopédico Labor*, 1935, T. I., p. 712; M. Pinheiro Chagas — *Dicionário Popular*, Lisboa, 1878 v. 1-2, p. 154).

(29) J. Palma Muniz, *O Município de Itaituba*, Pará — 1906, p. 12.

(30) Relat. do Presidente Fausto A. de Aguiar de 15 de agosto de 1851. (Relação das Paróquias e Freguesias).

(31) Relat. presidencial de 15 de outubro de 1855 (anexo 6).

(32) Baena, *Ensaio* cit., p. 288.

(33) Relat. do Presidente M. Frias de Vasconcelos, de 1 de outubro de 1859, Anexo 9.

(34) Relat. do Secretário da Instrução Pública, de 1902, p. 3.

(35) Baena, *Ensaio* cit., p. 288.

e 1862 (36). Pelo recenseamento de 1872, tinha 593 habitantes, sendo um estrangeiro (37).

Tem a categoria de vila, criada por lei estadual de 6 de julho de 1895, sem ser sede de município (38).

Em 1855, tinha um "corpo de trabalhadores" composto de 86 pessoas (39).

ALTO JAMANCHIM — Lugar sede de uma subprefeitura de segurança do Município de Itaituba em 1919 (40).

ALTO XINGU — Segunda circunscrição do segundo distrito da comarca do Xingu, em 1905 (41).

AMBÉ (FORTE) — Aglomerado de casas, à margem esquerda do rio Xingu, antigo "Fortaleza" do Coronel Gayoso, e empório comercial (42).

Foi o lugar em que Agrário Cavalcanti construiu embarcações com que subiu o Xingu e penetrou o rio Iriri, abrindo vários seringais.

AMBÉ — Vila — Aldeia à margem esquerda do rio Ambé, com meia dúzia de casas numa única rua; no comêço da estrada pública Ambé-Tucuruí. Tem umas cinquenta mulas ou cavalos, pertencentes aos seus principais habitantes, que servem para o transporte na referida estrada (43).

AMERICANOS (Cachoeira dos). — Assim chamada por terem há vários anos, aí se estabelecido com uma serraria alguns norteamericanos (44).

ANAURAHY — V. Anauriri.

ANAUIRI — Também chamada *Anaurahy*, *Inarai* e *Missão da Imperatriz*, ou simplesmente *Missão*, ou *Missão Extinta*, situada à margem esquerda do Xingu. Foi estabelecida pelos padres que

(36) Relat. do Presidente Araújo Brusque, de 12 de setembro de 1862 (Quadro da população das freguesias).

(37) Relat. do Presidente Barão de Santarém, de 18 de abril de 1873 (Quadro do recenseamento de 1872).

(38) Divisão Administrativa do Brasil em 1911, p. 36, nota. Diz Moreira Pinto que foi elevada à vila pela Lei n. 687 de 23 de março de 1900. (Suplemento ao Dicionário Geográfico do Brasil, Rio, 1935, p. 14).

(39) Relat. presidencial de 15 de outubro de 1855, anexo 22.

(40) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

(41) Relat. do Secretário da Justiça, Interior e Instrução, de 1905, p. 25.

(42) Américo de Campos e Lindolfo Abreu, op. cit., p. 132.

(43) H. Coudreau, *Voyage au Xingu*, p. 118; Américo Campos, op. cit., p. 134.

(44) H. Coudreau, *Viagem ao Tapajós*, cit., p. 27.

ultrapassaram a volta grande do Xingu, apelidando o príncipe Adalberto da Prússia o lugar de *Tavaquara*, pondo em baixo, entre parênteses *Missão da Imperatriz*, ao passo que o Doutor Oclauss escreveu *Anauriri*, pondo abaixo (antiga missão jesuítica) (45).

O padre Borromeu Ebner registrou *Tauaquara*, *Tavaquara* e *Tacuana*, e acrescentou haver sido o Príncipe Adalberto da Prússia, ao lado de von Martius, o único escritor que lhe fêz referência, dizendo o segundo, em 1820, que o lugar foi abandonado; tendo a capela e a picada sido renovadas, em novembro de 1841, pelo padre Torquato, vigário de Souzel, que a denominou de "Missão da Imperatriz" (46).

ARACU — Último ponto civilizado, antes das cachoeiras, anotado por H. W. Bates, no rio Tapajós (47).

ARAPIJÓ — V. Carrazedo.

ARAPIUNS — V. Franca.

ARICÁ — V. Souzel.

ARICARÁ — V. Souzel.

ARICARI — V. Souzel.

ARICHI — Lugar situado no alto Tapajós (48).

APUCARÁ — V. Souzel.

AUGUSTO (Salto). — Ponto de limite entre o planalto mato-grossense e a bacia amazônica (49).

AVEIRO — A paragem de Taparajó-Tapera passou a chamar-se "Lugar de Aveiro" a 23 de agosto de 1781, por ato do Governador José Nápoles Teles de Menezes, sendo elevado à vila e sede de município a 4 de abril de 1883, cuja instalação se efetivou a 11 de novembro de 1884 (50).

(45) Mapa do rio Xingu, anexo ao livro do Príncipe Henrique da Prússia, sobre sua viagem ao Xingu em 1842, Berlim, 1847; mapa do Doutor Oclauss sobre o rio Xingu, anexo ao livro de H. Coudreau (*Viagem ao Tapajós*); *Voyage au Xingu*, 1897, p. 18.

(46) *Xingutania*, Belém, 1950, p. 21.

(47) *O Naturalista no Amazonas*, cit., p. 113.

(48) Palma Muniz, op. cit., p. 87.

(49) H. Coudreau, obra cit., p. 129.

(50) *Anuário Geográfico do Brasil*, 1953, I. B. G. E., Cons. Nac. de Geografia, ps. 21, 28 e 34; Teodoro Braga, *Corografia do Estado do Pará*, Belém, 1919, p. 309. Este autor diz que a instalação do município foi a 1 de julho de 1884. Moreira Pinto diz que foi paróquia e vila em 1781, sendo rebaixada pela lei provincial n. 148, de 18 de novembro de 1848 e incorporada ao município de Brasília Legal (Itaituba) pela Lei n. 266, de 16 de outubro de 1854, transferida da margem do Tapajós para a foz e lado direito do rio Maruá, pela lei n. 301, de 22 de dezembro de 1856, e restabelecida vila pela

Com o advento da República, a câmara municipal foi dissolvida pelo Decreto nº 124, de 29 de março de 1890, (51) tendo sido restabelecido o município pela Lei Estadual nº 127, de 11 de março de 1955, lei que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado para 1955-1958 (52).

Quando foi mudado para lugar, teria uns 200 indivíduos, número este elevado, em 1833, para 273 brancos e indígenas, afora 40 escravos, (53) mas, cerca de 1848, estava despovoado, (54) encontrando Bates em 1852, somente 14 ou 15 casas, além da igreja (55). O recenseamento de 1872, registrou 1.972 moradores, (56) dizendo Coudreau que, em 1895, contava umas 200 casas, com cerca de mil habitantes na sede e uns três mil no município (57). Esta população foi crescendo de maneira que, em 1907, era estimada num total de 5.487 habitantes, chegando em 1912, a soma de 5.911 pessoas (58). Teodoro Braga, em 1919, a calcula em 8.000 almas (59).

O seu nome tem sido escrito de duas formas: Aveiro e Aveiros. Entre os que escreveram Aveiros, vê-se Bates, constando também esta grafia de peças dos relatórios dos presidentes da Província Pinto Guimarães, Rego Barros e Barão de Santarém e outros (60).

n. 1.152, de 4 de abril de 1883, sendo o município instalado a 1 de julho de 1885. (Dicionário Geográfico do Brasil, 1894, vol. A-E, p. 174). Serafim Leite informa que, segundo Barbosa Rodrigues, a povoação foi fundada pelo padre Antônio Pereira, o que ele não pôde confirmar, mas, adianta que esse padre fôra missionar no Tapajós, em 1682, sem ter a aldeia residência fixa. (História e vol. III, cits. p. 365).

(51) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 309.

(52) *Diário de Notícias* (Rio), de 11 de setembro de 1955, seção 6ª, p. 14, col. 5. O *Anuário Estatístico do Brasil*, da Diretoria Geral de Estatística, para 1908-1912, consigna Aveiro como sendo município, de 1907 a 1912, quando trata de sua população. (vol. I, p. 333).

(53) Baena, *Ensaio* cit., p. 288.

(54) H. Coudreau, obra cit., p. 17. Para esse autor, essas povoações surgem e desaparecem após uma vida mui breve e feliz. (p. 17 cit.).

(55) Obra cit.: p. 90.

(56) Relat. do Presidente Barão de Santarém, de 18 de abril de 1873 (Quadro do censo).

(57) Obra cit., p. 17.

(58) *Anuário Estatístico*, v. e p., cits.

(59) *Corografia* cit., p. 309.

(60) *Viagem ao Tapajós* cit., p. 90; anexo 22, do relatório de 16 de outubro de 1855; anexo n. 2 do relatório de 29, de maio 1856; quadro do recenseamento da província do Pará, junto ao relatório de 18 de abril de 1873; relatório do secretário da justiça interior e instrução pública de 1902. p. 97; relatório do diretor geral da Fazenda, de 1919, anexo XXI.

O Estado tem aí uma escola e o município duas. Tem agência postal e coletorias estadual e federal (61).

O seu território constitui o segundo distrito judiciário da comarca de Itaituba, subdividido em duas circunscrições, sendo Aveiro sede de uma prefeitura de segurança com quatro subprefeituras: Aveiro, Pinhel, Brasília Legal e Arixy (62).

O município possui três freguesias: N. S. da Conceição de Aveiro (anterior a 1871), S. João Batista de Brasília Legal e a de S. José do Pinhel.

A sede do município dista da capital do Estado cerca de 1.260 quilômetros, com a qual se comunica por meio de navegação a vapor, numa viagem de três dias e horas. Tem duas ruas, duas praças e quatro travessas (63).

No município há cultura de tabaco, cana de açúcar, cereais e mandioca, produzindo seus seringais cerca de 140.000 quilogramas anualmente, e exporta borracha, caucho, castanha, couros de boi e de veado, além de cacau (64).

O seu orçamento variou de 34.000,00 cruzeiros, em 1909, 1910 e 1911, para 30 mil em 1912 e 1913; descendo até 22 mil, de 1915 a 1918, para erguer-se a 26 mil, em 1919; ficando a despesa sempre um pouco abaixo dessas cifras (65).

BABACUARA — Única fazenda do Xingu das cachoeiras em que havia criação de animais domésticos, em 1896, pertencente a Gonçalves da Silva Barbosa (66).

BACABAL — Aldeamento de índios mundurucus fundado pelos capuchinhos frei Pelino de Castro Valva e Antonino de Albano, no rio Tapajós, que, em 1872, já possuía 700 indígenas. Em 1906, era um dos lugares do Município de Itaituba (67). Em 1919, era sede de uma subprefeitura de segurança (67-A).

BANANAL — Sítio no rio Xingu (68).

BARREIRAS — Povoado no Município de Itaituba, elevado a vila pela Lei nº 324, de 6 de julho de 1895, devendo ter sido insta-

(61) Teodoro Braga, *Corografia* cit., ps. 309 e 311.

(62) Autor e obra, cits., ps. 309 e 310.

(63) Autor e obra, cits., p. 311.

(64) Autor e obra, cits., p. 311.

(65) Autor e obra cits., p. 312.

(66) H. Coudreau, *Voyage au Xingu*, p. 19.

(67) Palma Muniz, op. cit., ps. 27 e 87.

(67-A) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

(68) Mapa do rio Xingu do Doutor O. Clauss, cit. (ano de 1884).

lada a 10 de fevereiro de 1896. Em 1919, era sede de subprefeitura de segurança pública (69).

BARREIRINHAS — Lugar no Município de Itaituba, para o qual foram criadas em 1891, duas escolas (70).

BELO HORIZONTE — Lugar no rio Xingu, formado pela extração da borracha; (71) sede de subprefeitura de segurança (72).

BELTERRA — Pôrto e povoação no rio Tapajós, sede de vastos seringais plantados, em que há escritório, almoxarifado, hospital, escola, igreja, habitações, e hotel higiênicos e apropriados ao clima. Já teve mais de 3.000 trabalhadores, na concessão, havendo, em 1938, cêrca de 1.700 homens em Belterra e Fordlândia (73). Foi iniciada sua fundação por uma companhia norte-americana, pertencendo atualmente ao Instituto Agrônômico do Norte, do Ministério da Agricultura, e produzindo cinquenta toneladas mensais de latex concentrado, ou sejam 3.600 toneladas anuais de borracha sêca (74).

BIBIO (Casa de) — Última habitação de gente civilizada no alto Xingu, numa pequena ilha, a montante da cachoeira das Piranhas, assinalada por Coudreau, em 1896, o qual ali chegara uns doze anos antes (75).

(69) Palma Muniz, op. cit., p. 87; Teodoro Braga, *Corografia* cit., ps. 311 e 428.

(70) Autor e obra, cits. p. 47.

(71) *Fôlha do Norte* (Belém), de 1 de janeiro de 1940.

(72) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 303.

(73) Relat. do Interventor Gama Malcher, de 1937-1939, ps. 177 e 178.

(74) *Correio da Manhã*, de 19, de junho de 1955, 4º caderno p. 2, col. 7. Há em Belterra, completamente formadas ou reenxertadas 1.850.000 seringueiras, tendo se salvado em Fordlândia 1.600.000, num total de 3.450.000 pés; sendo árvores em produção 90.000; árvores adicionais, não sangradas por falta de pessoal — 100.000; árvores para serem sangradas em 1948 — 800.000; em 1950 — 500.000; em 1951 — 260.000, num total de 2.120.000; além de 160.000 seringueiras em Fordlândia. (*O Acre*, de 7 de setembro de 1947, p. 4, col. 4; artigo de Eduardo Duvivier).

Duvivier estimava para 1947, uma produção de cêrca de seis mil toneladas, deixando um lucro de 32.000.000,00 de cruzeiros. (*O Acre*, n. e p. cits., col. 5).

Em Belterra está sendo montada uma usina para extração da retenona do timbó, que possui bom teor de retenona. A usina deverá produzir 100 quilogramas, ou 200.000,00 cruzeiros, por dia. (Pág. 4 cit., col. 5).

(75) *Voyage au Xingu* cit., p. 55.

BOA VISTA — Antiga missão jesuítica que, (76) mais tarde, passou aos padres piedosos, (77) situada entre Caviana (Vilarinho do Monte) e Maturu (Pôrto de Moz) (78). Segundo Baena dependia do vigário de Pôrto de Moz e tinha 395 habitantes, sendo 218 brancos, 13 escravos, 23 mestiços, 59 índios e 82 mamelucos (79). Em 1902, tinha uma escola mista (80).

BOA VISTA — V. Boburé.

BOBURÉ — A missão mais importante dos capuchinhos, que, em 1876, contava duas escolas primárias para os dois sexos, lecionados por frei Pelino. Dependiam dela as aldeias do Bacabal, Jutai, Montanha, Igarapé-Açu, Ponta Grossa e Boa Vista, tôdas de índios mundurucus (81).

BOCA DO RIO FRESCO — V. Rio Fresco.

BOCA DO TRIUNFO — Sitio ou seringal no Município de Altamira, no alto Xingu (82).

BOIM — Antiga aldeia de Santo Inácio, composta de índios tupinambás, transportados pelos padres jesuitas do lago Unicurupá (m. dir. do Tupinambaranas), tendo sido paróquia do Município de Vila Franca, constando sua população, em 1876, de 849 pessoas, sendo 436 do sexo masculino, com apenas três escravos; tendo uma escola em que se matricularam 64 alunos. Exportava borracha, breu, castanha, estôpa, para Santarém e Belém. Além da igreja coberta de telha, tinha uma casa (83).

Foi elevada à categoria de vila em 1758, com o nome de Boim, deixando êsse título, em 1833, por ser completa a sua decadência e, em 1869, o lugar quase desaparecera; contando em 1895, umas 200 casas e o município três mil habitantes, sendo que uns mil na sede (84).

Segundo o Barão de Santarém, tinha em 1848 — 893 habitantes; em 1850 — 868; em 1854 — 1.103 e 24 escravos; em

(76) Padre Borromeu, op. cit. p. 13.

(77) Américo Campos, op. cit., p. 11.

(78) Mapa de O. Clauss cit.

(79) *Ensaio* cit., p. 294.

(80) Relat. do Secretário do Interior e Instrução Pública, de 1902, p. 33.

(81) Palma Muniz, op. cit., p. 33.

(82) *Fôlha do Norte* de 1 de janeiro de 1940, cit.

(83) R. L. Tavares, obra cit., ps. 13 e 14, Baena, *Ensaio* cit., p. 295.

(84) H. Coudreau, *Viagem ao Tapajós*, p. 17.

1862 — 3.785 e 62 escravos, e em 1872 — 600, sendo 6 estrangeiros (85).

Em 1850, tinha 54 guardas nacionais e 12 de reserva, (86) e em 1855, tinha um corpo de trabalhadores composto de 46 homens (87).

Em 1856, voltou a ser vila devido ao seu progresso, em substituição a Brasília Legal que, decadente, perdeu esse predicamento; tendo nessa ocasião, pároco, capela, duas escolas elementares, uma população de 200 indivíduos na sede e 3.600 no interior, onde havia indústria pastoril, sem incluir mais de quatro mil índios (88).

Sua freguesia também data de 1758, sob a invocação de Santo Inácio (89).

Em 1879, havia uma linha de navegação de Belém a Itaituba, com escala oficial pelo seu porto, Aveiro e Urucurituba, feita pela Companhia do Amazonas; (90) tendo coletoria em 1858 (91).

De acôrdo com a lei estadual de 6 de julho de 1895; Boim era vila, mas, não sede municipal (92).

BORARI — V. Alter do Chão.

BRASILEIRA — V. Ponta Nova Brasileira.

BRÁSILIA LEGAL — Provém esse nome por terem alguns cidadãos, durante o movimento político de 1835 (Cabanagem), a vista de ataques de bandos malfeitores em 1836, estabelecido ali um local de resistência, pelo que recebeu a denominação de *Ponto de Brasília Legal*, atraindo muitos habitantes da circunvisinhança que erigiram abarracamentos provisórios. Desaparecido o motivo, já havia um pequeno povoado, (93) que adquiriu certo desenvolvimento, à vista do que a lei provincial nº 266, de 16 de outubro de 1854, a elevou a categoria de vila, mas, como não oferecesse o local os requisitos indispensáveis ao seu progresso, ficou estacio-

(85) Relatório de 18 de abril de 1873. (Quadro do recenseamento da província em 1872).

(86) Relat. do Presidente Jerônimo F. Coelho, de 1 de agosto de 1850, Mapa de Qualificação para a Guarda Nacional.

(87) Relat. do Presidente Pinto Guimarães de 16 de outubro de 1855, anexo 22.

(88) R. L. Tavares, op. cit., p. 15.

(89) Relat. do Presidente Fausto A. Aguiar, de 15 de agosto de 1851 (Relação das Paróquias).

(90) Luís Cordeiro, op. cit., p. 109.

(91) Relat. do Presidente J. de S. Carrão de 31 de março de 1858, anexo 3.

(92) Divisão Administrativa do Brasil em 1911, p. 136, nota.

(93) Palma Muniz, op. cit., ps. 17 e 18; H. Coudreau, obra cit., p. 18 e nota; Teodoro Braga *Corografia* cit., p. 311.

nário e foi transferida a vila para a povoação de Itaituba, pela Lei nº 290, de dezembro de 1856, marcando a sua decadência (94).

O município correspondia à freguesia criada na mesma ocasião, além da de Aveiro, e mais as povoações de Pinhel e de Itaituba, e as aldeias de Ixituba, Santa Cruz e Cury; presumindo-se não haver sido o município instalado na Vila de Brasília Legal (95).

Foi fundado o centro de resistência à margem esquerda do Tapajós, não passando durante muito tempo de uma quinzena de casas, número que em 1895, elevava-se a cerca de cinqüenta, com mais de 400 moradores; (96) dando lugar a que a Lei nº 324 de 6 de julho de 1895, a restabelecesse, sendo instalada a 20 de novembro de 1895, (97) mas, sem sede de município e pertencente ao de Aveiro (98).

CACHOEIRA DOS AMERICANOS — V. Americanos.

CACHOEIRA (Vila da) — Ponto pouco acima da cachoeira do Tucuruí Velho, (99) à margem esquerda; tendo em 1896, apenas, duas barracas: a de Viriato e a de José Alves e seus dependentes, flanqueadas de roça (100).

CACHOEIRINHA — Lugar do Município de Altamira em que havia uma escola mista, em 1940 (101).

CADERI — Lugar no Município de Itaituba, no alto Tapajós (102).

CANTAGALO — Propriedade de Tomaz Nunes no alto Tapajós, em que há pastos artificiais e criação de gado. Dentro do igarapé dêsse nome, vê-se a maloca do tucháua mundurucu Maribaxi, que se dedica com sua gente a extração de borracha e lavoura; falando o tucháua o português (103).

CAPOEIRAS — Subprefeitura do Município de Itaituba, em 1919 (103-A).

(94) Autores e obras, cit., p. 19; p. 18 e nota cit.; e pág. 311 cit.

(95) Palma Muniz, op. cit., ps. 19 e 20.

(96) H. Coudreau, obra cit., p. 18, nota.

(97) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 311.

(98) Divisão Administrativa do Brasil em 1911, p. 136, nota.

(99) Américo Campos, op. cit., p. 134.

(100) H. Coudreau, obra cit., p. 120.

(101) Biblioteca do Cons. Nac. de Geografia — Pasta do Município de Altamira.

(102) Palma Muniz, op. cit., p. 87.

(103) H. Coudreau, obr. cit., p. 54.

(103-A) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

CARAJÁ — Sítio à margem direita do Tucuruí, mais de três quilômetros acima de Vitória, hoje tapera, por ter sido abandonada como ponto de partida da estrada que ligava o baixo ao médio Xingu (104).

CARRAZEDO — Antiga aldeia jesuítica chamada Arapijô, (105) orago São José; decadente, em terras altas à margem direita do Xingu, perto da embocadura (106). Paróquia extinta em 1853 (Lei prov. n. 233, 21, dez.) e anexada à de Santa Cruz de Vilarinho do Monte (107).

CASTANHO — Lugar no Município de Itaituba, no rio Tapajós (108).

CAVIANA — V. Vilarinho do Monte.

CHACORÃO — Fazenda de José Lourenço Cardoso, no Município de Itaituba, com uma trintena de cabeças de gado bovino (109). Em 1919, era sede de uma subprefeitura de segurança (109-A).

CONTA PAGA — Lugar à margem esquerda do rio Iriri (m. esq. do Xingu); de onde parte um varadouro que vai ter a Fordlândia, no rio Tapajós, num percurso de 180 quilômetros (110).

CORONEL GAYOSO — Lugar anotado por O. Clauss, no seu mapa do rio Xingu, em 1884, nas proximidades do rio Ambé, acrescentado da palavra "Seringueiro".

CRUAJÓ — V. Souzel.

CUIAMINI — Feitoria holandesa à margem esquerda do rio Xingu (110-A).

CUMARU — V. Franca.

(104) Américo Campos, op. cit., p. 130.

(105) Padre Carlos Borromeu, op. cit., p. 13; Américo Campos, op. cit., p. 10.

(106) Paul Le Cointe, obra e vol., cits., p. 130.

(107) A. Moreira Pinto — Dic. Geogr. do Brasil, 1894, vol. A-E, p. 52.

(108) Palma Muniz, op. cit., p. 79.

(109) H. Coudreau, obra, cit., ps. 27 e 59.

(109-A) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

(110) Biblioteca do Cons. Nac. de Geografia — Pasta do Município de Altamira.

(110-A) Luis Cordeiro, op. cit., p. 37.

CUPIUBA — Aldeia de canoeiros à margem do rio Ambé, no Município de Altamira, (111) em que havia uma escola última-mente (112).

CURI — Antigo aldeamento de mundurucus, na bôca do igarapé Curi, fundado em 1799. Em 1846, suas palhoças não excediam de doze, e dos 299 indígenas existentes em 1840, restavam 75 em 1869 (113). O orago da igreja é a Santa Cruz, mui pequena e coberta de folhagem (114). Fica acima de Aveiro, no têrmo de Pinhel, a seis dias de Santarém (115).

CURRAL — V. Ilha Grande do Curral.

CURUPAITI — Logo acima dessa cachoeira, no rio Xingu, se encontra um seringueiro chamado Raimundo Marques, que, em 1896, estava prosperando (116).

CURURU — Lugar no alto Tapajós, no Município de Itaituba (117).

ENTREERRIOS — Lugar no rio Iriri, no Município de Altamira (118).

ERNESTO ACIOLI — A mais importante instalação dentro do rio Iriri, afluente do rio Xingu (118-A).

FECHOS OU FEICHOS — Lugar do Município de Itaituba, na região das cachoeiras do rio Tapajós (119).

FORDLÂNDIA — Cidade agrícola à margem direita do rio Tapajós, a 115 milhas de Santarém, no Município de Itaituba, dotado das mais modernas instalações para os funcionários, trabalhadores, escritórios, escolas, hospitais, higiene.

(111) Américo Campos, op. cit., p. 133.

(112) Bibliot. do Cons. Nac. de Geografia — Pasta do Município de Altamira.

(113) H. Coudreau, obra cit., p. 18 e nota.

(114) Baena, *Ensaio* cit., p. 300.

(115) Relat. do Presidente Jerônimo José Coelho, de 1 de outubro de 1849, p. 81.

(116) H. Coudreau, obra cit., p. 44.

(117) Palma Muniz, op. cit., p. 87.

(118) *Fôlha do Norte*, de 1 de janeiro de 1940.

(118-A) H. Coudreau, obra cit., ps. 30 e 31.

(119) Palma Muniz, op. cit., p. 87; H. Coudreau, obra cit., p. 43.

Como houvesse obstáculos ao seu progresso, a empresa que a explorava fundou a 30 milhas de Santarém, um novo centro de trabalho, a que denominou Belterra (120).

FORTALEZA — V. Forte Ambé.

FORTALEZA DO TAPAJÓS — À sua sombra, fundaram os jesuítas os aldeamentos de S. José de Matapus em 1722; Santo Inácio ou Tupinambaranas, primitivamente sobre o rio Amazonas, de onde por se achar inóspito o local, o padre Manuel Lopes trasladou-o para o Tapajós em 1737; Borai; Arapiuns ou Cumaru em 1738 (121).

O forte foi construído pelo Capitão Manuel da Mota Falcão, no tempo do Governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, num outeiro mandado roçar pelo padre João Felipe Bettendorff; (122) em 1696, e continuada a obra por seu filho Manuel da Mota Siqueira (123).

Foi mandado reconstruir pelo Governo Imperial, sob a direção do Engenheiro Luís Antônio de Sousa Pitanga, achando-se já realizada boa parte da alvenaria e nivelamento, em 1868 (124).

FORTE AMBÉ — Antigo sítio chamado "Fortaleza" pelo Coronel Gayoso que o fundou, situado à margem esquerda do

(120) Relat. do Interventor Gama Malcher, de 1937-1939, ps. 125, 177 e 178.

Dizia Eduardo Duvivier, em 1947 — "Fordlândia é um cemitério de seringueiras; Belterra é a esperança da Amazônia". "Se Belterra prosseguir no caminho vitorioso, em que vai, se Belterra provar — como parece certo que, dentro em dois anos, poderá fazer — que a plantação intensiva e racional da seringueira dá lucro, o problema da Amazônia poderá considerar-se resolvido". Não faltarão por certo capitais para novas plantações, nem correntes imigratórias, para o seu trabalho, pois que, uma plantação florestal intensiva como essa, o homem branco poderá ser confortavelmente, devidamente nutrido e assistido". (*O Acre* (Rio Branco), de 7 de setembro de 1947, p. 4, c. 4).

Belterra e Fordlândia foram, em virtude do Decreto-lei nº 8.140, de 24 de dezembro de 1945, adquiridas pelo Banco da Borracha para serem depois transferidas à União, empregando o referido banco cinco milhões de cruzeiros para a compra do acervo (col. 4 cit.).

Fordlândia transforma-se num centro pecuário destinado a fornecer leite e carne para os trabalhadores de Belterra e de outras plantações que se fundarem. (p. cit., c. 5).

(121) Palma Muniz, op. cit., p. 14.

(122) Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, v. LXXII. *Crônica do padre Bettendorff*. p. 36.

(123) Dic. Hist. Geogr. Etnogr. do Brasil, 1922, *Introdução Geral*, v. II, p. 203.

(124) Relat. do Presidente Joaquim Raimundo de Lamare, de 6 de agosto de 1868, p. 41; Serafim Leite, *História* e vol. cits. p. 361.

Xingu, logo acima da grande curva do rio, sendo em 1909, um aglomerado de casas e empório comercial, no final da estrada de rodagem que vem de Vitória, no Tucuruí, numa colina, perto do Igarapé do mesmo nome. Agrário Cavalcanti substituiu Gayoso em 1891, aparelhando aí uma tropa de muares e construindo uma frota de embarcações, com a qual penetrou no rio Iriri, explorou-o e fundou enormes seringais que foram o principal fator do progresso da região, desenvolvimento este continuado por José Porfírio de Miranda Júnior (125). Tem uma escola elementar mista (126).

FOZ DO RIO FRESCO — V. São Félix do Xingu.

FRANCA — V. Vila Franca.

FRESCO (Rio) — V. São Félix do Xingu.

GAYOSO — Ver Coronel Gayoso.

GOIANA — Lugar do Município de Itaituba, para o qual foi criada uma escola mista (127). Em 1919, era sede de uma subprefeitura de polícia (127-A).

GOIANA-LAURITANIA — Lugar e enseada aonde finda a navegação livre do baixo Tapajós, seguindo-se para o alto a região das cachoeiras, corredeiras e saltos (128).

IBIRARIB — V. Alter do Chão.

IBURARI — V. Alter do Chão.

IGAPÓ AÇU — Ilha do Município de Itaituba em que há seis barracões, borracha e umas quinhentas cabeças de gado. Houve nesse ilha a missão particular de um frade que aí pouco demorou, apelidada do *Igapó Açú*, a qual passou para a grande missão de Bacabal, dirigida por frei Pelino de Castro Valva (129). Em 1919, era sede de uma subprefeitura de segurança (129-A).

IGARAPÉ AÇU — Aldeia indígena do rio Tapajós, dependente da de Boburé, dirigida pelos capuchinhos (130).

IGARAPÉ DAS ARARAS — Igarapé pertencente à bacia do Xingu, rico de castanhais; ficando na região do "Morro" e do Igarapé

(125) Américo Campos, op. cit., p. 132; *Fôlha do Norte*, de 1 de janeiro de 1940.

(126) H. Coudreau, obra cit., p. 3.

(127) Palma Muniz, op. cit., p. 47.

(127-A) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

(128) H. Coudreau, obr. cit., ps. 27 e 37.

(129) H. Coudreau, obra cit., p. 48 e nota 16.

(129-A) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

(130) Palma Muniz, op. cit., p. 33.

das Araras os seringais de um dos mais antigos moradores do Xingu, M. João Henrique de Lemos (131).

ILHA GRANDE DO CURRAL — Ilha do rio Tapajós, no Município de Itaituba, em que trabalham em seringa, grande número de maranhenses e cearenses. Nas "Ilhas do Curral" há alguns campos com habitantes que criam gado e exploram seringais (132).

IMPERATRIZ — V. Tacuana.

INARAI — V. Anauri.

INDEPENDÊNCIA — Lugar fixado nas cabeceiras do rio Xingu, por Karl von den Steinen, e assinalado por O. Clauss, no mapa do roteiro da viagem de 1884. **IPITANGA**. — Povoado do Município de Itaituba (132-A).

IPIRANGA — Lugar no igarapé dêsse nome, pertencente à bacia do Xingu.

IRIRI — O afluente do Xingu que tem o curso mais extenso; achando-se a dois dias de viagem de sua foz, a mais importante feitoria da bacia, a de Ernesto Acioli de Sousa, cearense, com um numeroso pessoal empregado na extração da borracha, pela era de 1896 (132-B).

ITACURUÇÁ — V. Veiros.

ITAITUBA — Data a sua função de época anterior a 1812, pois, nesse tempo já era entreposto de explorações e comércio com o alto Tapajós e Cuiabá (133). Outros escritores, porém, dão como ano de sua instituição o de 1836, motivado pelo estabelecimento aí de um destacamento militar, baseados em Ferreira Pena, mas, acrescentando que no local já estavam aldeaiadas algumas famílias indígenas. Foi seu principal propugnador Joaquim Caetano Correia, o qual pode ser considerado como o verdadeiro criador ou fundador do município (134).

Em 1839, era um lugarete sujeito à jurisdição de Pinhel, com 398 índios em palhoças sem alinhamento, tendo como orago

(131) H. Coudreau, obra cit., p. 22.

(132) H. Coudreau, obra cit., p. 26.

(132-A) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 429.

(132-B) H. Coudreau, obra cit., p. 31.

(133) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 427; Revista do Estado do Pará, Belém, julho de 1934; Pasta do Município de Itaituba, in *Bibliot. do Cons. Nac. de Geogr.*; Moreira Pinto, *Dic. Geogr.* e vol. cit., p. 208. Segundo Serafim Leite os jesuitas não fizeram longas entradas no Tapajós, mas, o percorreram muitas vezes até as cachoeiras, onde começava a praga dos piuns. (*História* e vol. cit., p. 365).

(134) Palma Muniz. *O Município de Itaituba*, 1906, p. 18; H. Coudreau, obra cit., p. 21 e nota 12; Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 427.

N. S. da Conceição, numa igreja pequeníssima (135). Permaneceu na dependência dessa freguesia até 1853, quando ela foi extinta (Lei nº 233, de 21 de dezembro de 1853); passando à sujeição de Boim (136).

O município foi criado por lei provincial de 16 de outubro de 1854, com sede do povoado de Brasília Legal, presumindo-se não ter sido ali instalada a Câmara Municipal, e tão somente na povoação de Itaituba, para onde foi transferida pela Lei Provincial nº 290, de 15 de dezembro de 1856, (137) e instalada a 3 de novembro de 1857 (138).

Essa mudança tão breve foi ocasionada por não oferecer Brasília Legal os requisitos indispensáveis ao seu progresso, entrando em franca decadência pouco depois de sua elevação, ao passo que Itaituba situada em local mais apropriado, progrediu facilmente (139).

Dissolvida a Câmara Municipal com a proclamação da república (Dec. n. 103, de 13 de março de 1890) e criado o Conselho Municipal pelo de nº 104 da mesma data, instalou-se este a 23 de abril seguinte; tendo sido elevada a categoria de cidade pela lei estadual n. 648, de 23 de março de 1900 (140).

A freguesia data de 16 de outubro de 1856 sediada em Brasília Legal que, por efeito da Lei nº 290, de 15 de novembro de 1856, passou a ser em Itaituba, tendo por orago Santana, (141) e a comarca de 15 de novembro de 1920 (142).

(135) Baena, *Ensaio* cit., p. 307.

(136) Palma Muniz, op. cit., p. 19; Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 429.

(137) *Divisão Administrativa do Brasil* cit., p. 132; *Revista do Estado do Pará* cit.; Palma Muniz, op. cit., ps. 19 e 21.

(138) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 429. Mas, o Presidente Beaurepaire Rohan diz, em seu relatório de 15 de agosto de 1857, que a vila não foi ali instalada, segundo participação que recebera (p. 8).

(139) Palma Muniz, op. cit., p. 19.

(140) Teodoro Braga, *Corografia* cit., ps. 427 e 428; *Divisão Administrativa do Brasil* cit., p. 132.

Palma Muniz refere que o Conselho Municipal perdurou até 22 de junho de 1891, quando foi promulgada a Constituição do Estado, realizando-se a primeira eleição para intendente a 10 de outubro de 1891, e foi empossado a 15 de novembro seguinte. (Op. cit., ps. 37 e 38).

(141) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428; *Anuário Estatístico do Brasil* (1908-1912), v. III, p. 23.

(142) *Bibliot. do Cons. Nac. de Geografia*, "Pasta do Município de Itaituba", *Revista do Estado do Pará* citada. Teodoro Braga diz haver sido criada a comarca por Decreto n. 226, de 28 de novembro de 1890, e instalada

Enquanto as vilas do rio Tapajós surgiram, tomavam vulto e desapareciam ou perdiam a sua importância, Itaituba florescia. Do lugarejo indígena de 1839, foi evoluindo vagorosa, mas, seguramente, tanto que em 1872, já tinha 33 casas, sendo a maior parte construída com excelente material e coberta de telhas: começando-se por esse tempo a ereção de uma igreja matriz de pedra e cal. Havia na vila oito casas de comércio, sendo quatro estrangeiras; 19 regatões que iam negociar além cachoeiras e sete lojas ambulantes empregadas no comércio do guaraná com a tribu dos maués (143).

Em 1895, havia de Itaituba para baixo 884 moradores civilizados e da vila até o Salto Augusto, dez casas com 74 civilizados, e no rio São Manuel, 33 casas com 152 habitantes alheios à selva: sendo esse povoamento somente devido ao impulso particular, sem a menor interferência do governo (144).

O desprezo do Estado pelos municípios é de tal ordem que o lugar escolhido para vila, apesar de se destacar entre seus vizinhos, passa, com raras exceções, a se arrastar numa pobreza não condizente com a riqueza do seu território, e isto devido a dois motivos principais: 1º a falta de renda própria; 2º a usurpação constante que sofrem em suas atribuições legais, tacitamente aprovadas pela maioria das próprias câmaras municipais, como já dizia o presidente da província Leitão da Cunha, no seu Relatório de 15 de agosto de 1858 (145). Essa invasão de atribuições foi sempre aumentando, a ponto do legislativo provincial chamar para a província a maior quantidade de réditos, deixando o município sem vida própria, e a arrecadação do imposto sobre produção ou exportação ser feito pela Recebedoria estadual, nem sempre entregue ao erário municipal, ou protelado a sua restituição por tempo indeterminado, embaraçando a sua administração.

a 20 de fevereiro de 1891; extinta por lei estadual n. 814, de 2 de outubro de 1902, foi restabelecida por outra de n. 1.581, de 2 de outubro de 1917, reinstalada a 27 de dezembro seguinte; com dois distritos; 1º o de Itaituba com duas circunscrições — Itaituba e Igapé-Açu; 2º o de Aveiro com as circunscrições de Aveiro e Brasília Legal. (*Corografia cit.*, ps. 210 e 211).

Foi precursor da comarca, um termo judiciário criado pelo Decreto n. 170, de 7 de maio de 1890; reunindo-se pela primeira vez o tribunal do júri, a 17 de outubro de 1891 (Palma Muniz, *op. cit.*, ps. 38 e 39).

(143) Relat. do Presidente Abel Graça, de 15 de fev., 1872, p. 8.

(144) H. Coudreau, obra cit., ps. 235 e 280.

(145) Palma Muniz, *op. cit.*, p. 21, nota 24.

R. Pereira Brasil dava, em 1906, para a cidade e arredores 850 habitantes e para o município 6.714; (146) e Paul Le Cointe, em 1922, alteava a da cidade para 900 moradores (147).

A população da sede do município não cresceu uma vez que cerca de vinte anos depois reduzia-se a 578 habitantes no quadro urbano, (148) melhorando um pouco, um decênio após, em que alcançou o total de 628 moradores (149). A do município, ao contrário, subiu, embora vagorosamente, passando, em 1940, a 9.152 almas, e, em 1950, a 10.952 pessoas, segundo os recenseamentos oficiais dessas datas.

Dos 9.152 habitantes de 1940, 4.842 eram do sexo masculino; 1.664 brancos, 1.041 pretos, 13 amarelos, 6.423 pardos, e 11 não declarados; 9.090 brasileiros natos, 6 naturalizados, 52 estrangeiros, e 4 não declarados; 2.454 sabendo ler e escrever; 2.158 dedicados à indústria extrativa, 635 à agricultura, pecuária e silvicultura (150). Moravam no distrito de Itaituba 5.415 e no de Brasília Legal 3.787 indivíduos (151).

Há no município duas escolas estaduais e nove municipais no seu interior (152).

A prefeitura de segurança pública deve-se em 16 subprefeituras, estabelecidas nos lugares — Igapé Açu, Chacorão, Goiana, Sal Cinza, Bacabal, São Manuel, Mergulhão, Jamanchim, Alto Jamanchim, Mangabalzinho, São Domingos, Capoeiras, Airi, Jatá, Tracua e Barreiras (153).

(146) *O Município de Itaituba*, p. 9. *O Anuário Estatístico do Brasil* para 1908-1912, calcula em 3.898 habitantes a população do município para 1907; em 3.957, para 1908; em 4.016, para 1909; 4.077, para 1910; 4.138, para 1911; e em 4.200, para 1912 (vol. I, p. 334).

Moreira Pinto, em 1894, calculava a população da vila em 200 almas, e a do município em 3.000, sem os índios. (*Dic. Geogr. do Brasil*, v. A-E, p. 208).

(147) *L'Amazonie Bresilienne*, t. I, p. 81.

(148) Recenseamento de 1940, *Série Regional, Pará*, 1952, p. 178.

(149) Sinopse do Censo Demográfico de 1950 (Cons. Nac. de Geografia, p. 17; Teodoro Braga a estimativa em 1919, em 1.500 pessoas (*Corografia cit.*, p. 429).

(150) Recenseamento de 1940, *Série Regional, Pará*, 1952, p. 118.

(151) Recenseamento e vol. cit., p. 178.

(152) Teodoro Braga, *Corografia cit.*, p. 428. Da *Revista do Estado do Pará* de julho de 1934, consta que havia um grupo escolar com 5 escolas em Fordlândia, 4 escolas na cidade de Itaituba, e 5 escolas auxiliares no interior, com uma frequência de 607 crianças. (Bibliot. do Cons. Nac. de Geografia, Pasta do Município de Itaituba).

(153) Autor, obra e p., cit.

A cidade, à margem esquerda do rio Tapajós, tem três ruas arborizadas, quatro praças e sete travessas, com agência postal e coletorias estadual e federal; distante da capital do Estado 1.440 quilômetros, com quem se comunica por barcos a vapor em quatro dias de viagem (154).

A renda municipal tem sido orçada, para 1900, em 14.000 cruzeiros; 1910 e 1911, em 165.000,00, baixando em 1912 e mais ainda em 1914, que chegou a 92.000,00 cruzeiros. Subiu em 1915 um pouco, para baixar para 82.950,00, em 1918. A despesa máxima verificou-se em 1910, quando orçaram em 163.200,00 cruzeiros, e a mínima em 1917 e 1918, quando estimaram em 76.774,00 (155).

É um dos mais ricos municípios do Estado, produzindo borracha, caucho, cacau, guaraná, cumaru, tabaco, salsa, copaiba, breu, castanha, café, arroz, milho e feijão; (156) sendo os principais a borracha e a castanha.

Para Ferreira Pena não havia na província outra região tão rica em produtos nativos como a de Itaituba, alimentando o guaraná o comércio da vila com Mato Grosso, sendo êle o de melhor qualidade que aparece no mercado paraense (157).

ITACURUÇÁ — V. Veiros.

ITAPINIMA — Povoado no rio Xingu, próximo a Pom-bal (157-A).

ITAPUAMA — Lugar entre Alter do Chão e Pinhel, no rio Tapajós (158).

(154) Autor e obra cit., p. 429. Tem também uma estação radiotelegráfica, reformada em 1933, e um posto sanitário. (Bibl. do Cons. Nac. Geografia, Pasta do Município de Itaituba, *Revista do Estado do Pará*).

(155) Autor e obra, cit., p. 430. Em 1859, a despesa do município foi de 515,00 cruzeiros; em 1870, de 1.303,00; em 1880 de 1.920,00; em 1885, de 4.620,00; em 1892, de 23.937,00; em 1900, de 121.450,00; e em 1906, de 151.426,00 cruzeiros; só constando a receita a começar de 1877, com 5.000,00 cruzeiros, mas, só arrecadando 1.920,00; em 1887, em 10.000,00; em 1892, em 16.949,00; em 1899, em 123.357,00; em 1906, em 131.250,00 cruzeiros. (Palma Muniz, op. cit., p. 51).

(156) Palma Muniz, op. cit. ps. 59 e 60 — Estava sendo preparado um Campo Experimental para amoreiras, em que já se vêem plantados 2.796 pés, além de algodão, tabaco e uacima, devendo-se o reerguimento do município à revolução de outubro. (Bibliot. do Cons. Nac. de Geogr., Pasta do Município de Itaituba, *Revista do Estado do Pará*).

(157) Moreira Pinto, Dic. Geogr. e vol., cit., p. 208.

(157-A) Padre Borromeu, op. cit., p. 19.

(158) H. W. Bates, obra cit., p. 90.

ITAPIXUNA — Lugar no alto Xingu, no Município de Altamira (159).

IXITUBA — Antiga aldeia de mundurucus, à margem direita do rio Tapajós que, em 1833, tinha 455 indígenas, 2 brancos e 4 escravos; em 1848, estavam reduzidos a 343 almas; em 1869, a 100; e, em 1895, restavam uns 50 indivíduos (160).

Baena diz que ficava acima da missão de Santa Cruz e tinha uma capelinha sob a invocação de N. S. da Conceição; (161) coberta de telha (162).

H. Coudreau, (163) M. Baena, os Presidentes Beaupaire Rohan (164) e Abel Graça (165), escreveram *Uxituba*; mas, os Presidentes Jerônimo Coelho, Fausto Aguiar, (166) Frias de Vasconcelos (167) e o historiador Palma Muniz, (168) grafaram *Ixituba*; e W. Bates registrou *Uichituba* (169).

JACARÉ ACANGA — Município criado em virtude da lei paraense nº 1.127, de 11 de março de 1955 que fixou a organização territorial, administrativa e judiciária do Estado, para o quinquênio de 1954-1958, desmembrado do de Itaituba, no rio Tapajós, indo do sudo-este dêle até a margem direita do rio São Manuel ou Teles Pires. Foi origem da localidade que atualmente serve de sede do município, um campo de pouso de aviões, à margem do rio Tocantins, na linha de vôo Rio Manaus (170). Tem cêrca de 47.000 km², ignorando-se a população da cidade recém criada (171).

(159) Américo Campos, op. cit., p. 151.

(160) H. Coudreau, obra cit., p. 19.

(161) *Ensaio* cit., p. 341.

(162) Relat. do Presidente Jerônimo Coelho de 1 de outubro de 1849, p. 82.

(163) Obra cit. p. 19.

(164) Relat. de 15 de agosto de 1857, p. 6.

(165) Relat. de 15 de fevereiro de 1872, anexo I, p. 14.

(166) Relat. de 15 de agosto de 1851, p. 56.

(167) Relat. de 1 de outubro de 1859, p. 59.

(168) Obra cit., p. 102.

(169) Obra cit., p. 102.

(170) *Diário de Notícias*, Rio, de 11 de setembro de 1955, seção 6ª, p. 4; col. 5; artigo de J. C. Pedro Grande, O rio Tocantins é contribuinte do Jamanchim (H. Coudreau, *Viagem ao Tapajós*, 1895, p. 39; *Voyage au Xingu*, 1896, p. 32).

(171) *Diário de Notícias*, Rio, de 18 de setembro cit., seção 3ª, p. 4, cols. 1 e 2; artigo do mesmo engenheiro.

O Presidente Abel Graça, registrou *Jacarê-Canga*, bem como Moreira Pinto (172).

JAMANCHIM — Rio que desagua à margem direita do Tapajós e tido como sendo o mais considerável afluente do Tapajós, depois do São Manuel.

Com os rios Aruri e Tiocantins, tem uns 300 habitantes, na maior parte maranhenses, seguidos de cearenses (173). Coudreau escreveu *Jamanchim*, no livro intitulado *Viagem ao Tapajós*, mas no denominado *Viagem ao Xingu* registrou *Jauamaxim* (p. 32). Mais de dois decênios antes, o Presidente Abel Graça fixava *Jauan-Xim*, (174) ao passo que, mais modernamente, Palma Muniz escreveu *Jamaxim* e chamou-o de lugar, (175) e o Conselho Nacional de Geografia consignou *Jamanxim* (176).

O Capitão Oscar Miranda, no seu relatório sobre a exploração do rio São Manuel (Tapajós), fixou *Jamanchim* (177). Em 1919, era sede de uma subprefeitura de segurança (178).

JAMANXIM — V. Jamanchim.

JAMAXIM — V. Jamanchim.

JATAÍ — Subprefeitura do Município de Itaituba, em 1919 (178-A).

JAUAMAXIM — V. Jamanchim.

JAUAN-XIM — V. Jamanchim.

JOÃO ARACU — Último sítio civilizado anotado por H. W. Bates, nas margens do Tapajós, a jusante das cachoeiras (179).

JOÃO ARATU — V. João Aracu.

(172) Relat. de 15 de fevereiro de 1872. Anexo 1, p. 14; Dic. Geogr. cit., v. F-O, p. 251.

(173) H. Coudreau, *Viagem ao Tapajós*, 1895, p. 38, nota 13, e p. 39.

(174) Relat. de 15 de fevereiro, 1872. Anexo I, ps. 1, 2 e 3.

(175) *O Município de Itaituba*, 1906, p. 87.

(176) Mapa do Brasil — 1950.

(177) Revista da Soc. de Geografia do Rio de Janeiro, v. VI, ps. 117 e 119.

Moreira Pinto adianta que Ferreira Pena e Chandless se referem ao *Jauaxim*; o Sr. Rodrigues (Rio Tapajós, 1875) ao *Juanxim* ou *Juan-xim* ps. 123 e 124); o 1º Tenente R. Tavares (*O Rio Tapajós*, 1876) ao *Joachim*. (Moreira Pinto, Dic. Geogr. cit., v. F-O, p. 281).

(178) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

(178-A) Autor, obra e p., cits.

(179) Obra cit., ps. 120 e 121.

JOÃO GARANTIDO — Sítio no Município de Altamira, no rio Xingu, entre as cachoeiras de Urubucuará e de Cajituba (180).

JURUNAS — Com esse nome há várias aldeias indígenas no médio e alto Xingu (181).

JUTAÍ — Aldeia indígena do rio Tapajós dependente do núcleo Boburé (182).

LIVRAMENTO — Lugar no Município de Itaituba, no rio Tapajós (183).

MAITAPUS — V. Pinhel.

MALOCA NOVA — Aldeia indígena constituída de mundurucus, no rio Tapajós (184).

MAMBOI — Lugar no médio Tapajós (185).

MAMBUAZINHO — Igarapé na região das cachoeiras do Tapajós em que residem cerca de 500 maranhenses (186).

MANDIATUBA — V. Souzel.

MANGABALZINHO — Subprefeitura de segurança pública do Município de Itaituba em 1919 (187).

MARTINHO (CASA DO) — Sítio assinalado pelo Doutor Clauss, no mapa do rio Xingu, em 1884, a jusante do rio Iriri e a montante da grande curva do Xingu, logo acima da serra Arapuyá.

MARUÁ — V. Veiros.

MATAPUS — V. Pinhel.

MATURIÁ — V. Pôrto de Mós.

MATURU — V. Pôrto de Mós.

MERGULHÃO — Lugar do Município de Itaituba, na região das cachoeiras (188).

MIRITUBA — Sítio de Bernardino Rodrigues de Oliveira, defronte da cidade de Itaituba (189).

(180) H. Coudreau, obra cit., p. 24.

(181) Mapa do rio Xingu junto ao livro de H. Coudreau *Viagem ao Tapajós*.

(182) Palma Muniz, op. cit., p. 33.

(183) Autor e obra cits., p. 79.

(184) Autor e obra, cits., p. 23.

(185) Autor e obra, cits., p. 87.

(186) H. Coudreau, obra cit., p. 37.

(187) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

(188) Palma Muniz, op. cit., p. 87.

(189) H. Coudreau, obra cit., p. 21.

MIRITUBA — Povoado no rio Tapajós, no Município de Itaituba (190).

MISSÃO — V. Anauri.

MISSÃO DA IMPERATRIZ — V. Anauri.

MISSÃO DO XINGU — A central foi em São João Batista de Itacuruçá, hoje Veiros (191).

MONTANHA — Aldeia indígena do rio Tapajós, dependente do núcleo de Boburé (192).

MONTE ALEGRE — Lugar do Município de Altamira, no alto Xingu (193).

MONTE CRISTO — Lugar no Município de Itaituba, no rio Tapajós (194).

MONTE (VILARINHO DO) — V. Vilarinho do Monte.

MORARI — V. Alter do Chão.

MOREIRA — Lugar do Município de Itaituba no rio Tapajós (195).

MORRO — V. Igarapé dos Araras.

MÓS (PÔRTO DE) — V. Pôrto de Mós.

MUTURU — V. Pôrto de Mós.

NASSAU — Forte construído pelos holandeses, no princípio do Século XVII, na margem esquerda do rio Xingu, a 60 quilômetros a montante de Pôrto de Mós (196).

NIRI — Lugar à margem do Xingu, entre Souzel e Rio Ambé (197).

NOVO HORIZONTE — Lugar nas cabeceiras do rio Fresco, afluente do Xingu, de onde parte um varadouro que vai à Conceição do Araguaia, em Goiás (198). É sede de um distrito e subprefeitura policial do Município de Altamira, com 240 habitantes no quadro urbano e 1.545 no distrital (199).

(190) Palma Muniz, op. cit., p. 79.

(191) Padre Borromeu, op. cit., p. 13.

(192) Palma Muniz, op. cit., p. 33.

(193) *Fôlha do Norte* (Belém), de 1 de janeiro de 1940, cit.

(194) Palma Muniz, op. cit., p. 79.

(195) Autor e op., cit., p. 87.

(196) Paul Le Cointe, obra e tomo, cit., p. 16, nota 1.

(197) Mapa de O. Clauss cit.

(198) *Fôlha do Norte* (Belém), de 1 de janeiro de 1940 cit.

(199) Recenseamento Geral do Brasil, de 1940, série regional, Pará, 1952, p. 177; Teodoro Braga, *Corografia* cit., ps. 303 e 304.

ORANGE — Forte construído pelos holandeses no princípio do Século XVII, na margem direita do rio Xingu. Em frente havia uma feitoria fundada pelos referidos holandeses (200).

PAINI — Lugar no Município de Itaituba, no rio Tapajós (201).

PAULO LEITE — V. Todos os Santos.

PEDRA SÊCA — Lugar do rio Xingu, situado quase na fronteira do Estado (202).

PETRÓPOLIS — V. Sítio Petrópolis.

PINHEL — Antiga aldeia de São José de Maitapus, fundada, segundo o padre José de Moraes, pelo padre José da Gama em 1722, mas, não constante do Catálogo de 1723, e sim do de 1730, com 400 índios, bem situada e abundante. Foi a única aldeia amazônica dos Jesuitas que não teve predicamento de vila em 1758, recebendo nessa época o nome de "Lugar de Pinhel", por ter então pouca gente (203).

Era composta de mundurucus, um pouco abaixo de Aveiro, na margem contrária. Nunca foi importante, porém, chegou à vila, segundo informa Baena, que, contrariando Serafim Leite, afirma ter sido em 1758, (204) e o *Anuário Geográfico do Brasil* confirmando, adianta ter se verificado a elevação a 10 de março de 1758 (205).

Em 1839, tinha 856 indivíduos livres e 16 escravos; sendo suas casas cobertas de fôlhas, não avultando sua lavoura; e a igreja dedicada a São José é pequena, porém, telhada (206).

É sede de subprefeitura de segurança (207).

PIQUIÁ — Lugar à margem esquerda do rio Ambé, no Município de Altamira (208).

(200) Paul Le Cointe, obra e vol., cit., p. 16, nota 2; Luis Cordeiro, op. cit., ps. 36 e 37.

(201) H. Coudreau, obra cit., p. 26.

(202) Américo Campos, op. cit., p. 27.

(203) Serafim Leite, *História* cit., vol. III, p. 365.

(204) *Corografia* cit., ps. 328, 329 e 336.

(205) Edição do I. B. G. E. (Cons. Nac. Geogr.) 1953, ps. 23 e 40.

(206) Baena, *Corografia* cit., p. 329.

(207) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 310.

Antiga paróquia extinta por lei provincial n. 233, de 21 de dezembro de 1853, incorporada ao município de Brasília Legal, pela lei provincial n. 266, de 16 de outubro de 1854. Foi elevada à povoação pela lei n. 324, de 6 de junho de 1895. (Moreira Pinto, *Dic. Geogr. cit.*, vol. P-Z, p. 225).

Em 1856, o distrito de Pinhel tinha 2.400 habitantes livres. (Rel. do Presidente Beaurepaire Rohan, de 29 de maio de 1856, anexo 4).

(208) Américo Campos, op. cit., p. 133.

PIRANGA — Lugar no rio Tapajós, no Município de Itaituba (209).

PIHAVIRI — V. Pombal.

PIRAUIRÉ — V. Pombal.

PIRAUIRI — V. Pombal.

PIRAQUIRI — V. Pombal.

PIRAQUIVI — V. Pombal.

PIRAUVERI — V. Pombal.

PIRAVERI — V. Pombal.

PIRAVIRI — V. Pombal.

PIRIQUIRI — V. Pombal.

POMBAL — Aldeia fundada pelo padre Antônio Vaz, seu missionário, em 1727, ocasionando a sua formação graves desentendimentos entre duas tribos existentes na de Itacuruçá. Os índios que daí saíram constituíram a então aldeia de Piraveri, que também chamou-se Piraquiri, Piriquiri, Pirauveri, Piraviri; (210) Pirauriré, Pirauriri, (211) Piraquivi, (212) e Pihaviri, (213) a qual com a sua elevação à categoria de vila, a 21 de dezembro de 1758, tomou o nome de Pombal (214).

Fica situada à margem direita do rio Xingu, compreendendo o seu distrito duas partes: uma do rio Maxipana ao rio Maxuacá, e a outra do rio Piri ao rio Omaritiba, com uma praça denominada "Pelourinho", nove palhoças, treze tejupares e uma igreja dedicada a São João Batista; tendo a vila e termo, cêrca do ano de 1833, 1 branco, 8 escravos, 176 mamelucos e 629 índios (215).

Um século antes, em 1730, contava 733 índios e 345 catecúmenos, estando a aldeia mais em forma em 1755, com edificações de casas para os missionários e índios, um trapiche público, boa igreja e imagens (216).

(209) Palma Muniz, op. cit., p. 79.

(210) Serafim Leite, *História* e vol. III, cits., p. 352; Padre Borromeu, op. cit., p. 13.

(211) Moreira Pinto, Dic. cit., vol. P-Z, ps. 247 e 268.

(212) *Anuário Geográfico do Brasil*, I. B. G. E., Cons. Nac. Geogr., 1953, ps. 32 e 40.

(213) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 508.

(214) *Anuário Geográfico* e ps., cits.

(215) Baena, *Ensaio* cit., ps. 327 e 328.

(216) Serafim Leite, *História* e vol., cits., p. 352; Padre Borromeu, cit. p. 17.

Em 1820, Pombal tinha 290 moradores, e, em 1833, tinha 806 habitantes livres e 3 escravos. Em 1842, consistia em algumas barracas, e, em 1843, morreu tanta gente que a vila ficou quase deserta; restando em 1938, cinco moradores (Padre Borromeu, op. cit., p. 19).

Em 1759, era freguesia de Pombal, estando, em 1786, a igreja em ruínas, inferior às de Souzel e Veiros, mas, superior em ornamentos, com 800 índios de boa índole (217). Diz Teodoro Braga que a freguesia foi criada em 1639, sob a invocação de S. João Batista, e mantida em 1827, (218) e ainda permanecia em 1851 e 1855 (219).

Diz João Lúcio de Azevedo que a vila foi destruída e queimada pelo padre Lourenço Kaulen (220).

Em 1849, tinha o município 40 guardas nacionais e 17 da reserva; (221) em 1855, tinha 92 pessoas alistadas no "Corpo de Trabalhadores"; (222) distrito de paz do termo de Pôrto de Mós da comarca de Macapá, em 1855; (223) subdelegacia de polícia em 1868; (224) 5ª circunscrição do distrito de Pôrto de Mós da comarca do Xingu em 1905; (225) subprefeitura de segurança de Pôrto de Mós em 1919 (226).

PONTA GROSSA — Aldeia indígena no rio Tapajós, dependente da de Boburê, no Município de Itaituba (227).

PONTA NOVA BRASILEIRA — Povoado no baixo Tapajós a cêrca de 3º 29', entre as povoações de Santa Cruz e Curi (228).

(217) Padre Borromeu, op. e p., cits.

(218) Teodoro Braga *Corografia*, cit., p. 506.

(219) Relats. dos Presidentes Fausto A. de Aguiar, de 15 de agosto de 1851, (Relaç. das Paróquias), e Pinto Guimarães, de 13 de outubro de 1855, anexo 23.

Em 1727, tinha uma capelinha de taipa; sendo em 1740, iniciada a construção de um templo que durou até 1817. Em 1840, construiu-se uma igreja menor que persistiu até 1910, restando dela apenas as imagens que eram do antigo templo, e que se acham, com os sinos, numa capelinha de madeira. (Padre Borromeu, op. cit., p. 19).

(220) *Estudos de História Paraense*, Pará 1893, p. 134.

(221) Relat. do Presidente J. Francisco Coelho, de 1 de agosto de 1850 (Mapa).

(222) Relat. do Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexo 22.

(223) Relat., cit., anexo 23. Da Divisão Administrativa do Brasil em 1911, consta haver sido criado distrito de Pôrto de Mós em 1639, bem como pela lei municipal de 31 de dezembro de 1904, p. 134.

(224) Relat. do Presidente J. Raimundo de Lamare, de 6 de agosto de 1868, p. 11.

(225) Relat. do Secretário da Justiça e Interior do Pará, de 1905, p. 25.

(226) Teodoro Braga, *Corografia* cit. p. 506.

(227) Palma Muniz, op. cit., p. 33.

(228) Montravel — Mapa menor ao lado de um maior, in João da Costa Azevedo, *Trabalhos Hidrográficos do Norte do Brasil — Primeiros traços gerais da costa particular do rio Amazonas*, levantado por João Soares Pinto, capitão tenente, de 1862 a 1864.

PONTE NOVA — Futuroso centro do rio Xingu, distante da povoação de Vitória 18 quilômetros (229).

PONTO DE BRASÍLIA LEGAL — V. Brasília Legal.

PÔRTO ALEGRE — Lugarejo no Município de Altamira, no rio Xingu (230).

PÔRTO GRANDE — Sítio assinalado, à margem esquerda do rio Xingu, pelo Príncipe Adalberto da Prússia, logo acima da grande curva dêsse rio, no mapa anexo ao seu Diário de 1842-1843 (231).

PÔRTO DAS TERRAS — Lugar situado no Município de Itaituba, na região das cachoeiras, do rio Tapajós (232).

PÔRTO DE MÓS — Quando o padre Luís Figueira chegou ao lugar, em 1636, acompanhado do irmão João de Avelar, já encontrou o sítio, cuja fundação vem do tempo dos holandeses, que daí foram expulsos, por Luís Aranha de Vasconcelos, em 1623. Os portugueses eram acompanhados nessa reconquista por padres de Santo Antônio, pelo que é mui provável a fundação da aldeia, como redução de índios, por êsses religiosos, tanto que Figueira, o primeiro padre jesuita que ali chegou já encontrou uma igreja em que administrou sacramentos e casou o índio Cristóvão, discípulo dos padres de Santo Antônio. Acompanhou o Capitão Luís Aranha, o padre de Santo Antônio, frei Cristóvão de São José, tendo o padre jesuita Garzoni erigido a "Residência" e não a "Aldeia", ao passo que o padre Figueira fêz erguer uma cruz defronte da igreja (233).

Mas, somente a começar de 1860, com a presença dos padres jesuitas Salvador do Vale e Paulo Luís, iniciou-se o estabelecimento efetivo dêsses religiosos na região, os quais dirigiam as aldeias de Arapijó, Caviana, Boa Vista, Tapará e Maturu, tôdas no vale do Xingu, umas de visistas, outras de residência, sendo o assento dos missionários ora em Tapará, ora em Maturu, apesar de tôdas possuírem igreja e casa (234).

Em 1693, por ocasião da repartição geral das aldeias, Maturu ficou em poder dos padres da Piedade (235). Êstes superinten-

(229) Américo Campos, op. cit., p. 131.

(230) *Fôlha do Norte*, Belém de 1 de janeiro de 1940, cit.

(231) *Aus meinem Tagebuch*, Berlim, 1847, entre as ps. 586 e 587.

(232) Palma Muniz, op. cit., p. 87.

(233) Serafim Leite, *História* vol. cit., p. 344, e nota 1, e p. 346.

(234) Autor, obra e vol. cit., ps. 348 e 349.

(235) Autor, obra e vol. cit., ps. 344 e 350. Moreira Pinto a denomina Maturiá, dizendo ter sido composta de índios tupinambás; tendo estado no local os holandeses. (Dic. Geogr. cit., vol. P-Z, p. 290.

deram a aldeia durante quarenta anos até que uma ordem régia mandou entregá-la novamente aos jesuitas, que por sua vez em 1757, eram expulsos, (236) passando o lugar à categoria de vila sob o nome português de *Pôrto de Mós*, por ordem régia de 1758, sendo instalada a 16 de julho do mesmo ano, (237) investimento êsse só interrompido pelo Decreto nº 126, de 29 de março de 1890, sob o domínio republicano, que dissolveu a Câmara Municipal. Em seu lugar foi criado o Conselho da Intendência Municipal, pelo Decreto nº 127 da mesma data; tendo ainda neste ano honras de cidade, conforme o Decreto nº 218, de 19 de novembro; mas, já era comarca de primeira entrância por efeito da Lei Provincial nº 1.065, de 25 de junho de 1881, tendo em 1883, os termos de Pôrto de Mós e Souzel. Quando termo, pertencia a comarca de Macapá, da qual foi desmembrado e incorporado à de Gurupá, pela Lei Provincial nº 286, de 8 de setembro de 1856 (238).

A comarca se divide em cinco circunscrições e a prefeitura de segurança em cinco subprefeituras; Pôrto de Mós, Tapará, Vilarinho do Monte, Veiros e Pombal; (239) e o município, além da paróquia da cidade, compreendia em 1883, as de S. João Batista de Veiros, S. João Batista de Pombal e a de Boa Vista (240).

Diz Teodoro Braga que as freguesias de S. Braz de Pôrto de Mós e de S. João Batista de Pombal, foram criadas em 1639, e as de Santa Cruz de Vilarinho do Monte e S. João Batista de Veiros, o foram em 1758, tendo sido tôdas mantidas pela lei de 15 de outubro de 1827 (241).

(236) Moreira Pinto, Dic. Geogr. cit., vol. P-Z, p. 290.

(237) Baena, *Ensaio* cit., 326, Moreira Pinto, Dic. Geogr. cit. vol. P-Z, p. 290; Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 505. Do *Anuário Geogr. do Brasil*, 1953, do I. B. G. E., Cons. Nac. Geogr., consta haver a aldeia do Maturu passado a vila de Pôrto de Mós, a 21 de dezembro de 1758. (p. 32).

(238) Moreira Pinto, Dic. Geogr. cit., vol. P-Z, p. 290; Teodoro Braga, *Corografia* cit., ps. 505, 506 e 507.

Em 1853, a região do Xingu pertencia a comarca do Baixo Amazonas, cuja sede era Santarém, por decisão do Conselho do Governo de 10 e 17 de maio de 1833. (Baena *Corografia*, cit., p. 578.

(239) Teodoro Braga, *Corografia*, cit., p. 506

Havia sido extinta, tanto que a lei n. 1.677, de 5 de novembro de 1918 a restabeleceu, sendo instalada, a 13 de janeiro de 1919, com três distritos: 1º) Pôrto de Mós, subdividido em cinco circunscrições: Pôrto de Mós, Tapará, Vilarinho do Monte, Veiros e Pombal; 2º) Souzel, subdividido em duas: Souzel e Alto Xingu, e 3º) Almerim, subdividido em quatro, tôdas fora do rio Xingu, na margem esquerda do rio Amazonas. (Teodoro Braga, *Corografia*, cit., ps. 212 e 213).

(240) Moreira Pinto, Dic. cit., v. P-Z, p. 290.

(241) *Corografia* cit., p. 506.

Em 1930, Pôrto de Mós ainda era paróquia (242).

No princípio do Século XX, era a principal povoação da bacia, título que perdeu mais tarde com a instalação da cidade de Altamira, na zona encachoeirada do Xingu.

A cidade, devido ao sistema industrial e comercial adotado na região, tem uma população avultada na estação chuvosa, ao passo que durante o estio, fica muito reduzida.

Paul Le Cointe em 1852, anotava umas 50 casas ou choupanas; (243) e Moreira Pinto, em 1894, dizia que sua população variava de 40 a 50 pessoas no verão para 400 a 500 no inverno, (244) mas, Baena, cêrca de duas década antes de Le Cointe, informava que a vila continha 758 vizinhos acomodados em 198 palhoças, sendo 151 brancos, 53 escravos, 336 índios e 218 mamelucos; indicando as suas palhoças e os tejupares a indigência em que viviam (245).

Pelo recenseamento de 1940, a cidade tinha 544 habitantes, sendo 373 no quadro urbano e 171 no suburbano; 114 prédios urbanos, dos quais apenas 2 de alvenaria, 66 suburbanos e 945 rurais, afora 23 urbanos, 11 suburbanos e 4 rurais de natureza não declarada (246).

A população da cidade, contudo, aumentava, tanto que em 1950, apurava-se no seu âmbito 988 moradores (247).

Quanto ao município, temos que considerá-lo desde o tempo do Império, encontrando estatística a começar de 1848, quando uma publicação oficial indicava 1.483 almas para o seu território, cifra esta que foi pouco a pouco se elevando até que em 1854 alcançava a soma de 2.816 habitantes, e em 1862, atingia o total de 3.089 pessoas (248). Dentro do primeiro lustro do domínio republicano, Moreira Pinto registrava 3.781 moradores, (249) e o *Anuário Estatístico do Brasil*, estimava para 1907, essa popu-

(242) Padre Borromeu, op. cit., p. 17. Em 1934, foi criada a Prelazia do Xingu, tendo atualmente 13 paróquias. (Padre Borromeu, op. cit., p. 14); *Artuário Geográfico do Brasil* 1953, cit., p. 180.

(243) *L'Amazonie Brésilienne*, 1922, T. I. p. 16 e nota.

(244) Dic. Geogr. vol. e p., cits.

(245) *Corografia* cit., p. 326.

(246) Recenseamento Geral do Brasil de 1940, I. B. G. E., *Série Regional* — Pará, 1952, ps. 180 e 191.

(247) Sinopse preliminar do Censo Demográfico de 1950, I. B. G. E., 1951, p. 17.

(248) Relatório do Presidente Araújo Brusque, de 1 de setembro de 1862 (Quadro da população e Freguesias).

(249) Dic. e vol., cits., p. 290.

lação em 4.280 indivíduos, e para 1912, em 5.376, (250) número este que os recenseamentos gerais do país, que se seguiram não confirmaram, pois, o de 1920, só apurou 3.070 pessoas; o de 1940, verificou 3.879; e o de 1950, arrolou 5.008 habitantes (251).

Dos 3.879 habitantes registrados em 1840, 2.076 eram do sexo masculino e 1.803 do sexo feminino; 1.100 brancos, 245 pretos, 2.534 pardos; 3.867 brasileiros natos, 3 naturalizados e 9 estrangeiros; 781 sabiam ler e escrever; 881 dedicavam-se à agricultura, pecuária e silvicultura; 537 à indústria extrativa; sendo 1.678 residentes no distrito de Pôrto de Mós, 1.079 no de Souzel, 772 no de Veiros e 350 no de Vilarinho do Monte; encontrando-se no povoado Souzel 20 prédios urbanos e 25 suburbanos, e no de Vilarinho do Monte 32 urbanos (252).

A cidade tem duas ruas, três travessas e uma praça; agência postal e coletoria estadual e outra federal; tendo ai sido publicado, em 1887, *O Xinguense*, único periódico editado na localidade. Dista da capital do Estado 43 horas de navegação a vapor (253).

São seus núcleos mais populosos, os de Boa Vista, Pombaí, Tapará, Veiros e Vilarinho do Monte (254).

Em 1850, tinha o município 153 guardas nacionais e 18 da reserva, (255) e em 1855, era sede do 24º batalhão de infantaria da Guarda Nacional, com 608 oficiais e praças (256).

Em 1842, havia uma escola primária na vila, (257) mas, em 1863, já eram duas, (258) e, depois de 1940, somavam dez esta-

(250) Edição de 1908-1912, vol. I, 1916, p. 334.

(251) Sinopses dos Censos Demográficos do Brasil, relativas aos anos de 1920 1940 e 1950.

(252) Recenseamento de 1940, *Série Regional*, Pará, 1952, ps. 51, 152 e 180.

(253) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 507.

(254) Autor e obra, cits., p. 508.

(255) Relat. do Presidente Jerônimo F. Coelho, de 1 de agosto de 1850 (Mapa respectivo).

(256) Relat. do Presidente Pinto Guimarães de 15 de outubro de 1855, anexo 4.

(257) Relat. do Presidente Bernardo Franco, de 14 de abril de 1842 (Relação das escolas).

(258) Relat. do Presidente Araújo Brusque, de 1 de novembro de 1863, p. 89.

duais e uma particular, com a matrícula de 445 alunos e uma frequência de 337 (259).

O "Corpo de Trabalhadores" do município era em 1855, de 100 homens (260).

A cadeia Pública, em 1844, funcionava num quarto da casa da Câmara Municipal, que se achava em ruínas, (261), e dez anos depois estava num prédio coberto de telhas (262).

Em 1868, o governo provincial mandou fazer a planta e orçar a despesa para construir um cemitério público (263).

A coletoria provincial, em 1851, arrecadava 1.084\$560, renda que dois anos mais tarde era acrescida apenas de 200\$000; (264) e após um lustro, ainda era de 1.628\$260, (265) e trinta anos depois baixava para 159\$401 (266).

Em 1910, ainda não era animadora essa renda, pois, enquanto a coletoria de Pôrto de Mós rendia 588\$538, a de Souzel arrecadava mais de cinco contos de réis (267).

Quanto ao município, o orçamento da receita para 1910, era de 10.000\$000 e o da despesa um pouco menos; (268) mas enquanto, em 1928, subia para 227.700\$000, descia em 1933 para 147.528\$000; (269) e um lustro após não passava de 81.785\$000, enquanto o de Altamira rendia 351.498\$000 (270).

(259) Biblioteca do Cons. Nac. Geogr., Pasta do Município de Pôrto de Mós, Departamento dos Negócios Municipais, Serviço de Estatística do município do Xingu, Pôrto de Mós.

(260) Relat. do Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexo 22.

(261) Relat. do Presidente Paranhos Veloso, de 15 de agosto de 1844, p. 47.

(262) Relat. do Presidente Couto Magalhães, de 15 de agosto de 1864, p. 41.

(263) Relat. do Presidente J. Raimundo Delamare, de 6 de agosto de 1868, p. 44.

(264) Relat. do Presidente Pinto Guimarães, de 27 de agosto de 1855, anexo 8.

(265) Relat. do Presidente Coelho da Mota, de 31 de março de 1858 (Quadro respectivo).

(266) Relat. do Presidente Alencar Araripe, de 25 de março de 1886, ps. 30 e 31.

(267) Mensagem do Governador João Coelho, de 7 de setembro de 1910, p. 157.

(268) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 508.

(269) Biblioteca do Cons. Nac. de Geografia, Pasta do município de Pôrto de Mós, Departamento dos Negócios Municipais, Pôrto de Mós, cit.

(270) Relat. do Interventor Gama Malcher, de 1937-1939, ps. 161 e 162.

O município exporta gado, borracha, madeira, sementes, timbó, couros, castanhas e caucho, sendo pequena a sua produção agrícola e regular a pecuária. Importa farinha, cereais, secos e molhados; (271) sendo o valor dos gêneros exportados no decênio de 1900 a 1909, de 114 contos de réis, quando Santarém, no mesmo período, exportava gêneros no valor de 1.239, e Souzel, no de 698 contos de réis (272).

A linha de navegação a vapor da Companhia Amazonas para Pôrto de Mós foi contratada a 22 de janeiro de 1864, segundo informa o presidente da província Pedro Vicente de Azevedo, (273) mas, o Presidente Araújo Brusque afirma que os navios dessa companhia passaram a tocar em Pôrto de Mós, a contar de um de novembro de 1863 (274).

Em 1915, o governo de Mato Grosso propôs ao do Pará o estabelecimento de uma agência fiscal no rio Xingu, porém o do Pará não aquiesceu (275).

PÔRTO SEGURO — V. São Félix do Xingu.

PRAIA GRANDE — Subprefeitura do Distrito de Souzel, da comarca de Pôrto de Mós (275-A).

RIO FRESCO — V. São Félix do Xingu.

RIO NOVO — Lugarejo no rio Iriri, Município de Altamira (276).

RIO DAS TROPAS — Lugarejo no alto Tapajós, Município de Itaituba (277).

RIOSINHO DE ADOLFO CASTELO BRANCO — Feitoria do rio Iriri, no Município de Altamira (278).

RIOSINHO DE JOSÉ FERREIRA — Feitoria do rio Iriri, no Município de Altamira (279).

(271) *Fôlha do Norte*, Belém, de 21 de janeiro de 1943.

(272) Luís Cordeiro, *O Estado do Pará*, cit., ps. 193 e 194.

(273) Relat., de 15 de fevereiro de 1874, anexo 7.

(274) Relat. de 1 de novembro de 1863, p. 67.

(275) Mensagem do Governador Enéas Martins, de 1 de agosto de 1915, p. 6.

(275-A) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 552.

(276) *Fôlha do Norte*, Belém, de 1 de janeiro de 1940, cit.

(277) Palma Muniz, *op. cit.*, p. 87. Diz Coudreau haver no rio desse nome cerca de 200 seringueiros maranhenses, (obra cit., p. 56).

(278) *Fôlha do Norte*, de 1 de janeiro de 1940, cit.

(279) *Jornal e n.*, cits.

SALCINZA — Lugar do rio Tapajós, no Município de Itaituba, sede da quinta subprefeitura de segurança (280).

SALTO AUGUSTO — Lugarejo e cachoeira no alto Tapajós (281).

SANTA CRUZ — Antiga aldeia de índios mundurucus que, em 1848, somava 507 silvícolas, e da qual em 1895, só havia vestígios (282). A missão foi estabelecida em 1799, pelo governador do Pará D. Francisco de Sousa Coutinho, sujeita à jurisdição da vila de Pinhel, à margem direita do Tapajós, acima do lugar Aveiro, que, segundo Baena, tinha 59 palhoças ocupadas por 536 índios, 4 brancos e 14 escravos; igreja pequena e coberta de folhagens, dedicada à Santa Cruz (283).

Em 1851, era freguesia (284). Dois anos antes, estava sendo construída nova igreja coberta de telha (285).

Quando Bates aí passou, em 1852, encontrou 30 ou 40 taperas de taipa, tendo por missionário o monge italiano frei Isidoro que, sempre estava na aldeia de Uichituba (286).

SANTA JÚLIA — Lugarejo situado no rio Iriri, Município de Altamira (287).

SANTA MARIA — Povoação à margem direita do rio Tapajós, acima de Alter do Chão (288).

SANTA MARIA OU CONTA PAGA — Lugar situado à margem esquerda do rio Iriri, no Município de Altamira, de onde parte um varadouro que vai ter a Fordlândia no rio Tapajós (289).

SANTARÉM — Quando Pedro Teixeira, em 1626, penetrou no Tapajós, acompanhado do insigne capucho frei Cristóvão de São José, já o gentio dessa região havia tido contacto com os

(280) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

(281) H. Coudreau, obr. cit., p. 119.

(282) Autor e obra, cits., p. 17.

(283) *Corografia* cit., ps. 335 e 336.

(284) Relat. do Presidente Fausto Aguiar de 15 de agosto de 1851 (Relação das Paróquias).

(285) Relat. do Presidente Jerônimo F. Coelho, de 1 de outubro de 1849, p. 81.

(286) O Naturalista no Amazonas e traduc., cits., p. 102.

(287) *Fôlha do Norte* e n., cits.

(288) Mapa de Montravel in João da Costa Azevedo — *Trabalhos Hidrográficos do Norte do Brasil*, de 1862-1864.

(289) *Bibliot. do Cons. Nac. Geogr.*, Pasta do Município de Altamira — *Dados para organização de uma monografia histórico-corográfica*, fornecidos pela Prefeitura local, p. 6.

Castelhanos que desciam o Amazonas; (290) adiantando Baena que defronte da fortaleza, à esquerda da vila, hoje cidade, à borda do rio, jazem as reliquias da antiga aldeia dos Tapajós, que, remotamente, desceram das possessões castelhanas do alto Peru (291).

O aldeamento dos Tapajós, fundado pelos Jesuitas e de que provém a atual cidade, teve início mais de três decênios antes da construção do forte da boca do Tapajós.

E' certo que El-Rei o mandou construir no mesmo ano em que o padre Bettendorff ali chegou para a implantação da missão de catequese, mas, apesar d'este religioso mandar roçar o monte em que se o vê, chegando-se areia para o sopé do outeiro, em 1661, somente de 1694 a 1697, se o erigia, a custa de Manuel da Mota Siqueira (292).

Este forte que devia assegurar as avançadas lusas naquelas paragens e dar apóio ao funcionamento das aldeias instaladas, não cobriu a instalação da missão jesuítica de Tapajós, ao lado da grande taba de *Tupayu*, nem a investida dos padres da Companhia, a começar de 1668, rio acima, em cujos sertões, assentaram e administraram vários aldeamentos (293).

Contudo, no século seguinte, já a sua sombra, instalaram os Jesuitas, em 1722, as aldeias de S. José ou Maitapus e de Santo Inácio ou Tupinambaranas; Boray e Arapiuns, em 1738 (294).

Além disso, ainda no Século XVIII, numa das penetrações costumeiras, à cata de silvícolas para escravizá-los, os portugueses subiram o Tapajós, galgaram cachoeiras, chegando a um rio desconhecido que, desde então ficou sendo chamado "Rio das Tropas", local em que residiam os Mundurucus, a quem propuseram a compra de escravos, e, como fôssem repelidas essas propostas,

(290) Serafim Leite, *História* e vol., cits., p. 357.

(291) *Corografia* cit., ps. 335 e 504.

(292) Rev. do Inst. Hist. Geogr. Brasileiro, vol. LXXII, ps. 36 e 373 (*Crônica* do padre Bettendorff), Baena, *Ensaio* cit., p. 335; R. L. Tavares, op. cit., p. 10; Relat. do Presidente Abel Graça, de 15 de fevereiro de 1872, anexo 19, ps. 18 e 19; Palma Muniz, op. cit., p. 14.

(293) Baena, *Ensaio* cit., p. 505.

(294) Palma Muniz, op., cit., p. 14. Foi mandado reconstruir pelo Governo Imperial, sob a direção do Capitão Engenheiro Luis Antônio de Sousa Pitanga, já se tendo realizado uma boa parte de alvenaria. (Relat. do Presidente J. R. de Lamare, de 6 de agosto de 1868, p. 41).

Em 1842, este forte servia de prisão ou cadeia para os criminosos civis. (Relat. do Presidente Paranhos Veloso, de 15 de agosto de 1844, p. 47).

Em 1876, ainda estava por acabar o forte erguido sobre as ruínas do construído em 1697. (R. L. Tavares, op. cit., p. 107).

travou-se uma luta entre eles, depois do que, derrotados os portugueses, foram perseguidos pelos Mundurucus que devastaram tôdas as aldeias até Santarém, onde os fugitivos recolheram-se ao fortim, cujas muralhas defendidas por armas de fogo, resistiram ao ataque, ensejando a negociação da paz (295).

As freguesias e vilas criadas no Século XVIII, já eram quase tôdas decadentes no comêço do XIX e assim continuaram tendo tido a cabanagem na região reduzida repercussão. À vista de ataques de bandos malfeitores, em 1836, algumas pessoas resistiram, dando o nome de *Ponto de Brasília Legal* ao local em que se reuniam, dando lugar a construção de abarracamentos provisórios, que, quando passou o perigo, já constituia um pequeno povoado (296).

Os naturais chamam *Tupuyu* a Santarém, por estar ali a principal taba dêles (297).

A aldeia dos jesuitas do Século XVII, passou à categoria de vila por ato de 14 de março de 1758, com o nome de Vila de N. S. de Santarém, do Governador General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em virtude da lei de 6 de junho de 1755, e instalada pelo referido governador, na sua viagem ao rio Negro, no mesmo ano, tendo desde então funcionado com o seu Senado da Câmara Municipal, só extinto com a proclamação da República no Brasil, pelo decreto do governo provisório nº 81, de 6 de março de 1890, mas, restaurado na mesma data, pelo de nº 82, criando o Conselho da Intendência Municipal, que foi reinstalado a 21 de março referido (298).

Desde o fim do Século XVII que, o Rei Pedro II de Portugal pensava em elevar à vila o Colégio da Companhia de Jesus,

(295) Relat. do Presidente Abel Graça de 15 de fevereiro de 1872, anexo I, p. 19. Aduzia uma testemunha de vista ainda existente em 1872, com cêrca de 120 anos de idade, que o fato se dera em 1773, e que os Mundurucus devastaram tôdas as aldeias, cortando a cabeça de tôdas as pessoas até Santarém (Anexo e p., cits.).

Palma Muniz, ao tratar do fato, informa ter o mesmo ocorrido em 1733. (Op. cit., p. 15). Deve ser engano.

(296) Palma Muniz, op., cit., p. 18.

(297) Relat. do Presidente Abel Graça, de 15 de fevereiro de 1872, anexo I, p. 17.

(298) *Anuário Geográfico do Brasil*, 1953. I. B. G. E., ps. 24 e 41;

R. L. Tavares, op. cit., p. 9. Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 525. Diz a Divisão Administrativa do Brasil. (Ministério da Agricultura), de 1911, que a vila foi criada com a denominação atual, em 1754, e instalada a 1 de junho de 1829. (p. 136).

fundando-se na ocasião a fortaleza em lugar da vila, cuja residência datava de 1696 (299).

Em 1848, à vista da Lei nº 145, de 24 de outubro, foi elevada à cidade (300).

A comarca do "Baixo Amazonas", com sede em Santarém, criada pela lei de 12 de outubro de 1823, antes do Ato Adicional, já fôra proposta ao governo português em 1800, e passou de acôrdo com o ato do Conselho do Governo, de 21 de maio de 1832, a chamar-se Santarém, em observância aos arts. 1º e 3º da lei de 29 de novembro de 1832, sendo classificada de primeira entrância pelo Decreto nº 687, de 26 de julho de 1850, e de segunda pela Lei Estadual nº 930, de 25 de outubro de 1904, distrito único, e com 4 circunscrições (301). Em 1848, tinha 3 têrmos, 6 municípios e 12 freguesias (302).

Agassiz, em 1865, alvitando a possibilidade de dividir a Amazônia em vários Estados, apontava entre outros, um do rio Madeira ao Xingu, tendo por capital Santarém, (303) que já era uma das três cidades da província do Pará (304).

Pelo meado do Século XIX, era a cidade mais civilizada e o centro mais importante das margens do Amazonas, do Peru ao Atlântico, assentada numa leve elevação, aonde se distinguem casas brancas com telhas vermelhas, no meio de jardins e matas verdes, apresentando com a região montanhosa dos fundos, um aspecto bom diverso das terras da planície amazônica (304-A).

Diz Bates que não houve ai uma vasta escala de miscigenação entre lusos e indígenas, pois, a classe mais numerosa é formada por

(299) *Crônica do Padre Bettendorff*, in Rev. do Inst. Hist. Geogr. Br., vol. LXXII, p. 36; Serafim Leite, *História* e vol., cits. ps. 361 e 366).

(300) *Anuário Geográfico do Brasil*, I. B. G. E., 1953, ps. 30 e 41 Divisão Administrativa do Brasil, em 1911, cit., p. 136; Moreira Pinto, Dic. Geogr. cit., vol. P-Z, p. 491. Diz o Presidente Jerônimo Coelho que a sua elevação à cidade foi a 15 de janeiro de 1849 (Relat. de 1 de outubro de 1849. p. 86).

Como se trata de uma afirmação oficial feita no mesmo ano em que se diz foi criada a cidade deve ser verdadeira, mas, ao que parece, refere-se à data da instalação da cidade.

(301) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 213.

(302) Relat. do Presidente Jerônimo J. Coelho, de 1 de outubro de 1848, p. 106.

(303) Luis Cordeiro, op. cit., p. 279.

(304) Relat. do Presidente M. A. Pinto Guimarães, de 16 de outubro de 1855, anexo 18, p. 1.

(304-A) Henry W. Bates, obra cit., v. II, ps. 5 e 6.

brancos portugueses e brasileiros), mais vultuosa do que em outros centros; havendo poucos índios na cidade, e a classe inferior composta de mestiços e alguns escravos, em que predominava o sangue negro; sendo muito afetados os modos da classe superior e formalistas. Entre gente mais elevada, observa-se muita cerimônia, apresentando-se as visitas de roupa prêta nas recepções, apesar do calor reinante, ao meio dia, hora habitual dessas manifestações. Esta classe não fuma, porém, toma rapé, usando relógios e correntes de ouro. Os homens mais importantes passam o tempo com os seus negócios e família, estando o resto do povo, nas horas vagas, no bilhar ou no jôgo. No primeiro baile que Bates assistiu, os homens ficaram tôda a noite sentados de um lado e as damas do outro, da sala, formando-se os pares por meio de cartões numerados, distribuídos pelo mestre de cerimônias; costume que se foi alterando, quando os vapores começaram a navegar na Amazônia, estabelecendo novas idéias e modas na região (305).

Algumas famílias mais antigas passam a maior parte do ano em suas fazendas ou lavouras, indo à cidade durante as festas, para o que possuem casas espaçosas, sendo algumas de sobrado. As festas religiosas eram numerosas, porém, mui pobres, e pouco freqüentadas (306).

A música se compunha de flauta, violino, violão e cavaquinho; dominando o piano facilmente o violão, instrumento que era o preferido. Havia máscaras no tempo de festas, vendo-se nelas — velhos, moços, brancos, negros e índios, sendo os melhores no tempo do carnaval, na semana santa e na véspera de São João. Pelo Natal, os negros faziam representações públicas semi-dramáticas (307). Os índios também faziam suas mascaradas e danças, uma vez no ano, nos arrabaldes da cidade, atravessando, a noite, as ruas do quarteirão dos brancos, a fim de executarem a dança da caça e do diabo, sobressaindo muitos homens com magníficas coroas de penas, túnicas e colares (308).

A cidade foi muito florescente pouco antes das desordens de 1835-1836, época em que o número de proprietários ricos em escravos e gado, era muito maior, assim como a produção de cacau, e a troca de ouro e diamante dos mineiros de Mato Grosso, por sal, ferragens e outras mercadorias européias, era mais intensa; fazendo de Santarém um lugar delicioso para se viver com provisões

(305) Autor e vol., cits., p. 9.

(306) Autor e vol., cits., p. 10.

(307) Autor e vol., cits., p. 11.

(308) Autor e vol., cits., p. 12

abundantes e baratas; mas, a luta entre os políticos, deu lugar a uma revolta de índios. E acrescenta Bates, que, no começo da luta havia dois partidos: um tolerante, o dos Bicudos (portuguêses) apoiando o governo legal brasileiro, e outro favorável à expulsão dos lusitanos e governo nativo, cooperando êste com um grupo de rebeldes, que um dia invadiu a cidade, massacrando brutalmente os portugueses e os que os defendiam. Quando os Cabanos entraram na cidade, os amigos do governo legal retiraram-se para umas casas perto da praia, defendendo-se por muitos dias, protegendo o embarque de suas famílias e alfaias, ficando, em geral, os negros escravos fiéis aos senhores (309).

O partido governista era diminuto e desarmado, pelo que teve de retirar-se para a vila de Prainha, fim também que tiveram os simpatizantes dos rebeldes; nada sofrendo os inglêses e norte-americanos ali residentes. Quando a cidade foi recapturada, nove meses depois, por uma força enviada do Rio de Janeiro, auxiliada por gente refugiada em Prainha, foi atacada novamente por grande número de índios que mataram as sentinelas, fugindo outros, pelo que o enxame de índios pulou a paliçada feita pelos governistas e invadiu a rua principal, mas, foram repelidos, morrendo centenas de selvagens, cujos cadáveres atravancaram as ruas. Os que retrocederam foram ter à aldeia de Alter do Chão, de onde se espalharam pelas margens do Tapajós, e devido às suas tropelias, foi necessário organizar várias expedições para dominá-los, trabalho em que a gente do governo foi auxiliada pelos Mundurucus do Alto Tapajós (310).

No distrito de Santarém, havia na era de 1849, quilombos ou mocambos compostos de escravos fugidos, que praticavam depredações e infundiam receios no ânimo de seus habitantes. Contra êles houve duas expedições partidas de Santarém, com 75 praças de polícia e de linha, além de 33 índios mundurucus, que serviam de guias e práticos (311).

O "Corpo de Trabalhadores" de Santarém se compunha, em 1848, de 14 oficiais, 12 inferiores e 1.564 trabalhadores, força esta criada pela Lei Provincial de 26 de abril de 1839, a qual dispunha que êsses corpos se constituíssem de índios, mestiços e pretos livres e libertos, sem propriedade ou estabelecimento. Eram empregados no trabalho da lavoura, comércio e obras públicas, podendo qualquer particular contratá-los para o seu serviço.

(309) Autor e vol., cits. p. 21.

(310) Autor e vol., cits., ps. 22 e 23.

(311) Relat. do Presidente Jerônimo J. Coelho, de 1 de outubro de 1849, p. 109.

Devido a má aplicação, seguiram-se os abusos, sendo comum os comandantes de corpos e autoridades locais, a pretexto de serviço público, empregarem-nos gratuitamente no seu serviço particular e de amigos íntimos. Foi assim que a lei procurando evitar um mal produziu outro. A vida licenciosa e vagabunda que se pretendia remediar, deu azo a apoiar-se nela uma opressiva e degradante. Os trabalhadores emigravam para as fronteiras, fugindo ao vexame referido, desmoralizando-se a lei (312).

Em 1855, êsse corpo de trabalhadores tinha como major-fiscal o Capitão de mar e guerra Pedro da Cunha e um efetivo de 177 oficiais e trabalhadores (313).

No meado do Século XIX, havia em Santarém 653 guardas nacionais; (314) tendo sido proposto um comando superior para a comarca dêsse nome, em 1852, com seis batalhões, (315) comando que cinco anos depois já era efetivo e tinha sede na cidade de Santarém (316). Em 1859, a milícia era composta de seis oficiais do Estado Maior e 2.999 oficiais e guardas de infantaria, além de seis oficiais e guardas da reserva; (317) e em 1872, estava aí sediado o 26º de infantaria, com 6 companhias, 802 praças em atividade e 204 da reserva (318).

Em 1867, Santarém já havia enviado para o campo de guerra do Paraguai, 400 praças da guarda Nacional, 203 voluntários, recrutados, desertores e libertos; 39 recrutados para a Armada Imperial, e 9 menores da Companhia de Aprendizes Marinheiros, por motivo da guerra (319).

(312) Relat. do Presidente Jerônimo J. Coelho, de 1 de outubro de 1848, ps. 31, 32 e 33.

(313) Relat. do Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexo 22.

(314) Relat. do Presidente Jerônimo J. Coelho, de 1 de agosto de 1850 (Mapa respectivo).

(315) Relat. do Presidente Fausto A. de Aguiar, de 20 de agosto de 1852, ps. 9 e 10. A comarca era constituída pelos municípios de Monte Alegre, Santarém, Vila Franca, Alemquer, Obidos e Faro, respectivamente, com os 25º, 26º, 27º, 28º e 29º batalhões de infantaria, e uma seção de batalhão em Faro. (Relat. presidencial, de 15 de out. de 1855 (mapa n. 4).

(316) Relat. do Presidente Beaurepaire Rohan, de 27 de outubro de 1857, p. 11.

(317) Relat. do Presidente Frias de Vasconcelos, de 1 de outubro de 1859, anexo 16.

(318) Relat. do Presidente Barão da Vila da Barra de 5 de novembro de 1872 (mapa respectivo).

(319) Relat. do Presidente Leão Veloso, de 9 de abril de 1867, p. 10.

Em 1859, o destacamento de primeira linha aí sediado, era composto de 2 segundos tenentes, 1 segundo sargento, 2 cabos, 1 tambor e 15 soldados (320).

Em 1878, havia na comarca 246 pessoas obrigadas no alistamento militar, que, em tempo de paz, se reduziam a 12 conscritos (320-A).

Em 1806, havia em Santarém um corpo "de Ligeiros", o 6º e uma companhia do 4º regimento de infantaria (321).

Quanto à marinha, em 1841, tinha estacionado no pôrto o patacho *Januária* e navegando entre Belém e Tapajós, o patacho *Maranhão* (322).

No tocante à policia, havia 20 guardas policiais em 1849, afora a guarda nacional; (323) sendo o destacamento, em 1873, composto de 22 praças, afora 6 em Itaituba; (324) em 1877, de 15 praças, inclusive um inferior, (325) já em 1880, comandado por um primeiro tenente (o que só se via em Cametá), 1 segundo sargento, 1 cabo, 1 corneta, e 16 soldados (326).

Da primitiva igreja de taipa de mão, "acabada em três ou quatro dias" pelo padre Bettendorff, em 1661, com um retábulo de "morutim" contendo a efigie de N. S. da Conceição, tendo ao lado direito a de Santo Inácio e ao esquerdo a de S. Francisco Xavier, (327) nada mais resta. Em 1851, foi mandada restaurar

(320) Relat. do Presidente Frias de Vasconcelos, de 1 de outubro de 1859, anexo 16.

(320-A) Relat. do Presidente Bandeira de Melo, de 9 de março de 1878, p. 35.

(321) Monteiro Baena, *Ensaio* cit., p. 165.

(322) Relat. do Presidente Sousa Franco, de 14 de abril de 1841, p. 7.

(323) Relat. do Presidente Jerônimo Coelho, de 1 de outubro de 1849, p. 24.

(324) Relat. do Presidente Barão de Santarém, de 18 de abril de 1873, p. 12.

(325) Relat. do Presidente Bandeira de Melo, de 15 de fevereiro de 1877, p. 37.

(326) Relat. do Presidente Gama e Abreu, de 15 de fevereiro de 1880, p. 47.

Em toda a Província só havia cadeias na Capital e em Santarém, construídas sólidamente, sendo a última no edifício do Paço municipal. (Relat. do Presidente Domingos J. da Cunha, de 1 de julho de 1873, ps. 9 e 10).

(327) Rev. do Inst. Hist. Geog. Br., v. LXXII (*Crônica* do padre J. F. Bettendorff), p. 169; Serafim Leite, *História* e vol. III, cits., p. 359.

uma que desabara neste ano, (328) achando-se adiantadas as obras no ano seguinte; (329) esclarecendo o Presidente José Bento de Figueiredo, em 1869, que a igreja matriz havia sido concluída; bem como a casa do pároco, (330) mas o Presidente Visconde de Maracaju, em 1883, pedia aprovação a assembléa legislativa para a conclusão das obras dessa igreja, orçada em 5.301\$000 (331).

A cidade, além dessa igreja, em que avulta num altar especial, a imagem de Cristo em bronze e ofertada a essa matriz pelo sábio naturalista Carlos Martius em 1846, (332) há as capelas de N. S. dos Martirios e de S. Sebastião (333).

A freguesia foi criada em 1754, (334) sendo sede de vigararia geral desde 1821, (335) correspondendo à segunda vigararia dessa categoria na província, e compreendendo vários povoados, lugares, missões e vilas, não só do rio Tapajós, como do Xingu (336).

Atualmente, é sede de uma Prelatura que abarcava, em 1912, 14 paróquias e 20 igrejas, (337) templos estes que em 1940, eram em número de 28. Havia também dois templos protestantes e um espirita (338).

(328) Relat. do Presidente Fausto D'Aguiar, de 15 de agosto de 1851, ps. 9 e 10). Diz Baena que havia em Santarém uma bem extensa, moderna e a melhor das igrejas das povoações mediterrâneas. (*Ensaio Corográfico* cit., 1839, p. 333).

(329) Relat. do Presidente Fausto de Aguiar, de 20 de agosto de 1852, p. 17.

(330) Relat. de 16 de maio de 1869, p. 10.

(331) Luls Cordeiro, *O Estado do Pará*, cit., ps. 115 e 116.

(332) *Fôlha do Norte*, Belém, de 1 de janeiro de 1941. (Festa do município de Santarém, in Biblioteca do Cons. Nac. de Geografia).

(333) Moreira Pinto, Dic. cit., v. P-Z, p. 491.

(334) Relat. do Presidente Rego Barros, de 29 de maio de 1856, anexo 2; Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 525.

(335) R. L. Tavares, op. cit., p. 11.

(336) Baena, *Corografia* cit., p. 220.

(337) *Anuário Estatístico do Brasil*, 1908-1912, v. III, Rio (Diretoria Geral de Estatística), p. 111.

(338) *Fôlha do Norte* cit., de 1 de janeiro de 1940. A Prefeitura Apostólica foi instituída por Decreto Consistorial *Romani Pontificis*, do Papa Pio X, de 21 de setembro de 1903, desmembrada do Bispado do Pará. (*Anuário Estatístico do Brasil*, 1908-1912, vol. III, Rio de Janeiro, Diretoria Geral de Estatística). O primeiro prelado D. Amando Balmann faleceu em 1939, na Europa. (*Fôlha do Norte*, de 1 de janeiro, citada). Palma Muniz informa que a Prelatura foi criada pela Bula de 23 de novembro de 1903. (Op. cit., p. 44).

Em 1855, Santarém era uma das três cidades da província, sendo as outras duas: Belém e Cametá, (339) tendo vinte anos depois 2 praças, 11 ruas e 13 travessas, com 300 casas, sendo 60 cobertas de palha, na maior parte no subúrbio chamado "Aldeia", restos do antigo aldeamento dos Tapajós, a oeste da cidade. Entre os seus edifícios, havia alguns com sobrado e de bela construção, sobressaindo no meio dos principais, o do Barão de Santarém e o do Paço Municipal, de construção moderna (340).

Outras duas décadas mais, já caminhando para o fim do século, Moreira Pinto relacionava o mesmo número de praças, acrescido o das ruas de uma, com trezentas e tantas habitações, sem alterar a soma das cobertas de palha (341).

Em 1934, a cidade tinha ruas calçadas, limpas, terraplanadas e alinhadas, com intenso movimento da população laboriosa e aspecto de capital moderna e adiantada, ponte de desembarque e trapiche municipal, iluminação elétrica, bosque, teatro, cemitérios dos cristãos e dos hebraicos, biblioteca pública, mercado municipal, ruas e praças arborizadas, (342) dividida em três bairros: Centro, Prainha e Aldeia, desenvolvendo-se a luz elétrica por toda a área urbana: (343) tendo, em 1939, 4 praças, extensas avenidas, 15 ruas e 27 travessas, sendo algumas calçadas, com 187 estabelecimentos comerciais, um bom hospital e várias sociedades recreativas (344).

(339) Relatório do Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexo 18.

Já em 1851, dizia Bates haver casas de 2 e 3 andares, sólidas, cobertas de telhas e caiadas (obra cit., v. I, p. 266); e em 1833, compunha-se de três ruas paralelas ao rio, cruzadas por três travessas, contendo edifícios de alvenaria, sendo alguns de dois pavimentos. (Baena, *Ensaio* cit., p. 333).

(340) R. L. Tavares, op. cit., ps. 9 e 10. O edifício da Prefeitura está situado no mesmo local em que os jesuítas fundaram a aldeia dos Tapajós, antiga dos Tapuiussus. (*Fôlha do Norte*, Belém, de julho de 1939). Em 1833, ainda não possuía casa própria para a Câmara municipal, Cadeia, chafariz, nem poços, para uso d'água. (Baena, *Corografia* cit., p. 333).

(341) Dic. Geogr. cit., v. P-Z, p. 491. Teodoro Braga, em 1919, dava-lhe 13 ruas, 6 praças, 5 avenidas e 18 travessas, além de 9 outras sem denominação, em 13 quarteirões e 12 subúrbios ou arrabaldes, com 7.000 habitantes. (*Corografia* cit., p. 527).

(342) *Pará Agrícola, Industrial e Comercial*, ano II, ns. 12-13, julho-agosto, 1934, Belém, Pará, ps. 1 a 3. Devido a má situação do cemitério de Santarém, o Presidente Fausto de Aguiar mandou construir um outro. (Relat. de 20 de agosto de 1852, ps. 35 e 36).

(343) Revista cit., ano I, n. 5, p. 2.

(344) *Fôlha do Norte*, Belém, 23 de julho de 1939, e de 1 de janeiro de 1940.

Em 1867, o Engenheiro militar Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim foi incumbido de estudar um plano de encanamento d'água para abastecer a

Quanto à população, Bates dava-lhe cerca de 2.500 habitantes, quando todo o município poderia ter uns 3.600, (345) apurando o recenseamento de 1872 para a paróquia 8.749 (346). Paul Le Cointe, em 1875, estimava a da cidade em 1.800 pessoas, e, em 1920, calculava numas 5.000 almas, (347) verificando o censo de 1940, a existência de 7.450 pessoas, morando em 1.267 prédios urbanos e 315 suburbanos; (348) e o de 1950 apurou 14.604 habitantes (349).

Como se vê, a população da cidade nem sempre foi crescente, pois, de 2.500 almas em 1851 passou a 1.800 em 1875, parecendo que daí em diante foi continuamente ascendente, tanto que, de uns 5.000 moradores em 1920, subiu para 7.450 em 1940, número este que dobrava no decênio seguinte, levando 70 anos para duplicar a de 1851, e apenas, dez para dobrar a de 1940, fato único nas margens do Amazonas, salvante a capital do território do Amapá.

A prefeitura de segurança pública, correspondente ao único distrito judiciário, subdividia-se em 1919, em subprefeituras: Bairro de Aldeia, Bairro Prainha (pág. 524), Curuaí, Alter do Chão, Boim, Arapixuna, Aritapera, Tapará, Ituqui, Paracari e Urixiacá (350).

A instrução foi se desenvolvendo aos poucos, havendo em 1841, na cidade, uma escola de primeiras letras e uma aula de gramática latina (351). No ano seguinte, já havia duas escolas

cidade, orçando a despesa em 117:065\$000, devendo conduzir para tal fim, águas do rio Irurá (Relat. do Presidente Leão Veloso, de 9 de abril de 1867, p. 73; idêa essa que preocupou as administrações seguintes, mas, só em 1939, se concretizava com o início dos trabalhos. (*Fôlha do Norte*, de 1 de janeiro de 1940).

(345) H. W. Bates, obra cit., v. I, p. 266.

(346) Relat. do Presidente Domingos J. da Cunha, de 18 de abril de 1873 (Quadro do Recenseamento).

(347) Obra cit., v. I, p. 81 — Em 1863, Tavares Bastos estimava a população da cidade em 1.000 habitantes, atribuindo-lhe outros o duplo. (*O Vale do Amazonas*, edic. Brasileira, n. 106, p. 200 e 201).

(348) *Fôlha do Norte*, Belém, de 14 de janeiro de 1943.

(349) Sinopse do Censo Demográfico de 1950, Rio, I. B. G. E. — C. N. G., 1951, p. 17. *A Fôlha do Norte*, de 27 de julho de 1939, dizia que a cidade devia ter uns 18.500 moradores. *O Anuário Estatístico do Brasil* dá para o município de Santarém, em 1907 — 17.958 habitantes, sempre subindo, de maneira que, em 1912, já estava em 19.220 almas. (Diretoria Geral de Estatística, 1908-1912, vol. I, publicado em 1916, p. 334).

(350) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 525.

(351) Relat. do Presidente Sousa Franco, de 14 de abril de 1841 (Relação das Escolas. ps. 2 e 3).

de curso primário, (352) uma para cada sexo, sendo que, em 1851, a de latim estava acrescida de uma cadeira de francês, além de outras matérias, consideradas como sendo uma escola preparatória para o Liceu ou Seminário do Pará (353).

Corriam os anos sem alteração quando, em 1873, o Presidente Domingos J. da Cunha se refere a um colégio particular existente em Santarém, e (354) e o Presidente Sá e Benevides, três anos depois informa que, em 1874, foi paga a subvenção do segundo semestre, ao Colégio de Santarém, deixando de fazê-lo no primeiro trimestre de 1876, por falta de cumprimento do contrato, e, como falecesse o empresário, fêz-se concorrência, passando o contrato a Carlos Seidl; (355) colégio este denominado "Nossa Senhora da Conceição", com 20 alunos e subvencionado pelo governo provincial, só tendo simile na capital da província (356).

Em 1900, já funcionavam na cidade, um Grupo Escolar, e três escolas da Sociedade de S. Vicente de Paula e o Colégio das religiosas clarissas franciscanas (357). Passados decênios, com o desenvolvimento da instrução o "Colégio Santa Clara" foi equiparado ao Curso Normal do Estado, que também dedica-se ao ensino secundário e comercial (358).

Em 1939, via-se na colônia de S. José um Orfanato Agrícola, em que as crianças internadas aprendiam letras e o amanho da terra, dirigido por Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição, devido aos esforços do prelado D. Amando (359). O curso normal-rural desse educandário era equiparado ao oficial do Estado, tendo em 1939, 246 alunos sendo 120 orfãs (360).

O ensino secundário era ministrado no "Ginásio D. Amando", admitindo o colégio alunos internos, semi-internos e externos (361).

(352) Relat. do aludido presidente, de 14 de abril de 1842. (Relação das escolas).

(353) H. W. Bates, obra e v. cit., p. 14.

(354) Relat. de 1 de julho de 1873, p. 15.

(355) Relat. de 15 de fevereiro de 1876, p. 20.

(356) Relat. do Presidente Bandeira de Melo, de 15 de fevereiro de 1877, ps. 90 e 91.

(357) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 525.

(358) Relat. do Interventor Gama Malcher, de 1937-1939, ps. 51 e 52.

(359) *Fôlha do Norte*, de 23 de julho de 1939.

(360) *Fôlha do Norte*, de 1 de janeiro de 1940.

(361) *A Tarde* (Manaus), de 6 de maio de 1944. O relatório do Diretor do Departamento de Educação e Cultura do Pará, in Mensagem do Governador Moura Carvalho, de 15 de abril de 1950, refere-se aos cursos

Em 1877, já havia na cidade uma biblioteca particular e popular (362) e em 1943, a da municipalidade tinha 2.000 volumes (363).

Quanto a jornais, têm surgido vários na cidade, circulando em 1940, três: o *Mariano*, mensário católico; O *Tapajós*, mensário esportivo; e o *Momento*, semanário de seis páginas, cuja tiragem é de 600 exemplares, sendo o órgão de maior projeção no baixo Amazonas (364).

Em 1862, havia em Santarém, uma aula de música; (365) sendo servida a cidade pelo telégrafo subfluvial e por uma estação radiotelegráfica; (366) e de agência do correio, pelo menos, desde 1857; (367) coletorias estadual e geral ou federal, desde o tempo do império (368).

normal e ginásial de Santarém. (p. 68): aludindo a Mensagem desse Governador referente ao ano de 1949 (15 de agosto), além do "Ginásio D. Amando", ao "Instituto Batista" e escolas supletivas. (Relat. do Diretor do Departamento de Educação e Cultura, p. 64).

(362) Relat. do Presidente Bandeira de Melo, de 15 de fevereiro de 1877, p. 92.

(363) *Fôlha do Norte*, de 14 de janeiro de 1943.

(364) *Fôlha do Norte*, de 1 de janeiro de 1940. Em 1876, circulava em Santarém o *Baixc Amazonas* (R. L. Tavares, obra cit., p. 33).

(365) Relat. do Presidente Araújo Brusque, de 1 de setembro de 1862, p. 81.

(366) *Fôlha do Norte*, de 1 de janeiro de 1940.

(367) Relat. do Presidente Beaurepaire Rohan, de 27 de outubro de 1857, p. 11.

(368) Em 1851, a coletoria provincial já rendia 4.032\$000 (Relat. do Presidente Pinto Guimarães, de 27 de agosto de 1858, anexo 8); e em 1926, a estadual arrecadava 97.537\$000 (Mensagem do Governador Dionísio Bentes, de 7 de setembro de 1926, anexo 18). Dela, porém, já havia notícia em 1847 (Relat. do Presidente Jerônimo Coelho, de 1 de outubro de 1848, p. 12), sendo que, em 1849, era a mais rendosa da Província, depois da capital (Relat. do Presidente cit., do ano seguinte).

Logo que começaram a funcionar as alfândegas criadas pelo decreto imperial n. 3.749, de 7 de dezembro de 1866, devido a decretação da livre navegação no rio Amazonas, foram extintas as coletorias, passando a arrecadação de todos os impostos a ser feita pelas alfândegas recém criadas. No Pará, foram instaladas duas: uma em Santarém e outra em Cametá, sendo expedidas instruções para ambas a 5 de março de 1867 e nomeados os funcionários no dia seguinte; tendo a de Santarém jurisdição nos rios Tapajós, Xingu e no Amazonas, desde a serra de Parintins até Macapá. (Relat. do Presidente Joaquim R. de Lamare, de 6 de agosto de 1868, ps. 33 e 34). O Presidente J. Bento da Cunha Figueredo, três anos depois representava ao governo imperial, mostrando a inutilidade dessas alfândegas. (Relat. de 16 de maio de 1869, p. 11).

A renda municipal arrecadada, foi em 1925, de 143.966\$500; (369) mas três anos depois já subia a 218.628\$680; (370) em 1939 alcançava a cifra de 654.475\$000, achando-se em terceiro lugar na ordem dos municípios (371) e em 1941, já estava próximo de mil contos de réis somando na realidade 903.170\$000 (372).

Santarém, devido a sua situação, era o empório comercial do norte de Mato Grosso, do rio Negro, suprindo de gêneros as povoações circunvizinhas, pois, toda a produção de cacau, peixe salgado e outros artigos de uma enorme área, passa pelos negociantes da cidade, havendo grande comércio com os indígenas dos Tapajós, em salsaparrilha, bálsamo de copaiba, borracha, farinha e outros produtos, sendo a sua salsa de qualidade muito superior à do alto Amazonas, conseguindo no Pará um preço duas vezes maior; vendo-se ali numerosas casas negociando com artigos ingleses, franceses, alemães e norte-americanos (373).

Isto se passava de 1833 em diante, mas refere Palma Muniz que, desde um século antes, o movimento agrícola e extrativo das missões já era praticado em larga escala, e dava margem a regular exportação para o reino (374).

Segundo um contrato celebrado a 15 de maio de 1883, com o comendador José Marcelino Pereira de Moraes, foi este autorizado a montar um engenho central em Santarém; (375) não tendo ocasião de averiguar se esse empreendimento se realizou.

O município concorreu à exposição comemorativa do centenário da independência nacional, enviando várias especiarias, madeiras, óleos, resinas, fumo, borracha, arroz, cacau, castanha,

(369) Mensagem do Governador Dionísio Bentes, de 7 de setembro de 1926, anexo 17.

(370) Mensagem do Governador Eurico Vale, de 1 de setembro de 1930, anexo 15.

(371) Relat. do Interventor Gama Malcher, de 1937-39, p. 162.

(372) *Fôlha do Norte*, de 14 de janeiro de 1943.

(373) Baena, *Corografia* cit., p. 333; Tavares Bastos, *O Vale do Amazonas*, edic. Brasileira, p. 279, H. W. Bates, obra cit. v. II, ps. 13 e 14.

(374) Op. cit., p. 15. Em 1876, havia na cidade, 3 alfaiates, 1 barbeiro, 5 sapateiros, 1 torneiro, 2 ourives, 6 ferreiros, 4 marceneiros, 3 funileiros, 6 carpinteiros, 2 tanoeiros, 1 artista de fogos de artifício, 4 padarias, 1 botequim, 1 bilhar, 6 açougues, 1 saboaria, 4 serrarias, 13 padeiros, 15 calafates, 6 estaleiros, 1 fabricante de vinhos e licores, 1 farmácia, 2 drogarias, 33 tabernas, 3 tipografias, 1 cacia, 4 olarias, 11 lojas ambulantes (fazendas, ferragens e molhados) e 6 engenhos de açúcar e mel (R. L. Tavares, obra cit., p. 33).

(375) Relat. do Presidente general Visconde de Maracaju, de 7 de janeiro de 1884, p. 116. Diz Moreira Pinto que tal contrato foi autorizado pela lei 1.112, de 16 de novembro de 1882. (Dic. Geogr. cit., v. P-Z, p. 491).

algodão fibras, sola, cordas, vinho de cacau, cachaça; farinha de mandioca, de tapioca e de carimã, plantas medicinais; vários artefatos de cuia, gravados e pintados; um livro com pentes e grampos de chifre; modelos de *lancha* e de canoa de itauba (376).

A navegação fluvial a vapor vem desde 1853, com a criação da primeira linha de Belém a Manaus pela Companhia de Navegação do Amazonas, seguida de outras empresas de navegação e navios particulares, sempre crescente (377).

Havia em Santarém um estaleiro particular para a construção de lanchas a vapor no fim do Século XIX (378). Diz Teodoro Braga que a construção naval aí progride cada vez mais, sendo muitos os estaleiros para construir embarcações, variando os batelões e lanchas de 100 toneladas, a pequenas canoas de pesca e outras finalidades, vendidas para o Estado do Amazonas, Território do Acre e ilhas do Pará (379).

Quanto à navegação aérea, desde 1934 que os aviões da linha de Belém-Manaus, fazem escala no seu porto (380).

SANTARENZINHO — Povoação ou aldeia à margem direita do rio Tapajós, no município de Itaituba (381).

SANTO ANTÔNIO — Cachoeira existente no vale do Tapajós, junto a qual o governador de Mato Grosso, Coronel João Nepomuceno Medeiros Mallet, por ato de 6 de julho de 1891, criou uma coletoria (382).

SÃO DOMINGOS — Sede de subprefeitura de segurança no município de Itaituba, no rio Tapajós (383).

SÃO FÉLIX DO XINGU — Município do Pará criado em virtude da Lei Estadual nº 1.127, de 11 de março de 1955, que fixou a divisão territorial do Estado para o quinquênio de 1954-1958, desmembrado do de Altamira, sendo sua sede o antigo povoado de São Félix, à margem direita do rio Xingu à foz do rio Fresco, e

(376) Henrique A. de Santa Rosa e outros. *O Pará na Exposição de 7 de Setembro de 1922*. ps. 8, 12, 14, 17-24, 28, 31 e 35.

(377) Dic. Hist. Geogr. Etnogr. do Brasil, Introduç. Geral, vol. II, ps. 164 a 167.

(378) Paul Le Cointe, obra cit., v. I, p. 257.

(379) *Corografia* cit. p. 526.

(380) Relat. do Interventor Gama Malcher, de 1937-1939, p. 156.

(381) Palma Muniz, op. cit., p. 87, H. Coudreau, obra cit., p. 19.

(382) Palma Muniz, op. cit., p. 39.

(383) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

distante umas três centenas de quilômetros de Altamira, (384) com cerca de 125.000 quilômetros quadrados (385).

Com o nome de São Félix foi sede da terceira circunscrição judiciária da comarca de Altamira, (386) tendo sido elevado à categoria de povoado pela Lei nº 1.710, de 14 de novembro de 1918 (387).

Foi sede de subprefeitura policial da prefeitura de segurança de Altamira, sob a denominação de Bôca do Rio Fresco (388).

A *Fôlha do Norte*, de 1 de janeiro de 1940, registrou a denominação de *Foz do Rio Fresco*, como de um núcleo populacional do Município de Altamira. Dêsse lugar parte um varadouro para Conceição do Araguaia (389).

Parece que se trata do lugar registrado como sendo *Porto Seguro*, pelo padre Carlos Borromeu, o qual diz haver aí chegado em 1916, o maranhense Antônio Coelho da Silva que encontrou uma barraca construída por Tancredi Martins Jorge. Coelho comprou os seringais de José Porfírio. Tancredi Martins Jorge e de Inês, e dedicou-se a exploração de borracha e castanha; construiu uma grande casa de tijolos e telhas, bem como uma capela em honra a São Félix, fundando aí uma escola própria com 25 alunos. Entre os sacerdotes que tem celebrado missa no lugar, destaca-se frei Domingos O. P., bispo de Conceição do Araguaia (390).

SÃO JOÃO — Residência dos padres da Companhia de Jesus no baixo Xingu, no Século XVII (391).

SÃO JOSÉ DE MATAPUS — Aldeamento fundado pelos jesuitas em 1722, com o nome de S. José ou Matapus, no baixo Tapajós (392) V. Pinhel.

(384) *Diário de Notícias*, de 11 de setembro de 1955, 6ª seção, p. 4, C. 2 e 5; artigo do Doutor J. C. Pedro Grande.

(385) *Diário de Notícias*, de 18 de setembro de 1955, 3ª seção, p. 4c-1; artigo do referido Pedro Grande.

(386) Teodoro Braga; *Corografia* cit. p. 24.

(387) Autor e obra, cit., p. 304.

(388) Autor e obra cit., p. 303.

(389) Biblioteca do Cons. Nac. Geogr. — Pasta do município de Altamira — Dados para uma monografia histórico-corográfica fornecidos pela prefeitura local.

(390) *Xingutania*, Belém, 1950, p. 6.

(391) *Rev. do Inst. Hist. Geogr. Br.*, vol. LXXII, p. 35 (*Crônica* do padre J. F. Bettendorff).

(392) Palma Muniz, op. cit., p. 14.

SÃO MANUEL — Sede de subprefeitura policial do Município de Itaituba (393). H. Coudreau registrou no rio dêsse nome 36 casas, na maioria de naturais do Estado do Pará, com uns 100 moradores (394). Na foz dêsse rio, o governador de Mato Grosso, Coronel Medeiros Mallet, por decreto de 6 de julho de 1891, criou uma coletoria, que só foi instalada dois anos depois, de ordem do Governador Manuel Murtinho, oficiando a 14 de setembro de 1893 ao governador do Pará, e nomeando para tal Antônio da Costa Garcia Júnior, acompanhado de um destacamento policial de 15 praças, instalando-a a 5 de julho de 1894, numa ilha à margem esquerda do Tapajós, fronteira a foz do São Manuel. O governo do Pará respondeu estar ciente, mas, reclamando o intendente municipal de Itaituba contra a cobrança de impostos ilegais a 4 de outubro de 1894, ao governo do Pará, êste enviou ao local o Capitão Benedito Asclepiades de Pontes, com algumas praças, o qual intimou o matogrossense a retirar-se, por se achar em território paraense. O funcionário matogrossense lavrou um protesto e retirou-se, mas, em caminho, foi atacado pelos mundurucus e ferido, falecendo mais tarde (395).

Em 1906, já era considerado lugar (396).

SÃO PEDRO DE URUCURITUBA — Lugar em que há uma igreja sob a invocação de São Pedro, no Município de Aveiro, no rio Tapajós (397).

SERINGUEIRO — Título de um sítio situado no rio Xingu, numa ilha acima do lugar do Coronel Gayoso, na região das cachoiras (398).

SETE QUEDAS — Salto matogrossense, no rio Tapajós, em que se viam alguns habitantes (399).

SHINGU — No mapa junto ao livro que trata da expedição de 1887-1888, de Karl von den Steinen, referente ao ano de 1884, vê-se êsse nome nas cabeceiras do Xingu (400).

SÍTIO DO MEIO — Pouso dos comboeiros que transitam pela estrada de Vitória ao rio Ambé (401).

- (393) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.
 (394) Obra cit., ps. 11 e 14.
 (395) Palma Muniz, op. cit., ps. 39, 40 e 42.
 (396) Autor e op., cits., p. 87.
 (397) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 311.
 (398) O. Clauss, mapa do rio Xingu, de 1884.
 (399) H. Coudreau, obra cit., p. 160.
 (400) Unter den Naturwölker Zentral Brasiliens, — Berlim, 1897, f. II.
 (401) Américo Campos, op. cit., p. 131.

SÍTIO PETRÓPOLIS — Lugarejo do Município de Altamira, no rio Xingu, em que há uma capela do rito católico-romano (402).

SOUZEL — Antiga missão jesuítica no rio Xingu que aparece, pela primeira vez no catálogo de 1723, sob a denominação de Santo Inácio de Aricari, mas, que devia ter sido fundada alguns anos antes. Também foram registrados os nomes de Aricá, Arucará, Aicari e Aricará. Em 1736, o padre Luís de Oliveira incorporou a esta aldeia, índios jurunas que moravam num local distante daí, quinze dias de viagem (403). O seu último missionário foi o padre Manuel dos Santos (404). Seu território pertenceu à capitania do Xingu doada a Gaspar de Abreu Freitas e que, por abandono, retornou à coroa; acrescentando Teodoro Braga que a fundação da aldeia data de 1639 (405).

Em 1758, o Governador General Mendonça Furtado a elevou à vila com o nome português de Souzel, (406) categoria esta de que desmereceu, tanto que foi novamente elevada à vila em virtude da Lei nº 811, de 14 de abril de 1874, e reinstalada a um de fevereiro de 1875, (407) com o único distrito da própria sede e, ato pelo qual o Município de Pôrto de Mós, de quem foi desmembrado, protestou devido à redução do seu território e de suas rendas (408). Parece que essa elevação foi além de 1922, mas, não alcançou o ano de 1940, nem o de 1950, em cujos recenseamentos não consta o seu nome na lista dos municípios.

Contudo, o município foi restabelecido êste ano, tendo agora a sua sede o título de cidade, segundo a Lei Estadual nº 1.127, de 11 de março de 1955, que fixou a divisão administrativa e judiciária do Estado para o quinquênio de 1954 a 1958 (409).

(402) Padre Carlos Borromeu, op. cit., p. 16.

(403) Serafim Leite, obra cit., v. III, p. 353; Carlos Borromeu, op. cit., p. 20.

(404) Serafim Leite, v. cit., p. 354.

(405) *Corografia* cit., p. 552 — A Divisão Administrativa do Brasil em 1911, confirma êsse ano de 1639, como sendo de sua fundação (p. 135); assim como Moreira Pinto (*Dic. Geogr. do Brasil*, vol. P-Z, p. 560).

(406) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 551; Baena, *Ensaio* cit., p. 331; Serafim Leite, vol. III, cit., p. 354.

(407) Divisão Administrativa do Brasil, em 1911 (Ministério da Agricultura), p. 135, Américo Campos, op. cit., p. 15; Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 551; *Anuário Geográfico do Brasil*, 1953, I. B. G. E., ps. 24 e 25.

(408) Relat. do Presidente Sá e Benevides, de 15 de fevereiro de 1875, p. 9.

(409) *Diário de Notícias (Rio)*, de 11 de setembro de 1955, seção 6ª, p. 4 col. 5; artigo do Doutor J. C. Pedro Grande. O governo provisório

A sua sede foi transferida, em 1846, pelo Presidente Manuel Paranhos da Silva Veloso, à vista da Lei nº 125, de 20 de março desse ano, para o lugar Cruajó, de propriedade de José Leocádio de Sousa, que passou a chamar-se Souzel, devido a ser o pôrto antigo cheio de pedras (410).

A antiga aldeia de Aricari, depois vila de Souzel, ficava à margem esquerda do rio Xingu, em frente à Cruajó, para onde passou a sede do município, distante da embocadura do rio, 180 quilômetros (411).

Seu território constitui o segundo distrito judiciário da comarca de Pôrto de Mós, divididos em duas circunscrições: Souzel e Alto Xingu e a uma prefeitura de segurança subdividida em três subprefeituras: Souzel, Vila Nova e Praia Grande (412).

Em 1833, a vila tinha uma praça, em que está a igreja e duas ruas desfalcadas de prédios, somando o número de 10 casas de sébe cobertas de fôlhas e 14 tejupares, só havendo telha de barro no teto da igreja e no do Hospício, que foi dos Jesuitas.

Fora do âmbito da vila, há 96 palhoças; constando a povoação de 6 brancos, 3 escravos, 173 mestiços, 339 índios e 100 mame-lucos (413). Setenta e cinco anos depois, havia três ruas e cinco travessas, com 41 prédios e muitas palhoças, destacando-se o edifício da Câmara Municipal; devendo a população da vila ser inferior a mil pessoas (414).

Em 1788, tinha 800 habitantes, dos quais em 1820, restavam 375, (415) e apesar de novo incremento depois dessa data, em 1833, ainda não atingira a cifra de 1788.

republicano no Pará, pelo decr. n. 54, de 19 de fevereiro de 1890, extinguiu a Câmara Municipal que, pelo decreto n. 55, da mesma data, criou o Conselho da Intendência Municipal de Souzel. (Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 553; Américo Campos, op. cit., p. 19).

(410) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 551; Américo Campos, op. cit., p. 13; Moreira Pinto, *Dic. Geogr. cit.*, v. P-Z, p. 560.

(411) Carlos Borromeu, op. cit., ps. 20 e 21; Paul Le Cointe, obra cit. p. 130. — Talvez, houvesse sido na tapera de Souzel o forte de Mandiata-tuba dos holandeses, tomado por Pedro Teixeira. (Américo Campos, op. cit., p. 14). Para diferenciar esses lugares, foram denominados Souzel Novo e Souzel Velho. (Carlos Borromeu, op. cit., ps. 20 e 21; Serafim Leite, v. III, cit., p. 354).

(412) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 553; Relatório do Secretário da Justiça de 1905, p. 25 — Cruajó era sede de distrito de paz em 1855 (Relat. do V. Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexo 23).

(413) Baena, *Ensaio* cit., p. 331.

(414) Américo Campos, op. cit. (1909), ps. 64 e 65.

(415) Carlos Borromeu, op. cit., p. 20.

Para o município, o *Anuário Estatístico do Brasil*, 1908-1912, dava, em 1907 — 13.168 habitantes e cinco anos mais tarde, 4.831, (416) devido à criação do Município de Altamira, de Souzel desmembrado no ano anterior; mas, a população de Souzel foi se reduzindo, a ponto de, em 1920, só se apurar 2.402 almas, quando Altamira subira para 9.343 moradores; (417) e, em 1940, Souzel restringido a distrito de Pôrto de Mós, dos 3.879 habitantes deste ficara, apenas, com 1.079, distribuídos em 20 casas no quadro urbano e 25 no suburbano; (418) tendo a cidade, atualmente, cêrco de 200 moradores (419).

Em 1919, tinha duas escolas elementares estaduais e uma municipal; correio e coletorias (420).

Em 1758, passou a freguesia sob a invocação de São Francisco Xavier, mantida por ato de 24 de novembro de 1876, da presidência da província; (421) antes, porém, foi autorizada a transferência da sede da freguesia para o povoado de Cruajó, pelo Decreto nº 125, de 1842, mas, a mudança só se realizou a 22 de maio de 1864 (422). Em 1938, foi encontrado nas ruínas das antigas residência e igreja dos jesuitas, que eram das melhores nas missões daqueles tempos, um crucifixo, considerado na região como sendo uma preciosa reliquia e ali conhecido pelo nome de "Cristo de Aricari" (423).

Em 1850, Souzel tinha 191 guardas nacionais e 59 de reserva; (424) e em 1855, o seu corpo de trabalhadores era composto de 109 pessoas, mais do que em Pôrto de Mós e em Pombal (425).

(416) Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura, vol. I, 1916, p. 334.

(417) Sinopse do Recenseamento do Brasil em 1920, Rio, 1922, ps. 24 e 25. Teodoro Braga, em 1919, estimava a população do município em 8.000 pessoas (*Corografia* cit., p. 552), número que Américo Campos também calculava dez anos antes. (op. cit., p. 65).

(418) Pará, I. B. G. E., Censo de 1940, publicado em 1952, *Série Regional*, p. 180.

(419) *Diário de Notícias*, de 18 de setembro de 1955, seção 3ª, p. 4 c 1; artigo citado. Em 1938, Souzel Velho (Aricari) só tinha 21 habitantes (Carlos Borromeu, op. cit., p. 21).

(420) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 552; Américo Campos, op. cit., ps. 89 e 90.

(421) Autor e *Corografia*, cit., ps. 551 e 552.

(422) Autor, *Corografia* e ps. cits.

(423) Serafim Leite, V. III, cit., p. 354.

(424) Relat. do Presidente Jerônimo Coelho, de 1 de agosto de 1850. (Mapa da G. Nacional).

(425) Relat. do V. Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexo 4.

O município exporta borracha, couros de boi e de veado, castanha e cacau; (426) tendo exportado na década de 1900 a 1909, mercadorias no valor de 698 contos de réis, quando Pôrto de Mós exportava no mesmo período, 114 e Santarém 1.239 contos de réis (427).

No exercício de 1898-1899, a despesa do município foi fixada em 49:400\$000; em 1905, em 116:240\$000; e em 1909, em 100:440\$000; tendo sido a receita orçada em 80:000\$000, de 1889 a 1904: (428) e em 120:000\$000, daí até 1909 subindo em 1911, para 130:000\$000; porém, no ano seguinte foi reduzida a 35:000\$000, devido à fundação do Município de Altamira, cujo território foi do seu retirado, cifra que permaneceu até 1916, quando ainda mais decaiu, ficando em 31:000\$000 até 1919. A despesa foi sempre orçada em menor quantia (429).

SOUZEL NOVO — V. Souzel.

SOUZEL VELHO — V. Souzel.

TACUANA — Missão jesuítica fundada na segunda metade do Século XVIII, acima da grande curva do rio Xingu para o que os missionários abriram uma picada encurtando o caminho até o lugar da missão. Expulsos os jesuitas, ficou abandonada até a chegada do padre Torquato de Sousa, vigário de Souzel que renovou a capela e a picada, em 1841, denominando-a "Missão da Imperatriz". Von Martius (1820) e o Príncipe Adalberto da Prússia (1842) aludem a essa missão (430). Chamou-se também T'auaquara, Tavaquara e Tucuaana. V. Anauiri.

TAPAJÓS — Vila pertencente à comarca do Baixo Amazonas, em 1833 (431) V. Santarém.

TAPARÁ — Povoação à margem direita da foz do rio Xingu, duas léguas distante de Vilarinho do Monte, que lhe fica a jusante e pertencente ao Município de Pôrto de Mós (432).

Foi da companhia de Jesus e posteriormente passou a ser dirigida pelos padres da Piedade: tendo feito o padre Jesuista Salvador do Vale, nessa aldeia, em 1660, a residência de N. S. do Desterro.

(426) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 552.

(427) V. Pôrto de Mós.

(428) Américo Campos, *op. cit.*, p. 81.

(429) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 553, e asterisco.

(430) Carlos Borromeu, *op. cit.*, p. 22.

(431) Dic. Hist. Geogr. e Etnogr. do Brasil, *Introduç.*, vol. II, p. 196.

(432) Teodoro Braga, *Corografia* cit., ps. 507 e 508; Carlos Borromeu, *op. cit.*, p. 13.

Diz Américo Campos, em 1909 que, a duas léguas acima da aldeia de Caviana, há uma outra composta de dois sítios: *Tapará e Boa Vista*, dos quais se pretende formar uma vila com 60 moradores, afora uns 300 ou 400 escravos (433).

Em 1833, tinha a aldeia de Tapará 18 brancos, 10 escravos, 69 índios e 42 mamelucos (434).

Em julho de 1871, foi proposto este lugar para escala dos vapores que iriam de Belém à Souzel (435).

TAPERA — Barraca abandonada e fixada pelo Doutor O. Clauss, no seu mapa de 1884, quando da expedição de von den Stein.

T'AUQUARA — V. Tacuana.

TAVAQUARA — V. Tacuana.

TODOS OS SANTOS — Lugarejo no alto Tapajós, também chamado Paulo Leite (435-A).

TODOS OS SANTOS — Aldeia da principaleza Maria Moaçara que governou no começo da civilização o Tapajós. Faleceu em 1678 (435-B).

TRACUÁ — Subprefeitura do Município de Itaituba, no rio Tapajós (435-C).

TRÊS BARRAS — Lugar no Município de Itaituba, na bacia do Tapajós (436).

TRIUNFO — V. Bôca do Triunfo.

TUCUANA — V. Tucuaana.

TUCURUI — Neste rio que desagua à margem esquerda do Xingu, abaixo das cachoeiras, foi de onde começou a evangelização no tempo do padre alemão Roque Hunderpfund, serviço continuado pelo padre brasileiro Torquato de Sousa. A capela, por falta de cura, ruiu depois de 1894, celebrando-se agora em casas

(433) Opúsculo cit., ps. 10 e 11; Serafim Leite, obra e vol. III, cits. ps. 348 e 349. Para esse lugar, a lei provincial n. 1.111, de 16 de novembro de 1882, transferiu a sede da freguesia de Vilarinho do Monte. (Moreira Pinto, *Dic. Geogr. cit.*, v. P-Z, p. 592).

(434) Baena, *Ensaio* cit., p. 337.

(435) Relat. do Presidente Abel Graça, de 15 de agosto de 1871, p. 28.

(435-A) H. Coudreau, obra cit., p. 88 e 89. Paulo Leite é matogrossense, residindo aí há 6 anos, onde chegou com os índios apiacás. Cria gado e explora a borracha (Coudreau, obra cit., p. 93).

(435-B) Serafim Leite, *História* cit., v. III, ps. 359 e 360.

(435-C) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 428.

(436) Palma Muniz, *op. cit.*, p. 87.

particulares (437). Das margens desse rio partem duas estradas para a parte média do rio Xingu.

UICHITUBA — V. Ixituba.

URICURITUBA — Lugarejo a uma hora de vapor abaixo de Brasília Legal, com cerca de 50 casas (438). Tem uma igreja cujo orago é São Pedro de Urucurituba, pertencente ao Município de Aveiro (439).

URIXITUBA — V. Ixituba.

URUBURAQUARA — Em 1884, havia nas suas proximidades vários seringais, nas margens do rio Xingu, na região das cachoeiras (440).

URUBUTU — Seringal no alto Tapajós, pertencente a José Pereira Brasil.

URUCURITUBA — V. Uricurituba.

UXITUBA — V. Ixituba.

VEIROS — Tem tido os nomes de Mandiatuba, Itacuruçá e de Veiros. *Mandiatuba*, por ter sido encontrados no lugar vestígios de ruínas de uma fortaleza holandesa do começo do Século XVII, na confluência do rio Maruá com o Xingu (441). *Itacuruçá* nome da principal aldeia do rio Xingu, a que ordinariamente se chamava "Aldeia do Xingu", atribuindo-se sua fundação ao padre João Maria Garzoni, não muito antes de 1690. Passada a sua direção aos padres da Piedade, em 1695, foi retomada pelos padres da Companhia, sendo seu orago São João Batista, e o seu último missionário o padre Cristóvão de Carvalho (442).

(437) Carlos Borromeu, op. cit., p. 21.

(438) H. Coudreau, obra cit., ps. 17 e 18.

(439) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 311.

(440) Mapa do rio Xingu executado pelo Doutor O. Clauss, relativo à primeira expedição de van den Steinen.

(441) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 508; Carlos Borromeu, op. cit., p. 16.

(442) Serafim Leite, *História* cit., v. III, ps. 351 e 352; Carlos Borromeu, op. cit., p. 16. O professor Teodoro Braga diz que foi no ano 1637, pelo padre Figueira (*Corografia* cit., p. 508), no que é corroborado pelo escritor Américo Campos (Op. cit., p. 11). E tanto se afigura não ser esta data para desprezar, que o cronista da Companhia de Jesus, o padre Bettendorff, diz haver o padre João Maria Garzoni que a fundou, levantado ali uma igreja nova. (Rev. do Inst. Hist. Geogr. Br., vol. 72, ps. 489 e 490). Moreira Pinto também a dá como fundada em 1637 pelo referido padre Luís Figueira, tendo sido a paróquia criada em 1639; estando cerca de 1894, com 516 habitantes, em plena decadência. (Dic. Geogr. cit., v. P-Z, p. 728).

Relata Paul Le Cointe que tendo desaparecido a aldeia de Veiros e que se achava a mais de sete quilômetros para o alto, foi substituída pela de Maruá, à margem direita do rio Xingu (443).

A 21 de dezembro de 1758, com a expulsão dos jesuitas, a aldeia passou a denominar-se Veiros e com a categoria de vila entre as de Pôrto de Mós e Souzel, numa dilatada baía; tendo sido o têrmo da vila demarcado pelo ouvidor corregedor Pascoal Abranches Madeira Fernandes, (444) porém rebaixada dessa categoria pelo Conselho do governo em maio de 1833 (445).

A igreja em 1768, estava arruinada, mas em 1789, era espaçosa e limpa; desmoronando-se em 1937, a terceira capela construída em Veiros, de estilo colonial, encerrando muitas imagens e sob a invocação de São João de Maruá, reconstruída mais tarde (446). Em 1851, era freguesia, sob a denominação de São João Batista de Veiros, (447) categoria ainda conservada em 1935 (447-A).

Em 1730, contava a aldeia 735 indígenas, além de 345 catecúmenos, (447-B) e em 1789, sua população era de mais de 800 almas, quase toda indígena; tendo suas casas em boa ordem; mas, ficou reduzida a 218 pessoas em 1820, aumentando em 1833, para 475 habitantes, os quais, pela cor se compunham de 2 brancos, 66 mestiços, 36 mamelucos e 371 índios, agricultores nas suas próprias terras; tendo o povoado 13 casas de sébe e 23 tejupares, cobertos de fôlhas, inclusive a casa da Câmara (448).

Em 1842, o Príncipe Adalberto da Prússia dava ao povoado 20 a 30 barracas, (449) tendo no pôrto uma escada, no barranco

(443) (*L'Amazonie Brésilienne*, 1922, T. I., cit., ps. 75 e 76.

(444) Carlos Borromeu, op. cit., p. 16; Baena, *Corografia* cit., p. 340; *Anuário Geográfico do Brasil*, I. B. G. E., Cons. Nac. de Geogr., 1953, ps. 32 e 43.

(445) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 508. Diz Manuel Buarque que Veiros deixou de ser vila em 1920, passando a simples expressão geográfica. (*Recordações do Xingu*, 1940, p. 35), concluindo-se daí que fôra restabelecida.

(446) Carlos Borromeu, op. cit., ps. 16 e 17.

(447) Relats. dos Presidentes Fausto de Aguiar, de 15 de agosto de 1851 (Relação das Paróquias); e Pinto Guimarães, de 15 de abril de 1855, anexo 23. Baena dizia, em 1833, que a igreja era sofrível e dedicada a S. João Batista (*Corografia* cit., p. 340).

Serafim Leite, *História* e v. cit., p. 351.

(447-A) Carlos Borromeu, op. cit., p. 17.

(447-B) Serafim Leite, *História* cit., v. III, p. 352.

(448) Carlos Borromeu, op. cit., ps. 16 e 17.

(449) Autor e op. cit., p. 17.

que dá para a igreja, cercada por essas barracas; e visitada pelo bispo de Santarém D. Amando Balhmann, em 1908 (450).

Em 1850, tinha 63 guardas nacionais e 3 reservas; (451) distrito de paz do termo judiciário de Pôrto de Mós, em 1855 (452); subdelegacia de polícia em 1874; (453) e subprefeitura de segurança, em 1919 da comarca de Pôrto de Mós; (454) com agência do correio em 1822 (455).

Pelo censo demográfico geral do país de 1940, todo o distrito de Veiros só tinha 772 habitantes, não constando o número dos da sede (456).

VILA AMBÉ — V. Ambé Vila.

VILA DA CACHOEIRA — Ponto que fica pouco acima da cachoeira de Tucuruí, em que termina uma das estradas que parte de Vitória, no mesmo rio (458).

VILA NOVA — Sede de uma subprefeitura de segurança do segundo distrito judiciário da comarca de Pôrto de Mós, denominado Souzel (459).

VILA FRANÇA — Foi sua origem a antiga aldeia de N. S. da Conceição dos Arapiuns, composta por índios dêsse nome, pelo padre jesuíta Manuel Rabelo, em 1723, que, em 1730, já tinha ali agrupados 1.096 indígenas, mas, nesse último ano citava-se também a "Aldeia Nova de Cumarú", com 166 silvícolas. Daí em diante, surge ora um, ora outro dêsses nomes, prevalecendo, finalmente, o de Cumarú. A matriz erigida no tempo dos missionários jesuítas, durou até 1848, conforme esclarece Ferreira Pena (460).

(450) Manuel Buarque, op. cit., p. 35. De 1848 a 1849 a população de Veiros variou de 633 para 634 almas, descendo para 577, em 1850, 576 em 1854, voltando em 1862, a 634, como em 1849; variando também o número de escravos. (Relat. do Presidente Brusque, de 1 de setembro de 1862. Anexo respectivo).

(451) Relat. do Presidente Jerônimo Coelho, de 1 de agosto de 1850 (Mapa respectivo).

(452) Relat. do V. Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexo 23.

(453) Relat. do Presidente Pedro Vicente de Azevedo, de 15 de fevereiro de 1874, anexo 12.

(454) Todorô Braga, *Corografia* cit., p. 506.

(455) Relat. do Presidente Sousa Dantas, de 4 de janeiro de 1882, p. 109.

(456) Pará, *Série Regional*, 1952, p. 180.

(457) Américo Campos, op. cit., p. 134.

(458) *Fôlha do Norte*, Belém, de 24 de janeiro 1943, cit.

(459) Todorô Braga, *Corografia* cit., p. 552.

(460) Serafim Leite, *História* cit., v. III, ps. 363 e 364.

Moreira Pinto, apelidando-a de *Cubarú*. informa que esse ato do padre Manuel Rabelo tinha por finalidade transferir para o local a aldeia dos Tapajós, não só devido às moléstias reinantes, como para se ver livre da opressão do pessoal do forte, nucleando ali indivíduos, das tribus cubarú, arapium, comandi, guanacúá, marxagoara, apuatiá, arapucus, andiaraguari e outras.

Acrescenta esse geógrafo que, em virtude da lei de 6 de junho de 1755, o Governador Mendonça Furtado a elevou à vila em 1758, com o nome de Vila Franca; (461) ficando a mesma localizada na margem ocidental da baía de igual denominação, a jusante do rio Arapiuns, muito saudável, mas, em completa decadência, por falta de braços para o cultivo dos gêneros necessários às suas necessidades e não ser a região abundante em produtos espontâneos: a salsa é desconhecida, a castanha é rara, começando a extração da goma elástica em Boim, mas, cujo transporte é penoso devido a caminhos ruins. Há gado nas campinas do Lago Grande e nos campos das terras altas, e alguma pesca; vivendo a maioria dos criadores nos municípios de Obidos e Santarém. Houve na vila, a indústria dos baús, pacarás, chapéus e de outros objetos feitos de fibras vegetais.

A Lei Provincial nº 129, de 28 de maio de 1846, autorizou a sua mudança para a terra firme chamada Eucupiranga, na margem do Amazonas, devendo chamar-se "Vila Franca de Eucupiranga", e a nº 1.008, de 27 de abril de 1880, transferiu-a, porém, para o lugar denominado Taumini ou Pesqueiro do Rei (462).

Em 1908, era povoação, (463) categoria esta ainda registrada por Moreira Pinto, no "Suplemento do Dicionário Geográfico do Brasil, publicado em 1935, mas, a *Fôlha do Norte*, de Belém de 14 de janeiro de 1943, a ela se refere como vila extinta (464).

Em 1848, tinha a freguesia 2.400 habitantes; em 1850, 2.272, em 1854, 2.231; e em 1862, 1.069 pessoas, não passando os escravos de 90 em 1948, e 67 em 1862; (465) e pelo censo geral do país em 1872, a paróquia tinha 3.672 nacionais, além de sete

(461) Dic. Geogr. cit., v. A-E, p. 611.

(462) Dic. cit., vol. P-Z, p. 752. Para Paul Le Coite, as fazendas de Vila Franca eram das mais notáveis do Estado (*L'Amazonie Brésilienne*, v. III, p. 62). Além da exportação de gado vacum, havia de cavalari, borracha, carne e peixe. (R. L. Tavares, obra cit., p. 12).

(463) Album do Estado do Pará, 1908, mandado organizar pelo Governador Augusto Montenegro, p. 68.

(464) Biblioteca do Cons. Nac. de Geogr. Pasta do município de Santarém, fls. 1-A e 32-A.

(465) Relat. do Presidente Araújo Brusque, de 1 de setembro de 1862 (População das freguesias).

estrangeiros, sendo depois da de Santarém, a mais populosa da comarca deste nome, que compreendia Boim, Aveiros, Itaituba, Monte Alegre e Prainha (466).

R. L. Tavares, em 1876, adiantava que, a vila, na parte habitada, só tinha uma casa coberta de telhas, 45 palhoças, e uma igreja em construção (N. S. da Conceição), duas escolas com 24 alunos, regulando a população 100 habitantes na parte urbana e 4.300 no distrito (467).

Alguns dizem ser orago da freguesia N. S. da Assunção, (468) mas, a maioria, inclusive o padre Serafim Leite, na sua importante *História da Companhia de Jesus*, registra N. S. da Conceição (469).

Em 1855, o "Corpo de Trabalhadores" de Vila Franca era composto de 99 indivíduos (470).

A coletoria de Franca e Boim, rendeu em 1851, a quantia de 92\$000; em 1852 — 867\$720; em 1853 — 1:163\$160; (471) em 1854 — 1:174\$800; renda esta que nos anos de 1855 e 1856, decresceu (472).

VILARINHO DO MONTE — Foi uma das mais antigas aldeias dos jesuitas com o nome de *Caviana* ou *Cauhiana*, (473) à margem direita do rio Xingu, mas, situada ainda no seu delta.

Em 1639, quando sob a orientação dos capuchos da Piedade e tendo como orago a Santa Cruz, foi erigida paróquia, (474)

(466) Relat. do Presidente Domingos José da Cunha, de 18 de abril de 1873 (Quadro de recenseamento).

(467) *O Rio Tapajós*, ps. 12 e 13 — A 18 de março de 1893, foi criada para Vila Franca, uma escola pública. (Moreira Pinto, Dic. cit., v. F-O, p. 44).

(468) Moreira Pinto, Dic. cit., P-Z, p. 752; Relat. do Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexo 26).

(469) Baena, *Corografia* cit., p. 303; R. L. Tavares, op. cit., ps. 12 e 13; Serafim Leite, *História* cit., v. III, p. 363.

(470) Relat. do Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexo 22.

(471) Relat. do Presidente Pinto Guimarães, de 27 de agosto de 1855, anexo 8.

(472) Relat. do Presidente Sousa Carrão, de 31 de março de 1858.

(473) Chamaram-lhe *Caviana* os padres José de Moraes, Serafim Leite (*História* cit., v. III, p. 342) e Carlos Borromeu (op. cit., p. 13); o *Anuário Geográfico do Brasil*, I. B. G. E., 1953, ps. 32 e 43, e Cardoso Barata (*Efemerides Paraenses*, p. 193); e *Cauhiana*, os escritores Baena (*Corografia* cit., p. 339), Paul Le Cointe (obra cit., p. 130), e Teodoro Braga (*Corografia* cit., p. 508); aplicando-lhes ambos as denominações o geógrafo Moreira Pinto (Dic. Geogr. cit., vol. P-Z, p. 756).

(474) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 508; Moreira Pinto, Dic. cit., v. P-Z, p. 756.

categoria que, segundo parece, desapareceu, tanto que, em 1758, a povoação passou a ser sede de freguesia, conjuntamente com as aldeias de Pôrto de Mós, Veiros, Pombal e Souzel, sob a denominação de Santa Cruz de Vilarinho do Monte (475).

Nesse mesmo ano de 1758, a aldeia de Caviana, por ato de 21 de dezembro, passou a denominar-se lugar de Vilarinho do Monte, (476) subordinado à vila de Gurupá, assentado na mesma terra firme dessa vila e do lugar de Carrazedo (477).

Pela Lei nº 233, de 21 de dezembro de 1853, foi extinta a freguesia de S. José de Carrazedo (antiga aldeia de Arapijó) e anexada à de Vilarinho do Monte; (478) e a Lei Provincial nº 1.111, de 16 de novembro de 1882, transferiu a sede para o lugar Tapará, conservando, porém, a mesma denominação. Pertenceu ao Município de Pôrto de Mós, em virtude de Lei Provincial nº 147, de 24 de outubro de 1848, sendo incorporado ao de Gurupá pela de nº 320, de 25 de setembro de 1858, (479) ao qual pertencera, antes, como vimos acima; com pároco e distrito de paz em 1855 (480).

Em 1905, era sede da segunda circunscrição do primeiro distrito judicial da comarca do Xingu, (481) e sede da terceira circunscrição do distrito de Pôrto de Mós, comarca deste nome, em 1919 (482).

A população do lugar era, em 1833, de 566 pessoas, sendo 340 brancos, 48 escravos, 10 mestiços, 133 índios e 35 mamelucos; sendo a igreja o único prédio coberto de telhas (483). Pelo censo geral do país, em 1940, Vilarinho do Monte era povoado por 350 habitantes, sendo 32 moradores na sede da circunscrição (484).

Em 1902, foi extinta a escola primária que aí havia, (485) mas, possuía agência postal, em 1919 (486).

(475) Relat. do Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexo 23. Possuía igreja e casa para os padres que aí iam de visita, cerca de 1758 (Serafim Leite, *História* cit., vol. III, p. 342).

(476) *Anuário Geográfico do Brasil*, cit., ps. 32 e 43.

(477) Baena, *Corografia* cit., p. 339.

(478) Moreira Pinto, Dic. cit., vol. A-E, p. 474.

(479) Autor e dic. cit., v. P-Z, p. 756.

(480) Relat. do Presidente Pinto Guimarães, de 15 de outubro de 1855, anexos 6 e 55.

(481) Relat. do Secretário da Justiça de 1905, p. 25.

(482) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 213.

(483) Baena, *Ensaio* cit., p. 339.

(484) *Pará*, I. B. G. E., *Série regional*, 1952, p. 180.

(485) Relat. do Secretário da Instrução Pública, de 1902, ps. 32 e 33.

(486) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 508.

Em 1850, possuía 61 guardas nacionais, com cinco de reserva (487).

VITÓRIA — Em 1884, não foi assinalado pela expedição de van den Steinen, pois o Doutor O. Clauss, no seu mapa não o anota.

Deve ter sido fundado por José Leocádio de Sousa, Coronel Gayoso ou Agrário Cavalcanti, os desbravadores da região e iniciadores do seu comércio, tanto que em 1900, quando aí aportou o Coronel José Porfírio de Miranda Júnior, o impulsionador do seu progresso, Vitória era apenas uma pequena clareira (488).

Em 1909, era um estabelecimento que chamava a atenção, com importante movimento no pôrto, sólido e extenso trapiche para vapores; daí partindo a estrada de rodagem de 47 quilômetros, ligando o baixo ao alto Xingu, evitando a grande curva do rio (489).

XINGU — A bacia xinguense com as terras adjacentes constituíram uma donataria, cujo senhor era Gaspar de Abreu Freitas. Desistindo este da doação, a região voltou ao patrimônio real (490).

A primeira aldeia, ou missão apelidada de *Xingu*, era situada no curso inferior do rio e correspondia a aldeia ou residência de S. João Batista de Itacuruçá, atualmente, Veiros, (491) que era a "central" do rio Xingu, (492), isto acontecendo no correr do fim do Século XVII para o seguinte. Houve, porém, uma segunda "missão" com essa denominação já no último terço da primeira metade do Século XIX, uma "das que mais vantagem tem dado", (493) e devia ficar situada acima da "grande curva" do rio, tanto que o Presidente Paranhos Veloso, dois anos depois lembrava a "limpeza da estrada que conduz à missão e falava na construção

(487) Relat. do Presidente Jerônimo Francisco Coelho, de 1 de agosto de 1850 (Guarda Nacional).

(488) *Fôlha do Norte*, de 1 de janeiro de 1940 cit.

(489) Américo Campos, op. cit., ps. 84 e 85.

Em Vitória havia em função um engenho para cachaça e açúcar. (Américo Campos, op., cit., p. 77).

(490) Autor e op. cit., p. 11. Este escritor baseou-se para dar esta informação ao padre José de Moraes, em publicação feita pelo historiador Melo Moraes. (Américo Campos cit., ps. 9 e 11).

(491) Crônica do padre Bettendorff, in Rev. do Inst. Hist. Geogr. Br., vol. 72, p. 489. O padre Serafim Leite afirma que foi a principal aldeia do rio e chamava-se ordinariamente "Aldeia do Xingu", lugar que mais tarde recebeu o nome de Veiros. (*História* e vol. III, cit., ps. 350 e 352).

(492) Carlos Borromeu, op. cit., p. 13.

(493) Relat. do Presidente Sousa Franco, de 14 de abril de 1842, p. 11).

de uma capela na mesma": (494) sendo seu missionário o padre Torquato Antônio de Sousa, vindo de anos anteriores, (495) o qual reabriu a picada e renovou a capela na antiga missão situada além das primeiras cachoeiras, a que denominou da "Imperatriz" (496).

No período da Regência, a região da bacia do Xingu pertencia à comarca do Baixo Amazonas, cuja sede era na vila de Santarém, no vale do Tapajós, conforme resolução do Conselho do Governo, nas sessões de 10 e 17 de maio de 1833; (497) tendo sido criada a comarca de Pôrto de Mós pela Lei Provincial nº 1.065, de 25 de junho de 1881, e instalada a 27 de fevereiro de 1883; denominação que perdurou até a mudança para comarca do *Xingu*, em virtude da Lei Estadual nº 930, de 25 de outubro de 1904 (498).

Essa comarca do Xingu dividia-se em dois distritos: o 1º com sede em Pôrto de Mós, e o 2º em Souzel; havendo no primeiro, as circunscrições de Pôrto de Mós, Tapará, Vilarinho do Monte, Veiros e Pombal; e no segundo as de Souzel e do Alto Xingu (499).

Pelo Decreto nº 1.361, de 6 de março de 1905, a sede foi transferida para Souzel (500).

(494) Relat. de 15 de agosto de 1844, ps. 9 e 16.

(495) Relat. do Presidente João Maria de Moraes, de 15 de agosto de 1846, p. 10.

(496) Carlos Borromeu, op. cit., p. 22.

(497) Baena, *Ensaio* cit., ps. 571 e 578.

(498) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 214.

(499) Relat. do Secretário da Justiça, de 1905, p. 25.

(500) Teodoro Braga, *Corografia* cit., p. 214.